

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ALTERIDADE E JORNALISMO:
A OUTRIDADE NA EDITORIA MUNDO DA FOLHA DE S. PAULO

Camila Freitas

Porto Alegre

2017

CAMILA FREITAS

ALTERIDADE E JORNALISMO:
A OUTRIDADE NA EDITORIA MUNDO DA FOLHA DE S. PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Benetti

Porto Alegre

2017

Camila Freitas

ALTERIDADE E JORNALISMO:

A OUTRIDADE NA EDITORIA MUNDO DA FOLHA DE S. PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Cláudia Lago – Universidade de São Paulo

Dr. Ivan Bomfim – Universidade do Vale do Rio do Sinos

Dr. Sean Aquere Hagen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Basílio Sartor – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Suplente)

*À Mariana Amaro.
Que a nossa história possa ser lembrada com amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos professores da Pós-Graduação em Comunicação e Informação por todos os ensinamentos. Ao CNPq pelo investimento que permitiu com que eu me dedicasse integralmente à pesquisa e a minha formação.

À Marcia Benetti, orientadora e amiga. Sou grata pela oportunidade que me deste, por ter me acolhido carinhosamente em diversos momentos, pelas orientações e conselhos, por me instigar e criticar sempre. Agradeço por ter te encontrado nesse mundo tão plural. És especial para mim.

Aos professores que aceitaram o convite para contribuir com esta pesquisa. Claudia Lago, por compartilhar o desejo de entender a alteridade no jornalismo. Ivan Bomfim, pelas falas inspiradoras sobre jornalismo internacional. Sean Hagen, pela amizade, pelas conversas descontraídas, pelos ensinamentos e críticas sagazes. Basilo Sartor, pela disposição e interesse em dialogar sobre este trabalho.

Às colegas de Nupejor, pelas discussões, leituras compartilhadas e algumas risadas. Às Déboras e à Gisa, pela acolhida.

Agradeço aos colegas Gui Libardi, Ju Rodrigues, Laura Barros, Ca Becker, Mô Oliveira e Mayara Caetano – amigos queridos que tornaram esse percurso mais agradável e os quais levo no coração.

Às Mentos e ao Linguy. Obrigada por todas as aventuras divididas, inquietações compartilhadas e histórias memoráveis. Ane De Carli, Ane S., Tali, Lud, Maíra, Nath, Gabi Tiburi e Luiza: vocês são maravilhosas.

À Mariana, namorada, amiga e companheira. Obrigada pelas conversas intermináveis – muito do que aprendi foi ao teu lado. Te agradeço por toda a ajuda (sempre), por trazer calma aos meus dias e por estar comigo nos momentos bons e não tão bons da nossa vida. Que juntas a gente ainda possa fazer dos nossos sonhos realidade.

À minha família. Sou grata por todo o incentivo e amor.

“A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo, e nesse sentido uma história narrada pode significar o mundo com tanta ‘profundidade’ quanto um tratado de filosofia” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 18).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral compreender se e como a outridade é construída na editoria Mundo da *Folha de S. Paulo*. Nosso ponto de partida foi o entendimento de que o jornalismo, além de estar centrado na contemporaneidade, deveria evidenciar as relações intersubjetivas baseadas tanto na diferença quanto na semelhança. Identificamos três eixos centrais para a discussão proposta: alteridade, outridade e jornalismo. Nas seções teóricas, trabalhamos com a alteridade e a outridade pela perspectiva fenomenológica e o jornalismo pelo paradigma construtivista, compreendendo que a participação ativa dos sujeitos sociais se reflete nas distintas percepções e interpretações que se pode ter do mundo. As abordagens metodológicas utilizadas foram Análise de Conteúdo e Análise de Narrativa. Na investigação empírica, analisamos 214 textos informativos publicados na versão impressa do jornal, em 2015. Como resultados, organizamos um mapeamento quantitativo da editoria estudada e, em uma análise qualitativa de 32 textos, identificamos os tipos de sujeitos narrados e construídos pela *Folha*: 1) o outro como sujeito transgressor e inconformado com sua condição particular; 2) o outro como sujeito desamparado ou à margem, 3) o outro como sujeito ameaçador, violento ou radical, 4) o outro como fenômeno da natureza, 5) o outro como sujeito sobrevivente, 6) o outro como sujeito ligado ao passado histórico.

Palavras-chave: Jornalismo; Alteridade; Outridade; Narrativa; Jornalismo Internacional; Folha de S. Paulo.

ABSTRACT

This study aims mainly to understand if and how otherness is constructed in Folha de S. Paulo's World section. We considered that journalism, in addition to being centered on contemporaneity, should highlight intersubjective relations based on both difference and similarity. Here, we identified three central axes: alterity, otherness and journalism. In the theoretical sections, we worked with alterity and otherness through the phenomenological perspective, and journalism through the constructivist paradigm, understanding that the social subject's active participation is reflected at different perceptions and interpretations that one can have of the world. The methodologies employed were Content Analysis and Narrative Analysis. In the empirical investigation we analyzed 214 informative texts published in Folha de S. Paulo newspaper, in 2015. As a result, we organized a quantitative mapping and, a qualitative text analysis, in which we identified the subject's types narrated and constructed by Folha: 1) the other as a transgressor and recusant subject; 2) the other as a helpless or marginalized subject, 3) the other as a threatening, violent or radical subject, 4) the other as natural phenomenon, 5) the other as a survivor, 6) the other as a subject related to historical past.

Keywords: Journalism; Alterity; Otherness; Narrative; International Journalism; Folha de S. Paulo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem de textos da editoria Mundo na categoria Procedência.....	71
Gráfico 2: Relação entre Procedência e Mês nos textos da editoria Mundo	72
Gráfico 3: Procedência x Região nos textos da editoria e em números totais.....	73
Gráfico 4: Relação entre Região e Procedência dos textos em p. na editoria Mundo.....	73
Gráfico 5: Porcentagem de países e territórios citados mais de 3 vezes na editoria Mundo...	74
Gráfico 6: Porcentagem de textos da editoria Mundo por temas	79
Gráfico 7: Quantidade de textos no cruzamento de Temas e Região na editoria Mundo	80
Gráfico 8: Porcentagem de Temas por Região nos textos da editoria Mundo	81
Gráfico 9: Porcentagem de Material Fotográfico de Agências	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura para a disposição do material na pré-análise	66
Tabela 2: Lista de Países e Territórios da África e da América Central	76
Tabela 3: Lista de Países e Territórios da América do Norte e América do Sul.....	76
Tabela 4: Lista de Países e Territórios da Ásia e Eurásia.....	77
Tabela 5: Lista de Países e Territórios da Europa e Oceania	77
Tabela 6: Lista de Países e Territórios do Oriente Médio e Sem Região Definida.....	78
Tabela 7: Relação de textos na Primeira Página e na seção Mundo	82
Tabela 8: Relação de textos analisados qualitativamente.....	85
Tabela 9: Resumo sobre o assunto abordado nos textos	86
Tabela 10: Relação – tipologia dos sujeitos e textos.....	88
Tabela 11: Construção do “outro-personagem” transgressor e inconformado.....	90
Tabela 12: Construção do “outro-personagem” desamparado ou à margem	94
Tabela 13: Construção do “outro-personagem” ameaçador, violento ou radical.....	97
Tabela 14: Construção do “outro-personagem” sobrevivente.....	102
Tabela 15: Construção do “outro-personagem” ligado ao passado histórico.....	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 ESTADO DA ARTE	14
2 ALTERIDADE	19
2.1 ALTERIDADE COMO FENÔMENO	20
2.2 OUTRIDADE	25
2.2.1 Outridade plena e relativa	30
2.2.2 Reconhecimento do outro	32
3 JORNALISMO	37
3.1 DIMENSÃO FENOMÊNICA DO JORNALISMO	38
3.1.1 Ideal de verdade e compromisso ético	43
3.2 ALTERIDADE NO JORNALISMO	46
3.3 FOLHA DE S. PAULO E EDITORIA MUNDO	51
4 METODOLOGIA	58
4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO	58
4.2 ANÁLISE DE NARRATIVA	62
4.3 CONSTRUÇÃO DO CORPUS	66
4.3.1 Disposição do corpus em categorias analíticas	67
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	70
5.1 PANORAMA QUANTITATIVO DA EDITORIA MUNDO DA <i>FOLHA DE S.P.</i>	70
5.2 O “OUTRO” NA NARRATIVA DA EDITORIA MUNDO DA <i>FOLHA DE S.P.</i>	84
5.2.1 O “outro” como sujeito transgressor e inconformado com sua cond. particular ...	89
5.2.2 “Outro” como sujeito desamparado ou à margem	92
5.2.3 “Outro” como sujeito ameaçador, violento ou radical	96
5.2.4 “Outro” como fenômeno da natureza	99
5.2.5 “Outro” como sujeito sobrevivente	101
5.2.6 “Outro” como sujeito ligado ao passado histórico	103
5.3 ALTERIDADE E OUTRIDADE: APONTAMENTOS GERAIS	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A	120

1 INTRODUÇÃO

A condição humana é o que universaliza as pessoas, identificando-as como “iguais” em um mundo integralmente plural. Ao voltar-se para si mesma, uma pessoa pode encontrar a sua encruzilhada: descobre-se singular, por ser única e por possuir características que lhe são próprias, mas, ao mesmo tempo, percebe que há algo de particular em si, por fazer parte de determinada cultura, religião ou etnia distinta da de outras. É, então, na busca do reconhecimento de si pelos outros que cada pessoa reivindica a existência de sua identidade. E por depender de uma ação subjetiva, esse reconhecimento coloca o “eu” e o “outro” em relação, que pode ser entendida como condição primeira à alteridade.

Certamente, esse movimento que tem a alteridade como premissa se sustenta tanto pela convivência quanto pelas transformações culturais, históricas, temporais e contextuais. Assim, o diálogo e a comunicação também se apresentam como uma possibilidade ao reconhecimento intersubjetivo, numa tentativa de que os sujeitos se tornem visíveis uns para os outros, o que se reflete tanto na busca por um espaço na sociedade, quanto na possibilidade de terem seus direitos e modos de existência legitimados.

Se no mundo da vida a pluralidade é uma condição complexa, acreditamos que no mundo do texto a encruzilhada se repita. Principalmente, se levarmos em consideração a atividade jornalística, que deveria estar interessada em produzir conhecimento sobre a diversidade social, evidenciando tanto as realidades distintas, quanto os sujeitos plurais que as integram. É nesse sentido que esta dissertação pretende se desenvolver: tendo como tema o papel do jornalismo na construção do conhecimento sobre a diferença e a semelhança entre os seres humanos.

Com base no mapeamento do estado da arte, presente na próxima subseção, identificamos a ausência de trabalhos que articulassem três assuntos que julgamos centrais para a discussão do reconhecimento da identidade do “outro”: **alteridade, outridade e jornalismo**. Além dessa tríade, este trabalho parte dos seguintes pressupostos para a elaboração da questão norteadora:

a) O mundo é um lugar em que se inscreve a pluralidade do ser humano. Tido como espaço social, é nele que se desenrolam as relações, que se verifica a intersubjetividade e que se pode observar a história dos sujeitos em um determinado contexto histórico, social e temporal (SIDEKUM, 1979).

b) A alteridade é parte da realidade e se orienta a partir de uma relação intersubjetiva. O encontro com a identidade do outro é inquietante e pode causar estranhamento. Nesse sentido, o “outro”, normalmente, é enquadrado em alguns sistemas pré-construídos socialmente (TREANOR 2006).

c) A alteridade instiga o reconhecimento da outridade e intima o sujeito a respeitar a identidade do outro frente a um compromisso ético. A outridade se refere à identidade

do “outro”, considerando suas características únicas e tudo o que constitui esse sujeito (LÉVINAS,1999).

d) Toda relação que visa à alteridade é mediada e permeada por textos, símbolos e discursos (SODRÉ, 2007).

e) O jornalismo, capaz de produzir conhecimento social, está atento à tríade composta pelo singular, particular e universal (GENRO FILHO, 1987).

f) O jornalismo é um tipo de discurso essencialmente composto pela alteridade, sustentado pelo ideal de verdade e por um compromisso ético (CHARAUDEAU, 2013; KOVACH; ROSENSTIEL, 2001; CORNU, 1994).

g) O jornalismo tem por finalidade mostrar a diversidade social, levando em conta as diferenças de contextos e de sujeitos (REGINATO, 2016).

Nesses pressupostos, o problema de pesquisa se apresenta na seguinte questão: *Como a outridade é construída na narrativa jornalística da Folha de S. Paulo?*

Para discutirmos a identidade do “outro” no jornalismo, definimos como **objetivo geral** *compreender se e como a outridade é construída na editoria Mundo da Folha de S. Paulo*. Também traçamos quatro **objetivos específicos** para nos auxiliar a executar a proposta deste estudo. São eles: a) mapear o funcionamento e as categorias que estruturam a editoria Mundo; b) analisar a construção do “outro” na narrativa jornalística, a partir das categorias do singular, do particular e do universal; c) refletir sobre as representações que são produzidas no jornalismo, quando se deseja dar visibilidade ao “outro” ou condicioná-lo ao apagamento, d) a partir da construção e da mimetização do “outro” na narrativa jornalística, refletir sobre o conhecimento ou o reconhecimento que se oferece sobre a outridade.

O objeto empírico selecionado são 214 textos informativos, publicados na versão impressa, da editoria Mundo da *Folha de S. Paulo*, no ano de 2015. A escolha do objeto ocorreu por dois motivos. O primeiro, pela *Folha* ser conhecida como um jornal de referência, com ampla circulação no Brasil e visibilidade no exterior. O segundo, por acreditarmos que a editoria Mundo, ao narrar os principais acontecimentos internacionais, também estaria interessada e atenta em promover o conhecimento de culturas, sujeitos e identidades que se localizam geograficamente fora do território nacional, podendo apresentar “outros” próximos, semelhantes, diferentes ou distantes para os brasileiros.

No eixo do jornalismo, a relevância está no compromisso com a pluralidade: ele deve mostrar como o mundo funciona em sua complexidade e diversidade (REGINATO, 2016). O jornalismo observa os fenômenos sociais, seleciona aqueles que considera notáveis e termina por construir quadros interpretativos da realidade e por promover conhecimento sobre o mundo a partir de seus textos. Isso significa que a alteridade tem – ou deveria ter – um lugar primordial

tanto na prática da atividade jornalística quanto no trabalho acadêmico de pesquisa sobre essa prática. A percepção do “eu-jornalista/jornal” frente ao “outro-fonte-sujeito” – considerados relevantes, interpretados, mimetizados e construídos pelo jornalismo – é parte da problemática desta dissertação.

As motivações pessoais que deram origem às inquietações que guiam este estudo têm muito a ver com o interesse da pesquisadora por leituras do campo da filosofia e da teoria literária desde a graduação, tanto pelos trabalhos de Paul Ricoeur – que tratam da relação “eu-outro”, seja pelo percurso do reconhecimento da alteridade seja pela narrativa –, quanto pelos de Gérard Genette, que foram úteis para entender o funcionamento narrativo de textos como os jornalísticos. Por outro lado, conversas que surgiram durante leituras coletivas no Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor-UFRGS) instigaram reflexões sobre o “apagamento” da subjetividade em produtos jornalísticos e em algumas teorias, o que direcionou a atenção da pesquisadora aos estudos da fenomenologia e da hermenêutica.

Então, para discutirmos a construção da identidade do “outro” no jornalismo, traçamos aqui um caminho teórico-metodológico baseado nos três eixos centrais mencionados anteriormente. A estrutura deste trabalho está organizada em seis capítulos, incluindo a presente introdução.

No núcleo teórico, propomos iniciar a discussão sobre alteridade (capítulo 2), distanciando-a do termo outridade, com o intuito de falar sobre a natureza fenomênica da alteridade e apresentar o que compreendemos por outridade. Vamos trabalhar com as noções de outridade plena e relativa e com o reconhecimento do “outro”. Para isso, nos amparamos em Merleau-Ponty (1968; 2011), Lévinas (1971; 1982; 1987; 1999), Ricoeur (2014; 2015), Treanor (2006), Hazell (2009) e Schütz (1973).

Na etapa que aborda o jornalismo (capítulo 3), trataremos dessa atividade pelo paradigma construcionista, levando em consideração a capacidade que ela tem para fornecer realidades construídas por meio dos textos. A seção está dividida em três partes: a primeira trata do jornalismo como um tipo de conhecimento atento à singularidade dos fenômenos que se manifestam no mundo. Para isso, utilizamos os trabalhos de Genro Filho (1987), Meditsch (1992, 2004), Traquina (2012, 2013), Alsina (2009) e Kovach e Rosenstiel (2001). A segunda apresenta o jornalismo como um tipo de discurso necessariamente atravessado pela alteridade e trata da mimetização da outridade (CHARAUDEAU, 2013; RICOEUR, 2006; 2010; 2014; BENETTI, 2008; FOESSEL, 2016). A terceira está direcionada ao objeto empírico desta pesquisa – a *Folha de S. Paulo*. Daremos atenção à editoria Mundo e ao jornalismo

internacional, com suporte dos trabalhos de Natali (2004), Aguiar (2008) e Bomfim (2011, 2015).

Na seção metodológica (capítulo 4) apresentaremos os aportes teórico-metodológicos utilizados. Nós trabalhamos com Análise de Conteúdo (AC) e Análise de Narrativa (AN). Além deles, delimitaremos o corpus da dissertação e as categorias de investigação do material empírico. Nos amparamos nos estudos de Bardin (2006), Herscovitz (2008), Motta (2008, 2013) e Genette (1995).

A etapa dedicada à análise do corpus desta dissertação (capítulo 5) – 214 textos relativos ao período de 1º de janeiro a 28 de abril, de 2015 – trará um panorama quantitativo da editoria Mundo da *Folha*, composto por tabelas e gráficos referentes aos resultados informativos. Também vamos analisar qualitativamente o material, com ênfase na diegese de 32 textos informativos, a fim de compreender e de verificar como é e se é realizada a construção da outridade na editoria Mundo. Nesse momento centrado na narrativa, o material está organizado em seis grupos definidos pelos tipos de sujeitos encontrados. Essa estrutura revela aspectos interessantes sobre cada sujeito-personagem e ainda nos possibilita traçar algumas considerações sobre alteridade e outridade quando trabalhadas pelo jornalismo da *Folha*.

Por fim, a última seção (capítulo 6) é dedicada à discussão dos resultados gerais obtidos nesta pesquisa.

A subseção a seguir apresenta o mapeamento do estado da arte, a partir de teses e de dissertações publicadas no Brasil, de 2000 a 2015, levando em consideração estudos que contemplaram não só a alteridade, mas o jornalismo, e justificando a relevância desta pesquisa.

1.1 ESTADO DA ARTE

Organizamos este estado da arte em duas etapas, sendo a primeira delas destinada a apresentar um breve panorama dos trabalhos acadêmicos brasileiros que têm como assunto principal a alteridade. A segunda parte está direcionada aos estudos do jornal impresso *Folha de S. Paulo*.

A busca pela palavra-chave “alteridade” no campo assunto, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT)¹, revelou a produção de 252 trabalhos acadêmicos, no nível da pós-graduação nacional, no período de

¹ Para essa consulta foi utilizado o campo “assunto”, na seção de busca avançada oferecida pela plataforma. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 05 abr 2016.

2000 a 2015, concentrados em diversas áreas². Desse total, 169 pesquisas correspondem a dissertações de mestrado e 83 a teses de doutorado.

No que engloba, especificamente, as produções acadêmicas da Comunicação, foram encontradas seis pesquisas abordando a alteridade, sendo quatro dissertações e duas teses. Desse resultado, quatro trabalhos podem contribuir para este estudo devido à abordagem teórica escolhida para tratar de jornalismo e à perspectiva assumida na relação entre “eu e outro”: a) a dissertação de Antunes (2008), que ajuda a pensar como o discurso jornalístico reconhece e reforça certos estereótipos e posições de sujeitos; b) a dissertação de Costa (2010), que mostra como aparece a alteridade no *Jornal Hoje*, da Rede Globo, embasada na identificação dos critérios de noticiabilidade; c) a dissertação de Dionizio (2011), que auxilia a refletir sobre a acolhida das marcas do outro no jornalismo, a partir das narrativas do programa *Nova África*, da TV Brasil; d) a tese de Veiga (2015), que atesta que, desde a formação universitária até a prática jornalística, o jornalista, em sua maioria, contribui para a reprodução das racionalidades simbólicas dominantes, limitando o encontro com as diferenças.

Dos trabalhos não pertencentes à Comunicação, encontramos quatro dissertações que pensam o jornalismo e seus produtos noticiosos a partir das seguintes áreas: Letras, História e Administração. No âmbito da Administração, Camara (2008) discorre sobre a prática do jornal impresso *Boca de Rua*, abordando a produção alternativa e a ética da alteridade; nas Letras, Netto (2009) fala sobre as representações jornalísticas do Brasil, construídas pelo jornalista estrangeiro, no site da *British Broadcasting Corporation* (BBC); na História, Vasconcelos (2010) mostra como o discurso da *Folha de S. Paulo* e da ONU representam as identidades haitianas, e Torrentes (2011) analisa discursiva e imagetivamente o papel do humor, na revista *Careta*, como suporte para a construção do judeu.

Foi realizada, também, a consulta de “alteridade” no Banco de Teses e Dissertações da CAPES³, que revelou outros 18 trabalhos⁴ que não haviam sido contemplados na busca do IBICT. O novo registro se divide em 14 dissertações e quatro teses.

² No âmbito do mestrado têm origem na Filosofia, Psicologia, Educação, Letras, Jornalismo, Teologia, História, Artes, Literatura, Antropologia, Bens Culturais e Projetos Sociais, Estudos do Lazer, Sociologia, Direito, Psicanálise, Serviço Social, Geografia, Design, Família e Sociedade Contemporânea, Cinema, Medicina, Políticas Públicas e Gestão da Educação e Comunicação. No doutorado, grande parte das produções segue relacionada à Teologia, Comunicação, Educação, Filosofia, História, Letras, Psicologia, Geografia, Linguística, Antropologia, Artes, Literatura e Jornalismo. Diferenciam-se dessas apenas três áreas – Estudos Judaicos e Árabes, Pedagogia do Teatro e Biologia –, com um escopo bastante reduzido se comparado às demais.

³ Para essa coleta foi utilizado o campo “palavra-chave”, na seção de busca avançada oferecida pela plataforma. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr 2016.

⁴ Quanto às dissertações, estão relacionadas a Comunicação, Letras, Sociologia, Psicologia, Desenvolvimento, Educação Física, Direito e Políticas Públicas, Literatura e Bioética. No que corresponde às teses, elas pertencem a Arquitetura, História e Letras.

Ao somar os resultados ofertados pelos dois repositórios de pesquisas, o levantamento expressou um total de 270 trabalhos acadêmicos centrados na palavra “alteridade” como assunto, que procedem de variadas áreas de estudos. A partir desse mapeamento notamos que as produções intelectuais, principalmente no âmbito do Jornalismo e da Comunicação, estão atentas em trabalhar com as relações subjetivas, o que, de certo modo, dialoga com a temática proposta nessa dissertação. Porém, é preciso salientar que nenhum desses estudos elucidou ou se aproxima de uma definição para o conceito de alteridade no jornalismo.

A fim de apresentar um recorte direcionado ao objeto empírico dessa dissertação – a editoria Mundo da *Folha de S. Paulo* –, a segunda etapa deste estado da arte está estruturada em combinações de palavras-chave⁵, as quais possibilitaram organizar os trabalhos encontrados em quatro temáticas: a) *alteridade jornalística*; b) *jornalismo com foco internacional*; c) *jornalismo de referência*; d) *apreensão do outro, jornalismo e diferença*.

O primeiro deles é o da *alteridade jornalística*, que resultou em 13 trabalhos, a partir da busca por “jornalismo e alteridade”, no IBICT. Desse escopo, destacamos três produções: a) a dissertação de Peres (2005), *Enviado especial à...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia (anos 90)*, que traz um olhar etnográfico para as coberturas da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo* e permite pensar na ênfase que o jornalismo de referência dá às diferenças ontológicas populacionais, além de fazer uma reflexão sobre a autoralidade e o enviado especial; b) a dissertação de Barbosa (2008), *Jornalismo potencializador e as formas de narrar o outro: a alteridade brasileira no New York Times*, que contribui para refletir sobre as heranças do positivismo e dos valores de imparcialidade, objetividade e verdade, ao narrar jornalisticamente o outro; c) a tese de Friderichs (2010), *Comunicação: discurso, fait divers e poder em O Nacional – uma abordagem dialética*, que possibilita pensar na relação da linguagem com a alteridade, a partir da hipótese de que o jornalismo é um discurso que tem espaço para a subjetividade, considerando a realização do sujeito, além da capacidade de este se significar e ressignificar-se nos desdobramentos discursivos.

A segunda temática explorada é a do *jornalismo de referência e apreensão do outro*, a fim de estreitar o olhar aos trabalhos que se aproximam do objeto empírico desta pesquisa. Buscamos pela combinação “Folha de S. Paulo e alteridade”, a qual expôs o total de onze estudos, sendo oito deles da amostragem oferecida pelo IBICT e três deles pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Estes registros encontrados segmentam-se em dois tipos: a) das

⁵ Foram utilizadas, tanto na busca do IBICT, quanto na da plataforma de Teses e Dissertações da CAPES, as seguintes palavras-chaves: alteridade, jornalismo, Folha de S. Paulo, cobertura jornalística internacional.

representações sociais e identitárias e b) das construções de sentidos a partir do discurso jornalístico. Dialoga com esta pesquisa a tese de Gomes (2012), *Olhares sobre o outro: estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*, por estar focada na editoria Mundo e dar visibilidade às generalizações e às simplificações, a partir do discurso jornalístico de referência.

Para abarcar a editoria Internacional ou Mundo, os tipos de repórteres e de produções noticiosas no e do estrangeiro, a terceira temática diz respeito ao *jornalismo com foco internacional*. Portanto, a primeira palavra-chave selecionada foi “jornalismo internacional”. A busca apontou para 12 registros da CAPES e 41 do IBICT, sendo relevantes os trabalhos que se enquadram nas categorias: a) práticas e identidades profissionais do jornalista internacional; b) o Brasil como outro: representação ou percepção de Brasil na imprensa estrangeira; c) jornalismo e política internacional. Na primeira categoria estão os trabalhos de Rocha (2012) e Agnez (2014), na segunda os de Dalpiaz (2013) e Viana (2014), e na terceira as produções de Bomfim (2011; 2015) e a de Dalmáz (2014).

Ainda nessa temática, a segunda palavra-chave utilizada foi “cobertura jornalística internacional”, contabilizando onze registros. Desses, destacam-se a tese de Pedro (2007), da área de Letras, que articula conceitos da literatura e da história para analisar a narrativa jornalística da *Folha de S. Paulo*, durante a cobertura de guerra, propondo, ainda, compreender a importância da presença do repórter no local de conflito, e a dissertação de Camargo (2008), da área de Relações Internacionais, que questiona como e por que o discurso midiático internacional influenciou nas produções da imprensa nacional durante a invasão do Iraque, tendo como material de análise textos da *Folha de S. Paulo*, de *O Globo* e do *Estado de S. Paulo*.

A quarta temática elencada é a do *jornalismo e diferença*. Sete estudos foram contabilizados com a busca por “jornalismo e diferença”, mas apenas um deles dialoga com esta pesquisa. A dissertação de Bortoli (2011), “*Caso Isabella*”: *repetição e diferença na construção do acontecimento midiático*, se debruça na hipótese de que o fazer jornalístico opera com a redundância ou repetição na busca pela diferença. Apesar de tratar do telejornalismo, o texto faz uma revisão conceitual interessante sobre os dois fenômenos de linguagem em destaque.

Tendo em vista a multiplicidade de trabalhos aqui dispostos e as distintas áreas às quais eles pertencem, seria um tanto exaustivo e ineficaz detalhar a metodologia utilizada por cada um deles. Porém, notamos que nos trabalhos relacionados à Comunicação e ao Jornalismo há a predominância de três metodologias: Análise de Discurso, Análise de Conteúdo e Análise de

Narrativa. Assim como a diversidade metodológica, a abordagem teórica é bastante plural. Diante do escopo de produções apresentado, podem dialogar com o presente estudo especialmente trabalhos que pensam o jornalismo sob o paradigma interacionista (BORTOLI, 2011; BOMFIM, 2011, 2015; VIANA, 2014; VEIGA, 2015).

A partir desse estado da arte, buscamos organizar um panorama das teses e dissertações publicadas no Brasil de 2000 a 2015, levando em consideração estudos que contemplaram não só a alteridade, mas o jornalismo e as quatro temáticas elencadas anteriormente. Após o mapeamento do quadro da pesquisa atual, constatamos que a proposta desta dissertação permanece original, principalmente pela perspectiva teórica escolhida – trabalhar, na dinâmica do jornalismo, com as noções de alteridade e de outridade pela perspectiva fenomenológica. É neste sentido que pretendemos contribuir para os estudos que relacionam jornalismo e alteridade.

2 ALTERIDADE

A discussão que vamos iniciar neste capítulo trata da alteridade pela perspectiva fenomenológica. Escolhemos este ponto de partida, pois ele nos ajuda a pensar os seres humanos *em situação* no mundo. De modo que a percepção do mundo e de tudo o que nele se manifesta é conformada pelas nossas experiências individuais e coletivas, assim como pela descrição e pela interpretação que fazemos dos fenômenos percebidos, a fim de fundamentar nossas verdades particulares sobre o meio em que vivemos. Aqui, a nossa intenção é falar sobre a natureza fenomênica da alteridade e apresentar o que compreendemos por outridade.

A palavra alteridade é formada pelo termo em latim *alter* – que significa *outro* – e pelo sufixo *dade*, que a substantiva e designa o estado ou a qualidade daquilo que é outro, em relação a um semelhante, ou do que é distinto⁶. Entretanto, cabe salientar que, no Dicionário de Latim-Português (1960), três significados correspondem ao verbete *alter*: a) não repetido, b) repetido ou oposto a outro pronome do mesmo caso e c) repetido em caso diferente. Quanto à noção de não repetição, tem-se como exemplo “um de dois, o outro (falando de dois), outrem, seguinte, próximo” (FERREIRA, 1960, p. 71). Em relação à repetição ou à oposição, salienta-se o duplo “uns ...os outros; os primeiros ...os segundos” (FERREIRA, 1960, p. 71). Finalmente, à repetição em caso de oposição, há a noção de diferença e de contrariedade. A expressão alteridade também é pensada como “um conceito mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença” (ABBAGNANO, 1998, p. 34), pois abarca os aspectos quantitativos do que é diverso e ultrapassa os aspectos qualitativos do que é diferente. O que os dicionários nos indicam é que alteridade, basicamente, é a condição de contraste entre duas ou mais coisas e pessoas postas em relação.

Sabemos que, por ser objeto de interesse de áreas distintas do conhecimento⁷, o sentido dado à alteridade foi se adaptando conforme a evolução e a necessidade de tais campos, assim como acompanhou a mudança de paradigmas filosóficos e as transformações sociais, históricas e culturais. É comum encontrarmos alteridade associada à outridade, principalmente em alguns textos traduzidos do inglês, nos quais os termos *otherness* e *alterity* são equivocadamente traduzidos para o português como sinônimos. Seguindo a diferenciação de significado dado a

⁶O que se compreende é uma bipolaridade, ou seja, uma relação de distinção centrada em dois polos – um e outro. No entanto, Quicherat e Saraiva (1927), em *Novíssimo diccionario latino-portuguez*, posicionam o “terceiro outro” como um dos significados da palavra *alter*. Esse terceiro seria algo ou alguém que já não é o “mesmo” nem o “outro”.

⁷Como mostra o estado da arte deste trabalho, alteridade é objeto teórico e empírico das ciências sociais, humanas e biológicas, trazendo variadas contribuições e modos distintos de problematizar o assunto.

cada palavra na literatura em inglês, acreditamos que *otherness* e *alterity* devam ser problematizadas separadamente, preservando as qualidades que lhes são particulares, embora elas as coloquem em relação.

Muito mais do que nos prendermos a um conceito que pudesse abarcar a noção de alteridade, nos parece necessário propor uma reflexão sobre a alteridade compreendida como fenômeno – o qual articula o “eu” e as identidades do mesmo (mesmidade), do outro (outridade) e do si-mesmo (ipseidade). Com esse objetivo, nesta seção trilhamos um percurso da alteridade à outridade. Para isso, os trabalhos de Merleau-Ponty (2011, 1968), Lévinas (1971; 1982; 1987; 1999), Ricoeur (2014; 2015), Treanor (2006), Hazell (2009) e Schütz (1973) nos servem de alicerces.

2.1 ALTERIDADE COMO FENÔMENO

Os estudos da fenomenologia (HUSSERL, 1982; MERLEAU-PONTY, 2011, 1968; LÉVINAS, 1971; 1982; 1987; 1999) tratam da problemática do *ser* e do mundo, com a intenção de descrever a experiência física e consciente de um sujeito em relação aos fenômenos que se manifestam no mundo em que este habita. E, apesar de algumas perspectivas serem divergentes, principalmente no que abrange a relação “eu” e “outro” – como em Husserl e Lévinas –, o eixo do pensamento fenomenológico se apresenta na integração da tríade: mente, corpo e mundo, a qual nos interessa para compreender a alteridade como um fenômeno que ocorre no mundo, no corpo-espírito e entre “eu” e “outro”.

Esse mesmo eixo remete às noções de objetividade e de subjetividade, orientando o questionamento, por exemplo, sobre “como é possível que o sujeito cognoscente alcance, com certeza e evidência, uma realidade que lhe é exterior?” (ZILLES, 2007, p. 217). Husserl (1982) busca a resposta através da redução (suspensão ou *epoché*), que seria uma forma de suspender, por um momento, a ação natural que nos leva imediatamente a dar definições, associar valores, formular conceitos e sentidos às coisas do mundo em que vivemos. Basicamente, a redução se empenha em não enquadrar os fenômenos em categorias prévias, a fim de manter a singularidade que lhes é própria, ou seja, preservando a existência dos fenômenos em si mesmos.

De acordo com Merleau-Ponty (2011), fenômeno é, de imediato, algo indeterminado, mas que, pouco a pouco, ganha forma e pode ser definido pela experiência do sujeito em relação à coisa percebida. Podemos dizer que fenômeno é a primeira manifestação, ainda ambígua, de tudo aquilo que se faz perceptível e que, pela percepção, somos capazes de acessar ou de

experimental no mundo em que vivemos. É pelo movimento perceptivo – centrado na exploração de algo indefinido – que o fenômeno vai se constituindo, isso porque o objetivo da percepção é o de fornecer um “universo” de coisas definidas e localizadas no mundo para aquele que percebe (ROMDENH-ROMLUC, 2011). Então, a percepção é o próprio encontro da subjetividade do “eu” com o mundo.

O mundo, por sua vez, se manifesta como lugar das percepções e dos pensamentos do sujeito, pois é nele e por meio dele que o sujeito pode alcançar o conhecimento próprio. Não estamos considerando que o mundo é puramente racionalizado ou que o sujeito só acessa a si mesmo e as coisas pelo pensamento. O sujeito é encarnado e, ao estar no mundo, faz parte dele. Nem mesmo estamos tratando da possibilidade de apreender o mundo por inteiro – aqui o entendemos como *campo fenomenal*⁸, o qual se apresenta em forma de experiência. Em toda a experiência de algo, o sujeito que experiencia não está isolado do e no mundo, está nele. O mundo, nos diz Merleau-Ponty (2011, p. 14), “é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo”, sem jamais poder abarcá-lo totalmente.

Obviamente, pensar e viver são condições inseparáveis. Por isso, o mundo e a consciência existem a partir de uma relação mútua que os constitui. Merleau-Ponty (2011) oferece uma continuidade à fenomenologia de Husserl – para o qual, em seus primeiros estudos, o mundo está reduzido à consciência, ou seja, há uma separação entre o mundo que transcende a consciência (o das coisas empíricas) e aquele que é interiorizado por ela (o da reflexão subjetiva ou da compreensão sobre algo que se deseja apreender). Embora Husserl (1982) afirme que a consciência sempre está direcionada a alguma coisa e que é pelo corpo que se alcança a percepção de algo ou de alguém, é preciso notar que tudo aquilo que é percebido, assim como esse movimento perceptivo, é parte integrante de um lugar específico, e esse lugar é o mundo vivido. Quando Merleau-Ponty se refere à consciência, ele considera a consciência encarnada, ou seja, o sujeito corporificado. É a partir dessa noção que não se pode separar o *ser* do mundo. Portanto, é claro que o entendimento de Merleau-Ponty sobre consciência não é o mesmo do pensamento cartesiano – para o qual a mente se traduziria na única realidade de que não se duvida e, assim, a certeza poderia ser inscrita no *cogito*⁹. Para ele, o *cogito* – não como espírito

⁸Isto é, “a estrutura capaz de sustentar as ambiguidades fundamentais de nossa experiência de vida” (LANDES, 2013, p. 81, tradução nossa). No original: “the structure capable of sustaining the fundamental ambiguities of our lives experience”.

⁹Dito de outro modo, na perspectiva cartesiana o conhecimento de si é concebido pela interioridade do *self*, que põe em questão tudo o que for exterior à consciência individual, pois há um distanciamento entre o *ser* e o mundo, de modo que o *self* seja compreendido como uma experiência cognitiva solitária.

pensante ou essência, mas como corpo – revela o sujeito *em situação* no mundo fenomenológico.

O verdadeiro *Cogito* não define a existência do sujeito pelo pensamento de existir que ele tem, não converte a certeza do mundo em certeza do pensamento do mundo e, enfim, não substitui o próprio mundo pela significação mundo. Ele reconhece, ao contrário, meu próprio pensamento como um fato inalienável, e elimina qualquer espécie de idealismo revelando-me como “ser no mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 9, grifo do autor).

A questão do corpo nos é relevante no que diz respeito à alteridade como fenômeno, pois unifica o agir e o existir, assim como manifesta a passividade presente na relação entre sujeitos. É enquanto ser corporificado que o sujeito *se situa* no mundo, sendo capaz de conhecer a si mesmo, pois o corpo se constitui como unidade íntima e particular – ele é um *ser para si* (como consciência) e *em si* (como “objeto físico” no espaço-temporal), seu começo e seu fim. Ele coloca o sujeito em comunicação com o interior e o exterior. Pelo corpo dá-se o “nó entre a essência e a existência que em geral reencontraremos na percepção” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 204), pois não é a consciência que se pode perceber, mas, sim, a pessoa – em parte, a “materialização” do *para si* pelo *em si*. Essa concepção revela que, muito mais do que viver “em um mundo de estados de consciência ou de representações” (MERLEAU-PONTY, 1968, p. 204, tradução nossa¹⁰), o sujeito habita um mundo de fenômenos e de experiências, a partir do vínculo direto “com seres, coisas e seu próprio corpo” (MERLEAU-PONTY, 1968, p. 204, tradução nossa¹¹). Logo, pela facticidade¹², na intenção de compreender a relação manifestada entre consciência, corpo e mundo, é que se chega à noção de *ser no mundo*.

Vamos considerar que todo sujeito que se encontra no mundo tem a capacidade de perceber o meio em que habita (consciente e fisicamente), mas não de maneira explícita, pois o estado absoluto do mundo é inapreensível – como já havíamos mencionado. A complexidade que o conforma é o que impossibilita uma percepção integral e o torna ambíguo. Com isso, queremos salientar que, quando algo se faz perceptível para alguém, inscrito nesse meio natural e social, o saber desse sujeito sobre aquilo que se manifesta diante dele e que ele experiencia é condicionado pela ideia de verdade que ele tem em relação ao que foi vivenciado. Isso nos permite dizer que o conhecimento sobre as coisas ou pessoas é variável e, assim, chegamos a

¹⁰ No original: “dans un monde d'états de conscience ou de représentations”.

¹¹ No original: “avec les êtres, les choses et son propre corps”.

¹² A facticidade é a situação na qual algo se encontra ou aquilo que coloca o sujeito em situação de fato. Dito de outra forma: é a existência concreta do sujeito no mundo. Para Merleau-Ponty (2011), o corpo é o que coloca o sujeito em situação, abrindo-o para o mundo, tendo em conta a temporalidade. Ele manifesta a existência total do sujeito como fenômeno encarnado ou corporificado.

uma diversidade de pontos de vista sobre um mesmo sujeito ou objeto no mundo. Então, não é difícil notar que todo fenômeno percebido condiciona uma interpretação que corresponde a uma verdade particular, de modo que toda verdade é única para cada *ser* a partir de sua percepção.

Nessa dinâmica, por um lado, “a coisa e o mundo só existem vividos por mim ou por sujeitos tais como eu, já que eles são encadeamentos de nossas perspectivas” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 447); por outro, o mundo não necessita do sujeito para se confirmar como realidade, pois mesmo aquilo que não somos capazes de apreender existe para além de nosso alcance, independentemente de nos relacionarmos com tal coisa ou pessoa ou de percebermos tais fenômenos. Como seres humanos, vivendo temporal e espacialmente em um meio complexo, tendemos a reduzir o mundo e tudo o que nele reside às nossas percepções e experiências, a fim de explicar e compreender não só a nós mesmos, mas aos outros com os quais coexistimos.

A noção de coexistência proporciona uma ampliação do que falamos até aqui. Ela revela que o sujeito, concebido em sua totalidade humana e como realidade presente fisicamente no mundo, ultrapassa a individualidade que lhe é própria, expondo-o como sujeito relacional, ou seja, transformando-o em um *ser no mundo com o outro*. Diante disso, a subjetividade se desdobra – pela percepção de um sujeito por outro – como experiência intersubjetiva e, assim, cada subjetividade se manifesta como um fenômeno aberto ao conhecimento.

Quando a intersubjetividade se revela, põe em evidência a dialética do “eu” e do “outro”. Para que esse encontro não seja reducionista, ambos devem ser preservados em sua facticidade, sendo necessário que haja, “além da perspectiva do Para Si – minha visão sobre mim e a visão do outro sobre ele mesmo –, uma perspectiva do Para Outro – minha visão sobre o Outro e a visão do Outro sobre mim” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 8). Sabemos que é enquanto corpo que o “outro” se desvela para o “eu” e vice-versa, pois não há a possibilidade de acessar diretamente a consciência do “outro” e, dessa forma, o *para si* (ipseidade ou o si-mesmo) passa a ser uma incógnita para aquele que o observa do exterior.

É nesse sentido que o “outro” deve ser preservado como uma verdade tanto para si mesmo quanto para aquele ao qual se manifesta. A ênfase de Husserl (1982) dada ao eu cognoscente (*ego cogito*) se mostra problemática, pois acaba desvalorizando a percepção que se tem sobre um “outro” que não o próprio “eu”. Ele sustenta que o sujeito, ao notar-se no mundo, reconhece não estar sozinho e que por analogia percebe que, além de si mesmo, há um outro *ego* capaz de existir tal como ele – no sentido de também possuir mente e corpo –, mas não levando em conta as qualidades particulares que os diferenciam como um sujeito corporificado agindo no mundo. Portanto, toda a originalidade que cabe ao outro *ego* é suspendida e, dessa maneira, este passa

a ser representado não mais como um diferente, mas reduzido e apresentado na condição de semelhante. Assim, o “outro” é apreciado numa estratégia egoísta – como objeto do pensamento do “eu” –, que o identifica como um mesmo, ou seja, um *alter ego* (outro-eu).

Em contraste, Lévinas (1971; 1987) explica que o encontro do “eu” com o “outro” não pode originar uma redução do “outro” como objeto de percepção do “eu”. Ele argumenta que, ao contrário das coisas que se manifestam no mundo diante de um sujeito, o “outro” como um fenômeno percebido não deve ser reduzido, categorizado, interiorizado ou idealizado pela consciência que se tem dele, pois, uma vez que isso fosse feito, ele já não seria mais um “outro” diferente e singular. A alteridade absoluta¹³ da qual trata Lévinas (1971; 1987) distancia o “eu” do “outro” e só os põe em contato a partir da noção de rosto. A concepção de rosto não é fisiológica, ela é uma epifania ou uma metáfora da totalidade do sujeito, por meio da qual o “outro” expressa sua resistência e exige um compromisso ético ao interpelar o “eu”. O rosto atesta a presença do “outro” diante do “eu”, barra qualquer ação egoísta que o reduza a *alter ego* e, ainda, posiciona o “eu” como responsável por seus atos em relação ao “outro” – assim, o “outro” é um não-eu, ele transcende a indiferença. É nessa exigência de responsabilidade que o rosto ganha voz¹⁴ e comunica sua vontade de coexistir em meio à diferença¹⁵.

O problema da perspectiva de Lévinas (1971; 1987) reside na assimetria e na unilateralidade entre os polos eu-outro, tal como ocorre em Husserl (1982). Embora ambos reconheçam uma alteridade prévia, que antecede o encontro entre os dois polos, quando postos em relação, para Husserl (1982) o “outro” só existe pela tomada de consciência do “eu”, enquanto para Lévinas (1971; 1987; 1982) o “eu” só passa a ser sujeito a partir da evocação do “outro”, que se dá pelo apelo ético da epifania do rosto, mas que não garante responsabilidade recíproca na relação. Com isso, podemos concluir que:

A diferença e a alteridade são verdadeiramente experimentadas apenas por uma abertura que reconhece que, apesar de todas as indubitáveis diferenças que encontramos, sempre há algo compartilhado que permite que a diferença seja concebível. Trata-se de um esforço não para reintegrar a diferença em mesmidade, mas para transformar as noções de eu e de outro em qualquer tentativa de comportar-

¹³ Um outro absoluto seria o “Outro com uma alteridade constitutiva do próprio conteúdo do Outro” (LÉVINAS, 1971, p. 29, tradução nossa). No original: “Autre d’une altérité constituant le contenu même de l’Autre”.

¹⁴ A epifania do rosto tem voz e, como interpreta Ricoeur (2014, p.398), “essa voz me diz: ‘Não matarás’. Cada rosto é um Sinai a proibir o homicídio”. Isso quer dizer que, a cada vez que o rosto se manifesta como existência do “outro”, é exigido que se respeite sua totalidade, impedindo seu extermínio ou sua redução à qualidade de mesmo. O que está em questão é a diferença radical que distingue o “outro” do mesmo.

¹⁵ Enquanto o “eu” é finito, o “outro” é a alteridade absoluta, o infinito e a impossibilidade de redução ou de conhecê-lo integralmente. Na coexistência, o “outro” passa a ser um próximo, mas não um mesmo. A intenção está voltada para o desejo de ser-com-o-outro, que pelo rosto exige acolhimento. O encontro entre “eu” e “outro” em Lévinas (1982; 1987) é a comunicação de uma experiência ética.

se responsabilmente em direção à alteridade do outro (REYNOLDS, 2004, p. 138, tradução nossa¹⁶).

É na relação de um sujeito com outros que este se deixa afetar pelas diversas existências e que pode agir no mundo como *ser*. Isto é, pela “intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 18). Há, dessa forma, um entrelaçamento sustentado pela diferença. O mundo vivido é “inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes e da experiência do outro na minha” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 18).

Assim, é pela percepção – de si mesmo e do outro – que se pode compreender a alteridade na perspectiva fenomenológica, considerando a inscrição temporal, que demarca o momento da coexistência entre sujeitos. No *mundo vivido*, a alteridade será sempre um pressuposto e, portanto, um fenômeno percebido. E é justamente o fenômeno do “outro” manifestado e apreendido pelo “eu” que conforma, na maioria das vezes, a percepção que se pode ter sobre o primeiro. A partir da alteridade, que é uma premissa da diversidade do mundo, os sujeitos encarnados (pessoas) buscam perceber uns aos outros, a fim de apreender a singularidade de cada um que não o “eu”, mesmo que o conhecimento absoluto intersubjetivo seja um feito inalcançável, pois sempre haverá algo que nos escapa. Assim, se a alteridade é compreendida aqui como o fenômeno que envolve o “eu” e o “outro” numa relação de interdependência no mundo, o que explica o modo de existência desse “outro” para o “eu” no mundo é a outridade.

2.2 OUTRIDADE

O encontro com o “outro”, na maioria das vezes, provoca inquietação ou estranhamento, pois o ponto de vista ocidental tem tradicionalmente pensado a questão da identidade do “outro” como algo a se conquistar e, por consequência, a ser dominado, domesticado ou apaziguado (TREANOR, 2006). Nessa situação, a intenção estaria em moldar o diferente nas estruturas daquilo que já se conhece ou se espera, evitando que o diferente expresse suas características, suas qualidades particulares e sua forma genuína de existência, ou seja, sua outridade.

Sobre o enquadramento do “outro” em sistemas pré-concebidos, Treanor (2006) afirma que isso promove uma relação de verificação entre “eu” e “outro”, uma vez que o que

¹⁶No original: “Difference and alterity are truly experienced only by an openness that recognizes that despite all of the undoubted differences that we encounter, there is always something shared that allows difference to be conceivable at all. This is an effort not to reintegrate difference into sameness, but to transform the notions of self and other in any attempt to behave responsibly toward the alterity of the other”.

desconhecemos é de imediato comparado com a norma ou com o comum. Dessa tentativa de verificação, espera-se que o “outro” se encaixe naquilo que já é conhecido e aceito, mas isso também condiciona o apagamento da singularidade desse “outro”. Para evitar esse apagamento, o “outro” não deve ser vislumbrado como um mero objeto em torno do “eu”, a ponto de fundir-se a ele e transformar-se em um “outro” idêntico ou um “mesmo”. A crítica que estamos fazendo é referente à justaposição ou ao emparelhamento das identidades, que suprime as diferenças dos sujeitos que se relacionam, ao dar prioridade à mesmidade¹⁷.

Sabemos que pode haver semelhanças entre os sujeitos e que isso, até certo ponto, os aproxima. Arendt (2009) salienta que, se os homens não fossem “iguais” como espécie, não seriam capazes de se compreender nem de projetar expectativas para o futuro, visando às necessidades próprias, dos contemporâneos, dos sucessores e dos antepassados. E, se não fossem diferentes em suas particularidades, “cada um distinto de qualquer outro ser humano que existe, existiu ou existirá, não necessitariam do discurso ou da ação para se entenderem. Sinais e sons seriam suficientes para comunicar as necessidades imediatas e idênticas” (ARENDR, 2009, p. 200, tradução nossa¹⁸). Nesse pensamento, nem a diferença nem a semelhança se anulam, porque configuram o aspecto da pluralidade¹⁹ do ser humano e, em parte, toda a diferença que esse manifesta diante daqueles com os quais coexiste é ainda uma forma de unicidade – uma vez que a pluralidade humana é justamente paradoxal por ser a “pluralidade dos seres únicos” (ARENDR, 2009, p. 200, tradução nossa²⁰).

A partir dessa perspectiva, a outridade carrega consigo tanto os aspectos da semelhança quanto os da diferença, o que nos leva a crer que o reconhecimento do “outro” muito tem a ver com a disposição e a habilidade que temos ou não de compreender formas particulares de existências que não a nossa. É nesse sentido que Treanor afirma que a outridade se revela como

¹⁷ Entendemos mesmidade como o emparelhamento das identidades do “eu” e do “outro”.

¹⁸ No original: “cada ser humano diferenciado de cualquier otro que exista, haya existido o existirá, no necesitarían el discurso ni la acción para entenderse. Signos y sonidos bastarían para comunicar las necesidades inmediatas e idénticas”.

¹⁹ Arendt vê a pluralidade como algo fundamental à alteridade. Ela compreende alteridade como uma característica básica e universal do *Ser* e, na relação com a pluralidade, ela é “a razão pela qual todas as nossas definições são distinções, porque não somos capazes de dizer o que nada é sem distingui-lo de outra coisa” (ARENDR, 2009, p. 200, tradução nossa). No original: “La razón por la que todas nuestras definiciones son distinciones, por la que somos incapaces de decir que algo es sin distinguirlo de alguna otra cosa”.

²⁰ No original: “pluralidad de los seres únicos”.

o ponto de encontro²¹ do fenômeno da alteridade com a similitude²². Quanto à condição de similitude, o autor esclarece que:

No nível mais básico, isso significa que qualquer outro que eu encontro, aparece ou manifesta-se de alguma maneira determinada. Isso também quer dizer que uma comunicação significativa com o outro é possível e, se provisórios, julgamentos justificáveis podem ser feitos sobre o outro (TREANOR, 2006, p. 229, tradução nossa²³).

Então, o “outro” enquanto similitude se apresenta como um semelhante ou um familiar, passível de ser compreendido, embora a similitude não garanta transparência na relação entre “eu” e “outro”, pois revela apenas aquilo que há em comum entre ambos. Ao contrário, pelo fenômeno da alteridade, o “outro é aquele capaz de revelar ou trazer algo novo e imprevisível” (TREANOR, 2006, p. 229, tradução nossa²⁴), assim como pode barrar qualquer aproximação com outro sujeito, uma vez que resguarda em si mesmo algo ambíguo ou inacessível.

Pelo fato de que “nenhum outro que experienciamos ou com o qual estamos relacionados é completamente exótico ou perfeitamente inteligível” (TREANOR, 2006, p. 230, tradução nossa²⁵), no face a face da vida cotidiana, a similitude e a alteridade passam a ser pressupostos da outridade, resultando em uma tensão que não tende ao equilíbrio, mas ao balanço entre semelhanças e diferenças a cada vez que o “eu” e o “outro” se encontram. Há sempre algo para além daquilo que se pode perceber, ora por não ser de fácil compreensão, ora por não estar expresso fisicamente ou comunicado e, portanto, o “outro”, mesmo quando próximo, ainda se faz inapreensível em sua totalidade.

Embora estejamos tratando do modo de existência do “outro”, isso nos remete a uma breve discussão sobre *self*²⁶ – tendo em conta que cada “outro” é um *self* (eu) em si mesmo. Zahavi (2014) trata de *self* sob dois aspectos. O primeiro é o da ilusão cognitiva, a partir do

²¹ Para ele há uma interdependência entre alteridade, similitude e outridade, na qual a outridade comporta as duas anteriores. Nas palavras de Treanor (2006, p. 261): “outridade é um quiasma de alteridade e similitude”. No original: “otherness is a chiasm of alterity and similitude”.

²² “Similitude é aquele aspecto das coisas e dos ‘outros’ que é familiar ou compreensível de alguma forma” (TREANOR, 2006, p. 229, tradução nossa). No original: “Similitude is that aspect of things, and others, that is in some way familiar or understandable”.

²³ No original: “On the most basic level, this means that any other I encounter appears or manifests itself in some determinate way. It also means that meaningful communication with the other is possible, and justifiable, if provisional, judgments can be made about the other”.

²⁴ No original: “the other is that which can reveal or bring about something new and unforeseen”.

²⁵ No original: “no other we experience or related to is either completely foreign or perfectly intelligible”.

²⁶ Há muitas controvérsias em torno dos estudos sobre o *self*, mas é possível assinalar o século XVII como o ponto de partida do *self* tomado por conceito teórico. Foi a partir da filosofia cartesiana que se popularizou a ideia de *cogito* e se discutiu o *self* como uma substância pensante (HAMACHEK, 1978). Nessa perspectiva, a centralidade do sujeito cognoscente diante do mundo exterior se revela na certeza do *ego cogito*: “se eu penso, eu sou” (KAMBOUCHNER, 2015, p. 63, tradução nossa). No original: “Si je pense, je suis”.

qual o *self* seria inverificável ou inexistente no plano material, considerando que “nossa autoexperiência, nosso sentimento de ser autoconsciente, nunca é totalmente verdadeira” (ZAHAVI, 2014, p. 3, tradução nossa²⁷). Já o segundo aspecto remete ao princípio da identidade. Nesse caso, o *self* é relativo à personalidade, abarcando tanto os pensamentos quanto os sentimentos (HAMACHEK, 1978; ZAHAVI, 2014), embora aquilo que acreditamos perceber sobre o *self* não possa garantir a existência mesma de tal *self*e, portanto, não devemos confundi-lo com a entidade existente e material, no caso, o indivíduo corporificado.

O *self* também é entendido como um conjunto de percepções “sobre quem somos em relação a nós mesmos, aos outros e aos sistemas sociais” (JOHNSON, 1997, p. 204). Nesse caso, ele se revela como um “eu” idealizado, social e culturalmente conformado. É fundamental desarticular a ideia do *cogito* fechado em si mesmo e posicionar o *self* no mundo – isto é, como sujeito corporificado (ser humano) em meio à sociedade e em relação com os outros *selves*, sofrendo influências e sendo passível de transformação a partir das experiências sociais. Com essa observação sobre *self*, o que nos interessa é pontuar a ambiguidade que permeia o encontro entre os seres humanos – tendo em conta mente e corpo –, porque, dependendo de onde e de como os sujeitos se posicionam socialmente, tendem a assumir os valores e as atitudes que configuram tal posição. É diante dessa condição que se pode pensar que o encontro entre “eu” e “outro” não é apenas físico ou centrado no face a face, mas também – nesse mesmo momento ou posteriormente – há certos aspectos que não se manifestam, pois dizem respeito ao consciente de cada um. Portanto, o mero contato intersubjetivo não nos dá a certeza de que se está acessando a identidade do “outro” por inteiro.

Mas, levando em conta o que está disposto em uma relação, há algumas situações referentes ao modo como o “outro” se manifesta que conseguimos perceber. Hazell (2009) apresenta as seguintes possibilidades: a) outro inferior ao *self*; b) outro como neutro; c) outro que tem voz e d) outro como fenômeno da natureza. Daremos atenção a cada um desses itens²⁸. No primeiro, o “outro” inferiorizado pelo “eu” (*self*) retoma o que havíamos comentado no início dessa seção: ao expressar as qualidades que o diferenciam ou por estar em uma relação assimétrica, há a tendência de domesticar ou apagar tudo aquilo que distancia o “outro” do “eu”, tendendo a reduzir o “outro” à categoria de mesmo ou, de uma forma mais radical, deixando-o à margem. A exemplo disso, estão as disparidades étnicas, culturais, religiosas,

²⁷ No original: “Our self-experience, our feeling of being a conscious self, is never truthful”.

²⁸ Além dessas formas, há o “outro” imaginário, simbólico, pleno e relativo. O simbólico, o imaginário e o pleno estão para além do que conseguimos apreender e visualizar – mitos, metáforas, epifanias, objetos da consciência e essência. Já o relativo se oferece como um mundo aberto à interpretação. Adiante, trataremos do “outro” pleno e do “outro” relativo.

socioeconômicas ou de gênero. O segundo item diz respeito à possibilidade do “outro” se manifestar de forma indiferente ou neutra diante daquele com o qual se relaciona. Nisso, a coexistência seria, em parte, pacífica e sem divergências, mas aberta tanto à alienação quanto ao esquecimento. Uma situação parecida é a concepção de “outro” centralizado ou “outro” unificado pelo conceito de massa.

O terceiro aspecto salienta que o “outro” é capaz de se expressar, de comunicar sobre si mesmo e, portanto, não deve ser silenciado ou apresentado como áfono. Toda vez que a voz do “outro” nos chama, a questão que se sobressai para nós é a de “como devemos responder à chegada do outro – quer esse outro seja uma voz no deserto, a voz do inconsciente, ou a voz de uma viúva, de um órfão ou de um estranho?” (TREANOR, 2006, p. 3, tradução nossa²⁹). Embora seja uma indagação complexa, nos parece que o desprendimento de si e a disponibilidade ao “outro” se oferecem como tentativas de “ouvir” ao chamado daquele que se manifesta. Por fim, o quarto item trata da natureza como um “outro” para nós. Nessa condição, o meio natural se faz presente, por exemplo, pela tempestade, pela avalanche ou pelo terremoto.

Entendemos, a partir dos modelos de Hazell (2009), que a manifestação do “outro” é uma forma de ele se mostrar presente diante de outros sujeitos, o que o torna consciente de si, de seus atos e de suas vivências, não ignorando o contexto histórico e a maneira como esse sujeito encara o meio em que está inscrito – isto é, um *estar no mundo*, pois é nesse meio que ocorre a “intersubjetividade, história dos homens” (SIDEKUM, 1979, p. 21). Se estar presente no mundo nos coloca entre sujeitos, também nos coloca em sociedade e, ao nos darmos conta de que estamos nessa condição, a própria sociedade se apresenta como um “outro” para a nossa percepção. A sociedade é um “outro” na medida em que é um terceiro³⁰ para a dinâmica “eu” e “outro”, ela nos acolhe e ainda nos confronta – possui necessidades, demandas e exige responsabilidades. Nessa lógica, “eu sou responsável pelo outro e nós somos ambos

²⁹ No original: “how should we respond to the arrival of the other – whether that other is a voice in the desert, the voice of the unconscious, or the voice of widow, orphan, or stranger”.

³⁰ O terceiro é o que impede uma relação bilateral, apenas entre eu e outro. “Nós vivemos em um mundo de muitas pessoas, muitos outros. Em cada encontro com o outro, há referência ao “terceiro” (TREANOR, 2006, p. 41, tradução nossa). No original: “We live in a world of many people, many others. In every encounter with the other, there is reference to ‘the third’”. A identidade do terceiro é problematizada tanto por Ricoeur (1995, 2008a, 2008b) quanto por Lévinas (1999). Este último esclarece que é pela via do terceiro que se pode alcançar a pluralidade da humanidade e pensar na relação de responsabilidade entre os sujeitos. Diante dessa afirmação, Lévinas interroga sobre a questão da justiça e da unicidade: “Qual deles, diante da pluralidade, é o outro por excelência? Como alguém pode julgar? Como comparar outros – únicos e incomparáveis?” (1999, p. 102, tradução nossa). No original: “Which one, in that plurality, is the other par excellence? How can one judge? How to compare others – unique and incomparable?”. As indagações de Lévinas (1999) ganham amplitude na visão ricoeuriana. Para Ricoeur (1995, 2008a), a posição do terceiro é tida como o lugar de onde fala a justiça. A justiça também proporciona que o “outro” seja visível. Assim, o termo justo, relacionado à identidade do terceiro, pode ser “aplicado a pessoas, ações e instituições” (RICOEUR, 2008a, p. 20).

responsáveis pelos outros (terceiros), e, da mesma forma, os outros são responsáveis por mim” (TREANOR, 2006, p. 43, tradução nossa³¹). Daí firma-se o laço entre sociedade e responsabilidade que concerne à outridade.

Até aqui foi visto que a outridade é a forma de existência do “outro” em sua singularidade. Essa maneira de existir tem como pressupostos tanto as familiaridades quanto as diferenças intersubjetivas e intersecciona o fenômeno da alteridade com a similitude. A outridade também põe em evidência a identidade do terceiro-outro. Há, ainda, dois aspectos a serem considerados: a outridade plena e a outridade relativa.

2.2.1 Outridade plena e relativa

Se no encontro com o “outro”, como dissemos anteriormente, há aspectos possíveis de apreensão e outros não, é porque cada “outro” é para nós, simultaneamente, distante e próximo, dúvida e certeza, visível e invisível, um “outro” em si mesmo e um “outro” aberto à interpretação. Essas contradições remetem à outridade plena e à relativa³².

Outridade plena, basicamente, é aquilo que conforma a interioridade do “outro” e, portanto, não está explícita. Ela diz respeito ao “outro” para si e em si mesmo, ao inverificável, à consciência de si – é o outro em sua plenitude e intimidade, com anseios, inquietações, desejos, emoções, sentimentos e percepções que lhes são particulares, inacessíveis ou não reveladas no encontro face a face.

Quando eu encontro outra pessoa face a face, eu vejo os olhos dela, o nariz e a boca, mas eu não percebo a parte de trás de sua cabeça. [...] eu sempre posso mudar minha perspectiva, caminhar em torno da pessoa e perceber diretamente a parte de trás de sua cabeça, seu cabelo, etc. Contudo, e este é o ponto, *nenhuma* mudança de perspectiva irá *jamais* permitir que eu perceba diretamente a consciência de outra pessoa (TREANOR, 2006, p. 142, grifos do autor, tradução nossa³³).

³¹ No original: “I am responsible for the other, and we are both responsible for others (thirds), and, indeed, others are responsible for me”.

³²Treanor (2006) trata esses dois aspectos baseados nas perspectivas de Emmanuel Lévinas, Gabriel Marcel, Richard Kearney, Paul Ricoeur, Jacques Derrida e John D. Caputo. No entanto, ele dá aos termos o nome de *absolute otherness*, ou seja, outridade absoluta, e *relative otherness*, ou seja, outridade relativa. Em alguns momentos, *otherness* (outridade) e *alterity* (alteridade) são usados como sinônimos e, ainda, quando grafados ao lado do adjetivo “absoluto”, remetem à ideia das filosofias de Lévinas, Derrida e Caputo – em que o outro absoluto é centralizado e distanciado, em sua totalidade e diferença, do “eu”. Aqui optamos pelo nome de “outridade plena”, em vez de outridade absoluta, a fim de nos referirmos ao si mesmo, à interioridade, ao que não se altera e é pleno como essência do “outro”, mas tendo em conta o que o difere e o assemelha ao “eu”.

³³ No original: “When I encounter another person face to face, I see her eyes, nose, and mouth, but I do not perceive the back of her head. [...] I can always change my perspective, walk behind the person and directly perceive the back of her head, her hair, etc. However, and this is the point, *no* change in perspective will *ever* allow me to directly perceive the consciousness of another person”.

Podemos, em uma tentativa mais radical, aproximar a outridade plena à concepção de outro absoluto (LÉVINAS, 1971), colocando uma distância abissal entre o “outro” e o “eu”, impedindo qualquer tentativa de redução desse “outro” ao conhecimento e às considerações que o “eu” poderia ter sobre ele. Dessa forma, o “outro” seria um estranho sempre inalcançável, lançado ao infinito, mas, ainda, cerrado em sua totalidade – seria absolutamente um outro que não aquele que se faz presente no encontro intersubjetivo. Obviamente, assim como o outro absoluto, a outridade plena não produz encontro algum e não comunica³⁴ de imediato algo sobre esse “outro”, ao contrário, tudo o que ela não revela dá margem a suposições e a hipóteses e, portanto, torna relativa a outridade desse “outro”.

Ao passo que a outridade plena nos escapa, a outridade relativa é um campo aberto de possibilidades para alcançar o conhecimento que se deseja ter sobre o “outro”. Ela pode ser relativa no próprio sentido de pôr sujeitos singulares em relação (numa referência mútua) e ainda no sentido da ambiguidade que essa mesma relação produz – o “outro” comunica algo física ou verbalmente, evidenciando semelhanças e diferenças, mas nessa mesma comunicação há o silêncio da outridade plena. Então, a outridade relativa, na verdade, é a única que se efetiva na convivência intersubjetiva, pois permite discernir entre o que está expresso e o que podemos supor. Assim, esse tipo de outridade está sempre aberto à interpretação (TREANOR, 2006) e à reinterpretção, a cada novo encontro do “eu” com o “outro” ou com os “outros”.

Contudo, se o entendimento que se tem sobre a identidade do “outro” passa pela interpretação, existe a probabilidade de nossas interpretações criarem representações equivocadas sobre ele, pois o ato interpretativo é tão subjetivo e ambíguo quanto a relação entre sujeitos que o origina. Isso porque “acreditar que algo é verdade ou mentira condiciona nossa expectativa frente ao mundo, pressupõe ideias, noções, significações escondidas em nossas percepções ou sentimentos” (MOSCOVICI, 1998, p. 8). Quer seja pela imaginação ou pelo face a face, o encontro entre sujeitos estabelece um movimento de avanço e de recuo em busca do reconhecimento daquele que ali se apresenta e, dessa forma, o outro interpretado já não é aquele do instante da interpretação, sequer ele em si mesmo, ele é um “outro” ideal.

³⁴Embora se saiba que o outro absoluto de Lévinas (1971; 1982; 1987) comunique, pela epifania do rosto, o desejo de não se tornar idêntico àquele que ele evoca, ele não diz nada sobre si mesmo, apenas barra a redução pelo apelo ético. Por exemplo, sabemos que a pobreza é uma situação que comunica desigualdade humana e que exige nossa atenção a ponto de sermos empáticos e agirmos de modo responsável, a fim de cessar tal condição. Nesse caso, a pobreza se manifesta pelo rosto que vai comunicar o desejo de justiça, mas não necessariamente o de igualdade (fazer do outro um mesmo), uma vez que o “outro” não se deixa abarcar pelo “eu”. Além disso, não se tem acesso a cada pessoa em condição precária pela manifestação do rosto, o que temos é uma totalidade e não a singularidade. Talvez haja, nesse caso, uma dificuldade: como responder ao rosto que chama, se não sei ao certo quem está chamando?

2.2.2 Reconhecimento do outro

Na abrangência dos relacionamentos intersubjetivos, reconhecer o “outro” em sua situação social, física ou temporal (por exemplo: pobreza, doença e velhice) pode ser uma atitude instigada por emoções e por experiências afetivas. Embora o compartilhamento delas nem sempre seja recíproco, são motivadas por ações simpáticas, empáticas e de compaixão.

A simpatia, a empatia e a compaixão mobilizam alguns sentimentos – com certas consequências na vida cotidiana – e também estão relacionadas ao fenômeno da alteridade, pois articulam as perspectivas do *para si* e do *para outro*. Desse modo, quando o “outro” se manifesta em condições diferentes ou semelhantes daquelas nas quais estamos e as quais conhecemos, em um primeiro momento, alcançamos o entendimento de sua situação pela nossa “imaginação”, repleta de juízos de valores e de crenças, assim como pela capacidade de identificação e pela tentativa de se colocar no lugar do “outro”. Ao reconstruir a experiência do “outro” – projetando-o em nós mesmos e comparando tais experiências com as nossas –, temos a possibilidade de reconhecê-lo a nossa maneira.

As ações empática e simpática têm como premissa o intercâmbio entre “eu” e “outro”, ou seja, a mudança de lugar entre eles – obviamente, uma transposição metafórica e imaginativa. A simpatia é uma forma de comunhão ou de sintonia entre “eu” e “outro” pelo sentimento – é o *sentir com* a outra pessoa. A empatia é um modo de entender a outra pessoa, no sentido de transcender à condição dela, isto é, *sentir no outro* (BUBANDT; WILLERSLEV, 2014).

No entanto, simpatia não diz respeito a qualquer tipo de comunhão, mas àquela que envolve ter a consciência do sofrimento ou da aflição de outra pessoa e a vontade de que esse sofrimento cesse (WISPÉ, 1986). Assim, podemos nos referir à simpatia em dois aspectos:

O primeiro faz referência ao aumento da sensibilidade às emoções da outra pessoa. A simpatia intensifica tanto a representação quanto a reação interna à situação da outra pessoa. O segundo aspecto envolve o desejo de tomar quaisquer medidas atenuantes necessárias; isto é, na simpatia o sofrimento da outra pessoa é imediatamente experimentado como algo a ser aliviado. E mesmo se uma pessoa for incapaz de ajudar a outra pessoa, o sentimento de compaixão e o desejo de ajudar pode surgir de qualquer maneira (WISPÉ, 1986, p. 318, tradução nossa³⁵).

³⁵ No original: “The first makes reference to the increased sensitivity to the emotions of the other person. Sympathy intensifies both the representation and the internal reaction to the other person's predicament. The second aspect involves the urge to take whatever mitigating actions are necessary; that is, in sympathy the suffering of the other person is experienced immediately as something to be alleviated. And even if one person is unable to help the other person, the feeling of compassion and the urge to help can arise anyway”.

Como um processo que tem por finalidade o bem-estar do “outro” – sem pensar em si mesmo –, a simpatia é ainda uma forma altruísta de se comportar instigada pela compaixão (WISPÉ, 1991). A compaixão também visa amenizar o sofrimento ou a dor de outra pessoa, mas ela é uma emoção piedosa um pouco mais complexa. Baseada no pensamento aristotélico, três exigências à compaixão são apresentadas por Nussbaum (2001, p. 412, tradução nossa³⁶):

A primeira exigência cognitiva da compaixão é a crença ou avaliação de que o sofrimento é sério, em vez de trivial. A segunda é a crença de que a pessoa não merece o sofrimento. A terceira é a crença de que as possibilidades de sofrimento da pessoa que experiencia a emoção são semelhantes às da pessoa que está sofrendo.

De fato, a compaixão é perpassada por julgamentos de valores, levando em consideração a relevância ou a gravidade da situação em que a pessoa se encontra. Não é que a situação seja realmente mensurável, mas que ela cause algum impacto frente às outras. Por exemplo, podemos ter compaixão por pessoas que tiveram algum dano na vida, como elenca Nussbaum (2001), diante das seguintes ocasiões: de morte, de estupro, de separação, de vitimização, de doença, de escassez alimentar e de fraqueza emocional ou física. As percepções e os julgamentos variam de pessoa para pessoa, assim como têm influência do contexto social – seja cultural, religioso ou político – e, ao serem somados ao que chamamos de outridade relativa, é provável que a interpretação da condição de sofrimento do “outro” seja superestimada, promovendo compaixão por uma pessoa que não se percebe (ela mesma) em situação de sofrimento.

A compaixão toma o ponto de vista do observador, produzindo o melhor julgamento que este pode fazer sobre o que realmente está acontecendo com a [outra] pessoa, mesmo quando isso possa divergir do julgamento feito pela própria pessoa (NUSSBAUM, 2001, p. 415, grifo nosso, tradução nossa³⁷).

³⁶No original: “The first cognitive requirement of compassion is a belief or appraisal that the suffering is serious rather than trivial. The second is the belief that the person does not deserve the suffering. The third is the belief that the possibilities of the person who experiences the emotion are similar to those of the sufferer”. A autora ressalva que a terceira condição nem sempre é necessária. Por exemplo, vamos supor que um pugilista demonstre dor intensa por ter as mãos calejadas, machucadas e com feridas expostas após treinar constantemente e devido a isso teve que parar de lutar. Provavelmente, o julgamento dele sobre si mesmo será de um sofrimento imenso. Contudo, um observador que não é lutador de boxe e que também não possui as mãos feridas pode, ao tomar consciência dessa situação, sentir compaixão por esse sujeito, mesmo que ele ache a situação normal, pois, nesse caso, a dor é resultado do treino intenso. Nussbaum (2001) explica que isso é possível porque há uma validação do julgamento do “outro” (o que sofre) pelo “eu”. No exemplo, o julgamento de valor não está somente ligado à dor, mas à consequência dela: ser privado de sua carreira.

³⁷No original: “compassion takes up the onlooker’s point of view, making the best judgment the onlooker can make about what is really happening to the person, even when that may differ from the judgment of the person herself”.

Em uma atitude um pouco diferente está a empatia. Enquanto a simpatia e a compaixão são meios de se relacionar com o “outro” – ou de estar relativo a alguém diferente de si mesmo –, a empatia é uma forma de *obter conhecimento* sobre a identidade do “outro”. A distinção é destacada por Wispé (1986, p. 318, tradução nossa³⁸):

Na empatia, o sujeito empático “vai ao alcance” da outra pessoa. Na simpatia, o sujeito simpático é “movido pela” outra pessoa. Na empatia, nós nos substituímos pelos outros. Na simpatia, nós substituímos os outros por nós mesmos.

A empatia, então, requer um movimento – de aproximação e de afastamento – baseado na tentativa de mimetizar³⁹ e de pensar como poderia ser se acaso “eu” fosse o “outro” (BUBANDT; WILLERSLEV, 2014; WISPÉ, 1986), levando em conta a identificação com a outridade desse sujeito, mas sem nunca “perder” a identidade que lhe é própria. Como indicam Bubandt e Willerslev (2014), a finalidade da identificação empática nem sempre é voltada à compreensão do outro ou à piedade. Ela também tem um lado obscuro, a partir do qual se mimetiza a outridade a fim de manipular, enganar, seduzir, esquecer ou violentar esse “outro” – os autores nomeiam essa atitude de empatia tática.

Ainda sobre o reconhecimento do “outro”, vemos como aspecto relevante o entrelaçamento do tempo e da outridade. Ao trazer as reminiscências para o presente, podemos interpretar não só ao outro como a nós mesmos, promovendo algumas mudanças ou reiterando aspectos sociais e identitários (BENETTI; FREITAS, 2015). Nesse enlace, as memórias, como representações do passado (RICOEUR, 2015), servem de subsídios para a manutenção da identidade do “outro” frente ao esquecimento. A rememoração permite refletir sobre as vivências dos sujeitos socialmente e – em conjunto com a empatia, a simpatia e a compaixão – o dever da memória (de barrar o esquecimento) é associado à justiça e à moral, se estendendo ao perdão⁴⁰.

³⁸ No original: “In empathy, the empathizer “reaches out” for the other person. In sympathy, the sympathizer is “moved by” the other person. In empathy, we substitute ourselves for the others. In sympathy, we substitute others for ourselves”.

³⁹ No sentido de imitar as ações ou a identidade do outro. “Empatia mimética é, portanto, situada em e definida tanto pelas diferenças quanto pelas semelhanças” (BUBANDT; WILLERSLEV, 2014, p. 19, tradução nossa). No original: “Mimetic empathy is therefore situated in and defined by difference as much as by similarity”. Os autores falam ainda que a empatia deve ser pensada como algo emocional, cognitivo e corporal ao mesmo tempo.

⁴⁰ Sobre memória e perdão: “cada um de nós tem o dever não de esquecer, mas de recordar o passado, por mais doloroso que seja, sob a orientação da memória pacificada” (RICOEUR, 2015, p. 156, tradução nossa). No original: “Each of us has the duty not to forget, but to recall the past, as painful as it may be, under the guidance of pacified memory”.

Esses aspectos ligados ao reconhecimento do “outro” atestam a convivência em sociedade e instigam uma responsabilidade ética⁴¹ entre sujeitos. Como vimos, o processo que leva a reconhecer a outridade está permeado por princípios de justiça, de estima, de afeto e de respeito, que são acionados socialmente. Contudo, sabemos que as experiências compartilhadas não são harmônicas em sua maioria, pois, assim como os sujeitos são múltiplos e ambíguos, o contexto social é plural e, devido à multiplicidade e às diferenças dentro da realidade social, se desvelam infinitas ordens de realidade, dentro das quais as posições de sujeitos, os valores culturais e as ideologias são divergentes.

Nesse perspectiva os sistemas de tipificações e de relevâncias⁴² (SCHÜTZ, 1973) atuam transmitindo conhecimento socialmente significativos, mobilizando estereótipos e expectativas, nomeando acontecimentos e sujeitos, assegurando o controle social, intercedendo na alteridade e transformando particularidades em interesses coletivos. Fica claro que a realidade não só é conhecida, produzida, significada e vivenciada por meio da sociabilidade, mas construída pela percepção que cada um tem dela e daqueles que nela coexistem.

Conclui-se que a multiplicidade de sujeitos, de culturas e de identidades interfere na configuração de realidades diversas, que pela interpretação adquirem significados. Com essa ação interpretativa, agenciam-se modos de ver a vida – movimento seletivo que faz com que alguns sujeitos tornem-se perceptíveis, enquanto outros sejam destinados ao apagamento. O tornar visível tem reflexos tanto no fenômeno da alteridade, quanto na estrutura do conhecimento, o que permite desmistificar a noção de que a realidade é naturalmente o que parece ser, além de assegurar que qualquer escolha é resultado de uma mediação subjetiva – refletindo na forma que se deseja ou não conhecer e tratar a outridade.

⁴¹ Ricoeur (2014), em sua “pequena ética” (*petite éthique*), aponta que há diversas formas de ser consigo mesmo e com os outros, ao falar, agir, narrar e imputar responsabilidade aos atos próprios e das outras pessoas. É possível estabelecer uma aproximação da pequena ética com a fenomenologia merleau-pontiana. Para Merleau-Ponty (2011), o corpo é sujeito e objeto, pois é por meio dele que se percebe, se pensa e se age no mundo. Em parte, ser consciente do corpo próprio é estar cômico das ações que são por ele realizadas. Assim, podemos dizer que é pelo movimento do corpo no mundo que se verifica a capacidade de execução das quatro premissas da pequena ética – falar, agir, narrar e imputar responsabilidade. Nessa proposta, a confluência entre a hermenêutica e a fenomenologia permite reaprender a perceber e a sentir o mundo (interior e exterior), aproximar vivências, narrar histórias, ressignificar o mundo intersubjetivo e as experiências, perceber a alteridade, interpretar a outridade e assumir responsabilidade ética.

⁴²Na sociologia fenomenológica de Schütz (1973), esse sistema é fundamental para o processo interpretativo dos sujeitos em sociedade. Schütz entende que todas as coisas com as quais entramos em contato são vivenciadas por alguma tipificação e possuem alguma ordem de relevância individual e compartilhada. A forma como os sujeitos percebem, agem, interpretam e experienciam o cotidiano, para o autor, está diretamente ligada às escolhas (relevantes) e às noções pré-construídas (tipificações) individual e coletivamente. Esses sistemas são pressupostos para a percepção do sujeito no mundo e ainda são formas de atingir o conhecimento social, considerando a relação com as coisas e pessoas socialmente. Pela interação intersubjetiva as tipificações e as relevâncias podem ser tanto reformuladas quanto legitimadas.

Esses esclarecimentos indicam o ponto de partida do próximo capítulo, que situará o jornalismo como uma atividade implicada na construção social da realidade. Veremos que a alteridade e a outridade têm novos desdobramentos quando relativas ao jornalismo, uma vez que este será problematizado como um tipo de conhecimento sobre o mundo e uma forma de discurso essencialmente constituído pela alteridade.

3 JORNALISMO

A percepção do mundo não é integral e igual para todos. A partir do paradigma construtivista, entendemos que a participação ativa dos sujeitos sociais se reflete nas distintas acepções que se pode ter do mundo. É pela relação intersubjetiva que alcançamos o conhecimento e damos sentido aos diversos fenômenos do mundo vivido. Esse conhecimento, no entanto, não é algo inscrito na imediaticidade do contato do sujeito com o meio, mas, sim, é construído socialmente pelas ações, percepções, experiências e interações subjetivas. Dessa forma, “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 35). Isso quer dizer que a compreensão da realidade é o resultado de uma ação social subjetiva (SCHÜTZ, 1973), que se estrutura temporal e espacialmente, adquirindo significado por meio de uma linguagem comum⁴³ aos sujeitos. Para Schütz (1973) a vida cotidiana é uma realidade em si, mas por ela cruzam outras tantas realidades possíveis.

Esse breve esclarecimento nos remete à influência de Schütz nas teorias da comunicação. Ele forneceu as bases de um pensamento que problematiza a comunicação como parte integrante de um processo intersubjetivo e defende que, por meio dela, dos discursos e da linguagem, universos de significados comuns são produzidos e reproduzidos. Isso auxilia na compreensão não só da contemporaneidade, mas do contexto dos antepassados, abrindo a possibilidade de projetarmos expectativas para o futuro – evidenciando que há diversas maneiras de conhecer o mundo. Essa visão também buscou distinguir as ciências naturais das sociais, tencionando a subjetividade humana e a objetividade científica (SCHÜTZ, 1973; CORREIA, 2004), além de enfatizar que nas ciências sociais – área em que está o jornalismo – não se considera apenas a interpretação da realidade construída pelo “observador” (jornalista), mas por todos os sujeitos que nessa dimensão agem e convivem (CORREIA, 2004). Isso implica a consideração do senso comum⁴⁴, da ideologia dominante e dos processos cognitivos que constituem a complexidade do cotidiano.

⁴³ Pela linguagem as experiências são tipificadas e repetidas. A partir dela também se objetiva a vida cotidiana. Por meio dela há a “capacidade de transcender o ‘aqui e agora’, a linguagem estabelece pontes entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana e as integra em uma totalidade dotada de sentido” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 58). A linguagem traz ao presente sujeitos e objetos distantes espacial e temporalmente.

⁴⁴ Berger e Luckmann comentam que “o conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” (2013, p. 40). E complementam que “a atitude natural é a atitude da consciência do senso comum, precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens” (2013, p. 40). De certa forma, a realidade pautada no senso comum pode conduzir a uma percepção dominante da estrutura social.

A partir dessas considerações, neste capítulo vamos tratar do jornalismo pelo paradigma construcionista, a fim de falar da disposição que a atividade tem para fornecer realidades construídas por meio dos textos, ao interpretar, mimetizar e organizar o mundo e os sujeitos em suas narrativas. Essas narrativas são tanto lugares de produção de sentido e de conhecimento, quanto formas de acessar os fenômenos sociais percebidos e descritos pelo jornalista.

Aqui, a seção está segmentada em três momentos: o primeiro deles trata do jornalismo como um tipo de conhecimento atento à singularidade dos fenômenos que se manifestam no mundo. Para isso, recorreremos aos trabalhos de Genro Filho (1987), Meditsch (1992, 2004), Traquina (2012, 2013), Alsina (2009) e Kovach e Rosenstiel (2001). O segundo apresenta o jornalismo como um tipo de discurso necessariamente composto pela alteridade e trata da mimetização da outridade (CHARAUDEAU, 2013; RICOEUR, 2006; 2010; 2014; BENETTI, 2008; FOESSEL, 2016). O terceiro momento dá atenção ao objeto empírico que serve de guia para esta pesquisa – a *Folha de S. Paulo* –, enfatizando a editoria Mundo e o jornalismo internacional, com suporte dos trabalhos de Natali (2004), Aguiar (2008) e Bomfim (2011, 2015).

3.1 DIMENSÃO FENOMÊNICA DO JORNALISMO

O jornalismo é uma atividade engajada na observação e na descrição dos acontecimentos relevantes do mundo. Mas, anteriormente a qualquer intervenção narrativa, há no mundo fenômenos e uma multiplicidade de fatos (GENRO FILHO, 1987). Com isso, queremos dizer que os fenômenos são independentes dos sujeitos que os percebem e, do mesmo modo, os fatos não estão soltos no espaço e no tempo – eles fazem parte de uma realidade, até certo ponto, de ordem objetiva. Porém, toda realidade possui aspectos subjetivos e é nessa dimensão que os fatos, pela ação e percepção dos sujeitos, adquirem significados no mundo e podem ser compreendidos como acontecimentos. Desse modo, o fato objetivo passa a ser um fato social, ou seja, resultado da agência e da experiência das pessoas em dado contexto. Pela dinâmica do jornalismo, outro tipo de fato é produzido – o fato jornalístico –, que depende da articulação dos dois anteriores e da ação de um jornalista. Basicamente, o fato jornalístico se origina da reprodução e da mediação de um fato social pelo jornalista. Assim, “o jornalismo não se relaciona apenas com a objetividade do que aconteceu, mas também com a subjetividade que constitui o que aconteceu” (PONTES, 2015, p. 298). Nessa atividade, os produtos jornalísticos revelam e fornecem uma realidade própria, orientada social e institucionalmente, atenta à subjetividade e à objetividade e que se distancia da noção espelhada do real.

Traquina (2012) traz três justificativas para o que estamos afirmando. A primeira diz respeito à incapacidade de distinguirmos, na produção da notícia, os aspectos subjetivos (da realidade criada pelos jornalistas) daqueles aspectos decorrentes do real ou postos como objetivos. A segunda trata da desqualificação de uma linguagem entendida como natural e transparente, ou seja, “a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos” (TRAQUINA, 2012, p. 170), pois temos, a partir dela, uma representação do que foi apreendido socialmente. A terceira é a mediação, por meio da qual diversos fatores – como a presença de um jornalista, a estrutura da organização, a existência de um público e a qualidade imprevisível dos acontecimentos – influenciam na construção da notícia e, conseqüentemente, na realidade por ela projetada.

A partir da condição representativa da realidade, os textos jornalísticos mobilizam uma série de significados cultural e socialmente inscritos, que revelam o que já é conhecido, mas também promovem uma perspectiva diferente sobre aquilo que narram, oferecendo um mundo novo, ou seja, uma realidade essencialmente construída por essa atividade. É claro que os constrangimentos organizacionais, a estrutura do *lead*, a ideologia da instituição e a subjetividade do repórter vão se aglutinar no resultado dessa criação e, invariavelmente, nos efeitos que ela produz na sociedade (TUCHMAN, 1978; MEDITSCH, 2004; TRAQUINA, 2012). Portanto, os produtos jornalísticos, por circularem no meio em que as pessoas compartilham suas vivências, assumem um papel relevante na produção do conhecimento que se pode ter sobre o mundo.

Em artigo publicado em 1940, Robert Park⁴⁵ (2008) apresenta duas categorias de conhecimento – *acquaintance with* (familiaridade-com) e *knowledge about* (conhecimento-sobre). O *acquaintance with* “é um tipo de conhecimento que alguém adquire ao longo de seus encontros pessoais e de primeira mão com o mundo ao seu redor” (PARK, 2008, p. 52). A esse tipo pertencem os hábitos e os costumes, ajustando os sujeitos em um mundo pré-concebido, que abre espaço, por exemplo, para o senso comum, a intuição e o estereótipo. Já o *knowledge about* é um tipo de conhecimento “formal, racional e sistemático” (PARK, 2008, p. 55), que se baseia na atestação de um fato observado. Essa categoria leva em conta o caráter objetivo e a perspectiva escolhida pelo observador – seria uma forma de conhecimento científico capaz de

⁴⁵ Para ele as notícias e os jornais são instrumentos de grande influência e função social. Park (2008) tentou explicar o tipo de conhecimento que as notícias produziam e sua característica. Ele as adaptou em duas categorias. O posicionamento de algo em cada uma delas vai depender do tipo de interpretação que fizermos do objeto observado, seja de modo simplificado, superficial e aprendido no dia a dia (a partir da *familiaridade-com*), seja de modo mais esquematizado e preciso (por meio do *conhecimento-sobre*). Fica claro que havia aí uma preocupação em distanciar o senso comum da ciência.

encarar o mundo como algo empírico e passível de verificação. Esses conhecimentos diariamente atravessam a vida dos sujeitos. Para Park, o tipo de conhecimento do jornalismo está posicionado entre o *acquaintance with* e o *knowledge about*, dependendo da profundidade assumida ou da imediaticidade do fato tomada como ponto de partida.

O aspecto principal do jornalismo como um gênero do conhecimento, diz Genro Filho (1987, p. 58, grifo do autor), “é a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica”. Isso quer dizer que o jornalismo tem a imediaticidade como lugar de chegada e não como um lugar de onde se deve partir. A imediaticidade é:

o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência. É a partir dessa simulação que surge propriamente um gênero de conhecimento (GENRO FILHO, 1987, p. 58).

A simulação da qual trata o autor (ou mimetização, como preferimos chamá-la) é o que determina que o imediato será sempre mediado no jornalismo e, por consequência, os fatos – no caso, jornalísticos – não serão totalmente objetivos.

Trata-se de um processo de mediação complexo, pois envolve a mediação com a dimensão fenomênica do fato e com a dimensão de produção subjetiva do próprio fato social. Que, por sua vez, está em relação com as mediações próprias do ambiente de produção jornalística (tanto com a objetividade quanto com a subjetividade) (PONTES, 2015, p. 302).

Nessa lógica, o conhecimento social produzido pelo jornalismo oferece uma “reprodução dos acontecimentos a partir da reconstituição fenomênica e singular, como algo que estivesse sendo imediatamente vivido” (GENRO FILHO, 1987, p. 128). Isso é o que torna único o fato jornalístico e o que centraliza o conhecimento dessa atividade nas categorias do singular, do particular e do universal⁴⁶.

O singular abarca os aspectos próprios de um fenômeno, podendo diferenciá-lo dos demais e lhe garantir unicidade. É a matéria-prima das informações noticiadas. O jornalismo trabalha com a novidade, e o novo é saliente pela singularidade. A urgência na captação do singular “abre sempre uma perspectiva crítica em relação ao processo. A singularidade tende a

⁴⁶ Essas categorias são adaptadas por Genro Filho (1987) a partir dos trabalhos filosóficos de György Lukács e Georg Hegel. Elas também contribuem para diferenciar o conhecimento do jornalismo dos da arte, da história e da ciência.

ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma” (GENRO FILHO, 1987, p. 212), pois a realidade resultante desse processo é a jornalística. Por exemplo, se considerarmos a estrutura do *lead*⁴⁷, que organiza a notícia a partir da singularidade, entenderemos também que o singular depende da forma que o jornalismo assume para narrar a vida cotidiana ou os fenômenos que compõem um fato. A organização parte do mais relevante ao geral, situando o que se está narrando em um contexto particular – que não é único, mas ajuda a delinear algumas características do fato. Aqui, o universal estaria no “horizonte da notícia, como forma de enquadramento e de direcionamento do texto” (PONTES, 2015, p. 24), muitas vezes, legitimando valores predominantes do contexto e tendendo a generalizações ou reduções.

Assim, as três categorias representam dimensões do mundo e estão articuladas na produção jornalística de modo relacional, em que cada uma é parte integrante da outra. Podemos dizer que não há “singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade. E não existe universalidade pura, sem que dentro da universalidade estejam dissolvidos os demais conceitos” (MEDITSCH, 1992, p. 29).

Não podemos ignorar que, como intérprete e mediador da realidade, “o jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano e age como tradutor do saber dos especialistas para o grande público” (ALSINA, 2009, p. 269). É diante dessa atividade de produzir um conhecimento compreensível para a maioria que os jornalistas vão trabalhar com o singular, o particular e o universal, adaptando os acontecimentos tanto aos padrões culturalmente aceitos pela audiência, quanto às interpretações consensuais ou hegemônicas (ALSINA, 2009), mas podendo, em uma ação transgressora, romper com ambas.

A partir da reconstrução que o jornalismo faz do mundo é que se pode acessar e conhecer a realidade e os sujeitos que a integram. Também entendemos que toda realidade é mediada e que o jornalista apresenta parte dela em seus textos – ao selecionar o que cabe a cada uma das três categorias aqui mencionadas, levando em conta, por exemplo, o senso comum, a ideologia, a relação estabelecida com as fontes, os enquadramentos escolhidos, os constrangimentos impostos pela organização jornalística, a linguagem, os estereótipos e, obviamente, os aspectos objetivos e subjetivos (TUCHMAN, 1978; GENRO FILHO, 1987; SCHUDSON, 1978, 2003; ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2012).

⁴⁷ Basicamente, o *lead* é o primeiro parágrafo de uma notícia. É a estrutura que contém as principais informações sobre um acontecimento. Embora sua localização no texto possa variar, o *lead* tenta responder a seis perguntas – O quê? Quem? Onde? Como? Quando? Por quê? –, a fim de fornecer ao leitor aspectos precisos sobre o que ocorreu.

Resumidamente, compreendemos que o conhecimento jornalístico⁴⁸: 1) revela a novidade de um fato; 2) se orienta do singular, passando pelo particular até o universal; 3) ajuda a conhecer e a reconhecer a realidade, podendo reconfigurar alguns entendimentos e sentidos que temos dela; 4) só adquire sentido em meio a um contexto; 5) é permeado e mediado pela objetividade e pela subjetividade; 6) depende tanto do momento histórico e cultural quanto da participação produtiva dos sujeitos; 7) permite que os sujeitos reconheçam a si e aos outros, aprendendo o que lhes é possível ou limitado; 8) fornece, ao narrar um fato, um recorte da realidade interpretada, mediante as escolhas do jornalista ou da organização jornalística; 9) mostra desigualdades, consensos, contradições e revela as dinâmicas sociais; 10) produz e reproduz o meio em que está inserido; 11) pode servir de instrumento político e ideológico; 12) auxilia na compreensão do presente e do passado, instigando projeções para o futuro; 13) se apresenta qualitativa e quantitativamente e 14) dialoga com o senso comum – podendo reiterar estereótipos, preconceitos e generalizações –, mas, também, se difere dele sendo capaz de apreender criticamente a “realidade”.

Então, considerar o jornalismo como uma forma de conhecimento implica tanto um “fazer” quanto um “saber” específico (GENRO FILHO, 1987). A potencialidade do conhecimento jornalístico está na possibilidade de apreensão do saber oferecido por essa atividade, o que acarreta distintas maneiras de interpretar o contexto social e de construir versões credíveis sobre a realidade cotidiana, que ganham visibilidade e circulação por meio das narrativas e dos discursos. É aí que o “fazer” e o “saber” se relacionam com o “dever ser” do jornalismo, que se apresenta pela noção de ethos⁴⁹ da atividade – em que a credibilidade, a verdade, a objetividade são alguns dos valores previstos e necessários para legitimar o que é dito (seja pela organização, seja pelo jornalista que a integra) e reproduzido pelos produtos dessa atividade (TRAQUINA, 2002; AMOSSY, 2013). Esses valores dão conta do ethos prévio⁵⁰ e fazem com que a relação entre o jornalismo e o público esteja em constante revisão,

⁴⁸ De acordo com Tuchman (1978), Genro Filho (1987), Schudson (1978), Meditsch (1992), Alsina (2009) e Traquina (2012).

⁴⁹ O ethos “designa as virtudes morais que garantem a credibilidade do orador, tais quais a prudência, a virtude e a benevolência” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 220) e, ao mesmo tempo, dá conta de expressar tanto o caráter do sujeito que fala quanto o seu lugar social. Isso diz respeito à construção que o sujeito (orador, narrador, locutor) faz para si por meio de seu discurso, mas não quer dizer que essa seja a imagem ou a identidade do sujeito em si (como pessoa fora do texto). Por outro lado, o dizer daquele que enuncia é legitimado pela posição desse sujeito institucionalmente, o que “marca sua relação a um saber” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 220), como um estatuto. Ao ethos cabe ainda o tom – da escrita ou da fala –, a cenografia que orienta a postura do sujeito que narra e os estereótipos, que determinam e representam quem fala.

⁵⁰ O ethos é uma noção discursiva e relativa à imagem “de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 220). De acordo com Maingueneau (2014), o ethos de um discurso (ethos efetivo e que produz algum sentido diante do público) é resultado da interação dos ethos pré-discursivo (prévio) e discursivo (mostrado e dito). A construção da imagem de si pelo discurso (ethos

mostrando que há certa fragilidade nos aspectos que fundamentam esse ethos (HADDAD, 2013). Para assegurar a credibilidade frente ao público, o jornalismo necessita reforçar os valores que lhes são próprios. Assim é que podemos falar do jornalismo atravessado por um ideal de verdade e guiado por um compromisso ético.

3.1.1 Ideal de verdade e compromisso ético

Kovach e Rosenstiel (2001) assumem que a verdade é um dos princípios do jornalismo e, ainda, a posicionam como a obrigação primeira da profissão – para eles, o jornalismo deve contar a verdade. No entanto, a verdade é contestável e relativa, por estar permeada não só pela objetividade, mas pela subjetividade. Assim, para falarmos da verdade como pressuposto jornalístico é fundamental que, além das estratégias centradas na objetividade, tenhamos em conta a presença do jornalista no contexto social observado e no processo de produção da informação, como mencionamos anteriormente. Se a verdade é entendida como um ideal ou como uma meta a alcançar, a precisão é algo relevante, tanto quanto a contextualização da informação. Kovach e Rosenstiel comentam que o público pode se questionar diante do que é apresentado como verdade – a resposta para essa questão determina o quão cuidadoso o jornalista será ao apurar e verificar um fato. Aqui, a verificação também pode ser compreendida como uma forma de assegurar que a informação jornalística está pautada na realidade cotidiana e permeada pela noção de credibilidade. É diante disso que os autores falam do jornalismo como uma “disciplina” da verificação, distanciando-o da ficção. Como justificativa, Kovach e Rosenstiel (2001) elencam cinco princípios que sustentariam o jornalismo como uma disciplina comprometida com a verificação da informação noticiada: 1) não adicionar nada que não corresponda ao fato; 2) não enganar o público; 3) ser transparente e honesto tanto com as fontes quanto com o público; 4) ser original e 5) ser modesto ou humilde quando estiver equivocado ou quando a informação não for verdadeira. Essas cinco condições permitem uma aproximação

discursivo) tem relação com a imagem prévia ou ideia que o público tem do enunciador. O ethos pré-discursivo se origina da imagem que o público forma do enunciador antes dele dizer algo. O enunciador pode ou não refutar, consolidar, retificar essa imagem prévia (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012). Esse tipo de ethos muito tem a ver com valores particulares, com a posição do sujeito e com os estereótipos. No caso da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, ela atribui a si mesma um lugar institucional, afirmando que sua missão como veículo de comunicação é a produção de informação e de análise jornalísticas credíveis, transparentes, de qualidade e com agilidade. Isso permite ao público conhecer o tipo de discurso que por ela será construído, ao mesmo tempo que conforma seu ethos prévio – a *Folha* é tida como um jornal de referência. Obviamente, esses valores relativos ao ethos efetivo do jornal não são fixos e dependem do contrato de comunicação entre enunciador e público.

do jornalista com o público e com as fontes, assim como salientam uma responsabilidade ética que perpassa não só a atividade, mas os produtos que se originam dela.

Para falarmos de ética jornalística, vamos retomar a noção de objetividade. Ela se inscreve como uma atitude ou um método “que permite relacionar a realidade com a verdade” (CORNU, 1994, p. 327), mas, articulada com a subjetividade, a objetividade põe em questão o equilíbrio e a neutralidade. Cornu diz que a realidade é brutal, que por ela desvelam-se conflitos e contradições, mas à atividade jornalística cabe a revelação de apenas um fragmento dessa realidade observada e que se oferece em constante mudança. O jornalista é tido como um intérprete da realidade – é nessa atividade hermenêutica que a técnica objetiva vai se entrelaçar com a subjetividade do intérprete. Disso, aparecem três características: a primeira é a condição diversa e contraditória da interpretação, a segunda é a interrogação sobre qual informação merece ser relatada e por qual causa, e a terceira diz respeito à existência de um sujeito, opondo-se ao anonimato e expressando a linguagem e a vivência que lhe são próprias (CORNU, 1994). A questão da temporalidade – presente, passado e futuro – também circunda essas três características. Não é só do presente que se abastecem as narrativas jornalísticas e, ao retomarem acontecimentos do passado, elas dão visibilidade para eventos e sujeitos inscritos temporalmente em outros contextos. Entendemos que a atualização de um acontecimento contemporâneo “é indissociável do presente das coisas passadas, e a narrativa jornalística deve evidenciar essa relação temporal” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 171).

Outro aspecto relevante é a imparcialidade, que se revela problemática, pois, na ordem da observação dos eventos, “a imparcialidade não obriga a nunca tomar partido. Obriga a julgar sem preconceitos” (CORNU, 1994, p. 354). Isso se reflete no dever de ouvir as diversas partes de um acontecimento relatado, assim como na obrigação de o jornalista ser justo com aquilo que pretende informar, numa abordagem ética de não se desvincular da exatidão verificável do fato nem da veracidade que compreende o relato (KARAM, 1997). O que estamos salientando é que, a partir de uma apuração aprofundada, correta e precisa, “não se admite manipulação ou omissão de informações que sejam de interesse público” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175), por a verdade ser um direito do público que acessa às narrativas jornalísticas.

Essa conduta orientada à transparência e ao direito de verdade tem como premissa a ética no jornalismo. O jornalista integra uma sociedade coordenada por regras, que influenciam no seu agir e lhe conferem deveres sociais e profissionais. Entende-se, ainda, que o agir do jornalista é instigado pelo poder, ou seja, pela potencialidade do fazer, capacidade que permite que o sujeito tome decisões, iniciativas e manifeste, por meio de seu discurso, a autoridade e a relevância de sua ação (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175).

O jornalismo guiado pelo compromisso ético deve primar pela divulgação de uma informação justa e comprometida com a noção de responsabilidade – essa responsabilidade está direcionada não só ao jornalista, mas, fundamentalmente, aos outros atores sociais. Como afirma Bilbeny (1953, p. 137, tradução nossa⁵¹), “cada notícia é um compromisso” e esse compromisso – com a verdade, consigo e com os outros – faz do jornalista um sujeito que tem a capacidade de se dizer autor dos seus atos, assumindo-os como próprios (BILBENY, 1953; RICOEUR, 2014), ao identificar, hierarquizar e narrar os acontecimentos cotidianos. Diante disso, podemos afirmar que:

o jornalista é um sujeito capaz de imputar responsabilidade a si mesmo e de responder, em face do desejo ético, por suas ações e intenções. No entanto, se sabe que o homem é um sujeito falível, e que essa condição o torna vulnerável, fazendo com que ele, eventualmente, fira a moral e a ética (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175).

Nesse sentido, o dever ético orienta a culpa e a responsabilidade a andarem lado a lado, num processo de verificação da informação noticiada. O bom jornalismo é aquele que atua frente à responsabilidade, no qual os jornalistas são “capazes de respeitar o interesse público e reconsiderar permanentemente sua própria ordem de interesses pessoais” (BILBENY, 1953, p. 139, tradução nossa⁵²).

Esses apontamentos nos remetem à “pequena ética” de Ricoeur (2014), a partir da qual ele apresenta o ser humano como um sujeito que tem as capacidades de falar, agir, narrar, imputar responsabilidade e reconhecer a si mesmo e ao outro⁵³. Essa concepção do agir humano está organizada em torno do ideal de justiça social e da vida boa, em que a legalidade, o bem e o respeito são premissas a serem cumpridas.

Estabelecendo uma relação com a “pequena ética”, é como homem capaz que o jornalista deve buscar se distanciar da falibilidade, visando à sabedoria prática, à moral, ao percurso ético, à alteridade, ao respeito e à justiça. É nesse sentido que o agir do jornalista deve expressar em seu discurso a recusa, por exemplo, à injustiça, à vingança, à desigualdade, à mentira e à censura. Assim, a ética não é só um processo no jornalismo, mas uma condição que molda a identidade do jornalista (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175).

⁵¹ No original: “Cada noticia es un compromiso”.

⁵² No original: “Capaces de respetar el interés público y reconsiderar permanentemente su propio orden personal de intereses”.

⁵³ Em um paralelo das competências do *homem capaz* (RICOEUR, 2014) com as do jornalista, Benetti e Freitas (2015) desenvolvem a noção de *ser humano capaz do jornalismo*, que além de se comprometer com a finalidade pública da atividade jornalística e com a pluralidade da sociedade, “é um sujeito que deve estar apto a: 1) identificar acontecimentos notáveis [...] 3) narrar e interpretar os acontecimentos, evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e inscrever o homem em seu tempo; 4) hierarquizar, organizar e disponibilizar informações para o futuro, e 5) construir memória” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 182). Entendemos, ainda, que o *ser humano capaz do jornalismo* deve estar preparado para perceber a alteridade e para narrar a outriedade.

O reconhecimento de si mesmo e dos outros sujeitos evidencia a articulação da identidade pessoal⁵⁴ do jornalista com a de cada sujeito espacial e temporalmente inscrito na sociedade. A partir desse entendimento, a alteridade se apresenta como premissa das ações do jornalista e é nesse mesmo aspecto que podemos dizer que o jornalismo é um tipo de discurso composto pela alteridade.

3.2 ALTERIDADE NO JORNALISMO

No primeiro capítulo falamos de alteridade como fenômeno. Aqui, ampliaremos essa discussão a partir de um paradigma que o jornalismo evidencia – quando o fenômeno da alteridade conforma a condição própria de seu discurso e, ainda, é objeto narrativo que expõe a outridade. A relação paradigmática envolvendo a alteridade ocorre entre o mundo da vida e o mundo do texto, por meio de uma dinâmica bastante específica,

através da qual o mundo do texto se abre para o mundo da vida (tomado, agora, como o mundo da percepção), e, inversamente, ao mesmo tempo, através da qual o mundo da vida pode ser conhecido por uma experiência de textualidade (FOESSEL, 2016, p. 76, tradução nossa⁵⁵).

O jornalismo, atento à contemporaneidade, compreende o meio em que vivemos como um tecido textual (CORNU, 1994), onde os fenômenos se manifestam e os fatos podem ser observados, interpretados e narrados como acontecimentos em forma de narrativas, as quais mimetizam a realidade que lhes é exterior. Podemos dizer que na diegese (universo do texto) da narrativa estão contidos aspectos que se assemelham ou que correspondem aos do universo exegético (mundo fenomenológico, social, humano e exterior ao do texto), de modo que a narrativa jornalística fique condicionada a alcançar a verossimilhança, que assegura sua validade interior, mesmo quando se propõe objetiva (GENETTE, 1995; TRAQUINA, 2012). Ao conferir aspecto verossímil aos acontecimentos cotidianos, pela mimese o jornalismo tem a potencialidade de reproduzir e de reconstruir o que ocorre no mundo da vida, narrando as realidades e a multiplicidade de sujeitos que nelas habitam. Tratar de alteridade no jornalismo

⁵⁴A identidade pessoal, na dimensão da narrativa e em relação à alteridade (RICOEUR, 2014), permite ao jornalista designar a si mesmo como autor de seus atos. Ao narrar, “é preciso determinar quem fez o quê, movido por qual vontade, de que maneira, em que contexto e a fim de obter quais resultados” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 176). Essa ação narrativa evidencia não só a estrutura do acontecimento e da ação, mas a manutenção do caráter (idem) e da “promessa” (ipse) (RICOEUR, 2014) do jornalista em seu discurso, a fim de cumprir com o dever ético de narrar a verdade e de ser justo, atestando o ethos prévio do jornalismo.

⁵⁵No original: “through which the world of the text opens on to the lifeworld (taken, for now, as the world of perception), and at the same time conversely, through which the lifeworld can be known by an experience of textuality”.

nos leva a considerar não só o âmbito subjetivo ou os da consciência, da cultura e do tempo, mas também o da textualidade, pois não há como conhecer e entender a si mesmo e aos outros sem pensarmos numa relação imbuída por símbolos, discursos, narrativas, representações e textos (RICOEUR, 1986; 2006; SODRÉ, 2007), o que exige uma ação interpretativa, ou seja, uma hermenêutica em busca do reconhecimento da alteridade. Daremos atenção, primeiramente, ao jornalismo como um tipo de discurso essencialmente constituído pela alteridade e, depois, falaremos da outridade mimetizada e narrada por essa atividade.

Na dimensão discursiva do jornalismo, podemos identificar uma pluralidade de vozes que desejam comunicar algo e que recria e “reproduz os conhecimentos gerados por outros atores” (BENETTI, 2008, p. 110), que não os jornalistas. É no campo do discurso que o jornalismo está situado como “uma forma de relação social que se estabelece através do uso da linguagem” (MEDITSCH, 2001, p. 1). Essa relação intersubjetiva⁵⁶ – da qual a própria existência do discurso é dependente, pois ele “não existe por si mesmo, ele só existe em um espaço entre sujeitos” (BENETTI, 2008, p. 108) – evidencia que o discurso, como efeito de sentidos, é produzido não só pelos jornalistas, mas também pelo público ao qual é destinado. De acordo com Benetti (2008, p. 108), “o discurso é, assim, opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação”, remetendo a aquele que narra, ao mundo que lhe abastece e aos “outros”.

Nessa mesma lógica, Charaudeau (2013) elenca quatro mecanismos de significação a um ato de linguagem produzido por um determinado sujeito. O primeiro está focado em possuímos hipóteses que elucidem a *identidade* do “outro”, ou seja, que evidenciem “seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses” (CHARAUDEAU, 2013, p. 41). O segundo corresponde aos *efeitos* que pretendemos produzir em relação a esse (ou nesse) outro sujeito. O terceiro está no nível da *relação*, em que podemos pensar sobre qual vínculo queremos estabelecer com esse “outro”. E o quarto dá conta do tipo de *regulação* prevista pelo ato da linguagem, articulando os três anteriores.

O princípio dessa atividade está em perceber o “outro”, isto é, torná-lo visível, seja pelo processo de assimilação seja pelo de diferenciação. Para Charaudeau, é falando de, com e para o “outro” – assim como de si mesmo – que conseguimos descrever o mundo. Portanto, antes mesmo de representar a realidade do cotidiano, todo discurso representa uma troca entre

⁵⁶ Sobre tal relação, Cornu (1994) expõe que o jornalista se relaciona com quatro grupos diferentes: o primeiro seria a direção da organização na qual trabalha; o segundo, o meio profissional, ou seja, os colegas jornalistas; o terceiro seria o das fontes, e o quarto seria o público. A partir das quatro relações é que o jornalista “põe em jogo a sua liberdade” (CORNU, 1994, p. 270).

sujeitos. Relação de nível intersubjetivo e que evidencia a identidade do “eu” e a do “outro”. No encontro desses dois sujeitos há “um olhar avaliador de reciprocidade que postula a existência do outro em seu papel fundamental como condição para a construção do ato comunicacional” (CHARAUDEAU, 2004, tradução nossa⁵⁷). É a partir dessa dinâmica que podemos dizer que o jornalismo como gênero discursivo (BENETTI, 2008) está fundamentalmente constituído pela alteridade.

Evidentemente, não é apenas à relação do sujeito-enunciador (jornalista) com o sujeito-intérprete (público) que se destina a alteridade no jornalismo. Existe um processo relacional maior que a incorpora e no qual a condição de “outro” é grifada no plural. Nesse caso, os “outros” são as fontes, os leitores reais e os leitores imaginados, os “outros” narrados e idealizados pelo discurso jornalístico, os “outros” membros da comunidade profissional e, numa amplitude organizacional, os “outros” veículos. Afirmamos também que, na projeção de si mesmo no texto, o “autor real” assume a posição do “autor imaginado” ou ideal, passando a ser um “outro” para ele mesmo.

Se no discurso a alteridade é uma premissa das ações do jornalista, “para além da ética, estabelecendo um vínculo íntimo com o outro” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175), há no jornalismo uma abertura para que o próprio jornalista possa pensar sobre si mesmo, evidenciando o que lhe é diferente ou semelhante em relação aos “outros”, a fim de “ser tolerante e revisar seu comportamento” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 175), assim como as suas escolhas, o que pode acarretar uma reflexão sobre como esse profissional narra a outridade.

Posicionar a alteridade entre essas condições exige do jornalista a compreensão da complexa sociedade na qual ele se insere, a qual observa e descreve narrativamente. Como dissemos, o mundo da vida e do texto são interdependentes no jornalismo, pois há um horizonte de percepção que se abre na atividade jornalística, em que o mundo do texto, que serve de referência segunda para a interpretação da realidade primeira habitada pelos seres humanos, passa a ser mais do que um universo narrativizado. Ele é um lugar ao mesmo tempo familiar e estrangeiro, em que semelhanças, diferenças identitárias e temporais são evidenciadas no processo resultante da “atividade sintética que reúne um orador, um dizer, um dito, eventos e, finalmente, um mundo” (FOESSEL, 2016, p. 80, tradução nossa⁵⁸). É a partir disso que podemos tratar da segunda condição da alteridade no jornalismo, que interliga três aspectos: o da manifestação de um fenômeno no mundo vivido (dimensão fenomênica em si), o do modo

⁵⁷ No original: “un regard évaluateur de réciprocité qui postule l’existence de l’autre dans son rôle de base comme condition à la construction de l’acte de communication”. Documento sem paginação.

⁵⁸ No original: “synthetic activity that assembles a speaker, a saying, a said, events and, ultimately, a world”.

de existência centrado na singularidade de um sujeito (outridade) e o da interpretação e entendimento dessa existência singular⁵⁹.

Isso nos leva à ação mimética, que articula a percepção e a experiência que temos do mundo, a textualidade e a interpretação (FOESSEL, 2016). No esquema apresentado por Ricoeur (2010), essa articulação se organiza, respectivamente, em prefiguração, configuração e refiguração, relacionando a dimensão temporal do mundo da percepção ao da narrativa. “Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado a um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado” (RICOEUR 2010, p. 95).

Para Ricoeur, a prefiguração é referente ao mundo pré-narrativo, mundo da percepção, dos fenômenos, da intersubjetividade – momento em que o mundo da vida “busca” por uma ação narrativa que o reconstrua como experiência vivenciada. A configuração é o âmbito da construção do texto, que dá uma nova temporalidade aos acontecimentos cotidianos, a partir da narração. É nela que os fatos sociais passam a ser narrativizados, ou seja, que a sucessão dispersa dos acontecimentos mundanos adquire cronologia, de modo que aquilo que está sendo narrado possa ser entendido, por meio da estrutura narrativa que coloca ordem nos acontecimentos significativamente. No jornalismo, por exemplo, a configuração é resultado da mediação do jornalista. Já a refiguração é o momento em que a presença ativa do leitor reconfigura o que foi narrado. Ocorre uma experiência tanto interpretativa quanto perceptiva, pois, nesse caso, “a percepção não pode ser descrita de outra maneira senão através da relação que o sujeito tem com os significados que a cercam” (FOESSEL, 2016, p. 76, tradução nossa⁶⁰), o que remete a uma tematização, a um enquadramento ou a uma busca por referência (no mundo do leitor) sobre o que foi narrado e que será interpretado⁶¹. Essas três dimensões do processo narrativo como forma de conhecer o mundo resultam no que Ricoeur (2010) denomina de círculo hermenêutico, que está sempre aberto, pois se reformula a cada nova interpretação e construção da narrativa⁶².

⁵⁹ Foessel (2016), ao tratar da dicotomia entre o mundo fenomênico e o textual, diz que a “textualidade deve ser entendida como uma característica do ser-no-mundo em si” (FOESSEL, 2016, p. 75, tradução nossa. No original: “textuality should be understood as a characteristic of being-in-the-world itself”. A partir disso, o autor coloca a textualidade em relação com a fenomenologia, a ontologia e a hermenêutica. Se pensarmos que no jornalismo a existência dos sujeitos adquire textualidade, ao ser narrada e ao historicizar identidades, podemos aproximá-la dessas mesmas três condições apresentadas por Foessel.

⁶⁰ No original: “perception cannot be described in any other way than through the relation that the subject has with the meanings that surround it”.

⁶¹ Desse modo, a leitura “modifica e, às vezes, contradiz o horizonte de expectativas do leitor” (FOESSEL, 2016, p. 83, tradução nossa). No original: “modifies, and sometimes contradicts, the reader’s horizon of expectations”.

⁶² Assim, “o mundo do texto não substitui o mundo da vida, mas o choque entre o mundo do texto e aquele do leitor produzem um novo tipo de referência que implica novas percepções” (FOESSEL, 2016, p. 77, tradução nossa). No original: “The world of the text does not take the place of the lifeworld, but the clash between the world of the text and that of the reader produces a new type of reference which implies new perceptions”.

O texto jornalístico, como instância discursiva inscrita no presente e que não se propõe encerrada em si mesmo, oferece brechas para que o leitor se projete no universo textual e percorra a atividade mimética, de certo modo, como um sujeito que experiencia e testemunha a versão da realidade ali construída. A alteridade nesse processo se segmenta em duas vias identitárias, a do jornalista – que no texto pode ser também um narrador – e a do público, mas há uma terceira identidade que nos interessa nesse processo: a do “outro” narrado.

O acesso ao “outro” ou ao modo de existência singular desse “outro” sujeito ocorre no mundo da vida, que tem a alteridade como premissa. O “outro” para o jornalista é tanto a fonte quanto o “objeto” de seu discurso narrativo. Nesse encontro, por exemplo, o jornalista não acessa a outridade plena, apenas a relativa e, pelo contato imediato (percepção), pela entrevista e pela relação estabelecida com esse sujeito, ele vai moldando, interpretando e conhecendo a outridade. Como a experiência de vida e a identidade podem ser narrativizadas, ou seja, transformadas em história, considerando a singularidade do fenômeno (a pessoa em si mesma, por exemplo), as ações do sujeito (passivas e ativas), o tempo e a estrutura da narrativa (RICOEUR, 1986; 2014), o jornalista, pelo ato de narrar a existência do “outro”, acaba por mimetizar a outridade desse sujeito, condicionando essa outridade à própria construção da narrativa.

Assim, a identidade do “outro” passa a ser uma identidade essencialmente narrativa – que se recria no texto e se diferencia de sua condição fenomênica. Mesmo que essa identidade resguarde aspectos da singularidade do “outro”, já não é ele em si mesmo (pessoa corporificada) que se apresenta, nem aquele da alteridade primeira (fenômeno), mas um “outro” do e no texto – o “outro” ideal e mimetizado pelo jornalismo. E como nesse processo há uma ação interpretativa que depende do público ao qual se destina essa narrativa, quando este público tiver acesso ao texto, vai conhecer esse “outro” narrado a partir da reconfiguração do fato jornalístico, no qual a outridade está “diluída”. O encontro com o “outro”, por meio do ato da reconfiguração, abre a possibilidade de reinterpretar o que foi apresentado pelo jornalista. Isso porque a narrativa jornalística reduz a “outridade” a certos enquadramentos – por exemplo, ideológicos e culturais – para poder compreendê-la e descrevê-la, mas, ao mesmo tempo, pela mimese, recompõe a singularidade do “outro”, ao inscrevê-lo em um contexto particular. A reconstrução narrativa da outridade é uma forma de acessar e de conhecer esse sujeito pelo texto – pois, mesmo que a cada nova ação hermenêutica a outridade se refaça, traços de sua singularidade permanecem no texto que a encerra. É devido à capacidade mimética e representativa que podemos falar que, no jornalismo, toda a outridade é relativa, historicizada, interpretada, construída e ressignificada – tanto pelo jornalista quanto pelo público.

Problematizar a alteridade e a outridade, diante do paradigma que envolve o mundo do texto e o mundo da vida, instiga o jornalismo a estar atento à pluralidade que compõe o cotidiano, para que – a partir da prefiguração, da configuração e da refiguração, assim como das categorias do singular, do particular e do universal (GENRO FILHO, 1987; RICOEUR, 2010) – não apague os diversos agentes sociais. Frente a isso, a afirmativa de Lago (2014, p. 175) nos é relevante: “como ato social inerente ao sistema democrático, repousa no jornalismo a obrigação moral de deixar antever a multiplicidade de opiniões da sociedade”. Na mesma lógica, Reginato defende que é função do jornalismo mostrar a diversidade social, evitando “negar as discrepâncias estruturais importantes entre diferentes grupos” (REGINATO, 2016, p. 230). Também cabe ao jornalismo não colocar a sociedade em uma falsa ideia de consenso, que invisibilize os conflitos sociais, econômicos, culturais, identitários e outros tantos que lhe constituem e possibilitam verificar que a realidade cotidiana não é totalmente justa nem plenamente ética. Ainda segundo Reginato (2016), é finalidade do jornalismo não apenas mostrar tal pluralidade, mas esclarecê-la. Para isso, acreditamos que o jornalista deve considerar tanto as vozes dialógicas e a condição dialética do discurso (BAKHTIN, 2004), quanto cada indivíduo que se inscreve no mundo e se expõe em sua outridade.

A discussão aqui apresentada conflui para dois entendimentos. O primeiro é o de que a narrativa e o discurso jornalístico oferecem um “convite” para o seu intérprete, isto é, uma oportunidade para que ele possa encarar de perto e criticamente o que neles está disposto. Essa abertura autoriza uma imersão na narrativa e se configura como uma possibilidade à interpretação e ao encontro com a identidade do jornalista e com a outridade. O segundo entendimento é o de que a alteridade, sob a lógica do jornalismo, não se apresenta apenas como fenômeno, mas como um processo que media temporal e espacialmente as relações intersubjetivas (dotadas de semelhanças e de diferenças), promovendo o conhecimento da diversidade e produzindo efeitos sociais a partir das escolhas resultantes das mediações jornalísticas.

3.3 FOLHA DE S. PAULO E EDITORIA MUNDO

A fim de apresentar o objeto empírico, esta seção está segmentada em duas etapas. A primeira expõe, brevemente, a trajetória da *Folha de S. Paulo*, destacando a editoria Mundo. A segunda trata do jornalismo internacional, área que tem por finalidade elucidar os acontecimentos mundiais e a realidade de sujeitos que, em sua maioria, são compreendidos como “distantes”, “externos” ou que são representados como “outros” frente à cultura brasileira.

A história da *Folha de S. Paulo*, jornal brasileiro que pertence ao Grupo Folha⁶³, teve início em 1921, quando o vespertino *Folha da Noite* foi posto em circulação. Em 1925, com o nome de *Folha da Manhã*, a edição matutina do jornal foi criada, e 24 anos depois surgiu a *Folha da Tarde*, em 1949. Somente no ano de 1960, com a fusão desses três jornais, é que a *Folha de S. Paulo* passou a circular com esse nome.

Quatro grupos de sócios foram responsáveis pela evolução das *Folhas* entre 1921 e 1962. De acordo com Taschner (1992), as primeiras mudanças significativas ocorreram no período de 1945, quando houve transições nos objetivos editoriais e administrativos. A autora salienta que nessa época a atenção do empresariado centrava-se em mostrar não só a eficiência da gestão e a preocupação com o regime democrático, mas em firmar a imparcialidade e a neutralidade como noções caras ao jornal. As transformações do periódico foram acompanhadas pelas instabilidades políticas e econômicas do cenário nacional e, também, pelos avanços que solidificaram a postura organizacional, entre 1960 e 1990⁶⁴, com novas instalações e investimentos tecnológicos.

Atualmente, a *Folha de S. Paulo* é comandada por Luiz Frias, na presidência do conselho administrativo, e por Otávio Frias Filho, na direção de redação. O jornal tem periodicidade diária, possui versões impressa, online e digital para dispositivos móveis. Ele apresenta como missão a produção de informações credíveis, transparentes e de qualidade, conforme os princípios e valores editoriais assegurados pelo Grupo Folha⁶⁵, entre os quais se destacam a pluralidade, o apartidarismo, o respeito à diversidade, a ética, o compromisso com o leitor e o jornalismo crítico. No ano de 2015, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a versão impressa da *Folha* apareceu em terceiro lugar no ranking de jornais com maior circulação no país⁶⁶, ficando atrás de *Super*

⁶³ Fundado em 1992 pelo empresário Octávio Frias de Oliveira, o Grupo Folha está entre os principais conglomerados de mídia brasileira, controlando, além da *Folha de S. Paulo*, o portal Universo Online (UOL), a gráfica e editora Plural, a editora Publifolha, o instituto de pesquisas Datafolha e a distribuidora editorial Transfolha. A empresa também é responsável por revistas, livros e guias (*sãopaulo*, *Serafina*, *Guia Folha*, *Guia Folha – livros, discos e filmes* e *Revista da Hora*) e jornais (*Agora São Paulo*, *Alô Negócios* e *Valor Econômico* – este último oriundo de uma parceria com o Grupo Globo). Outros serviços do Grupo são o Acervo Folha, o Banco de Dados Folha e algumas plataformas de e-commerce e de jogos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

⁶⁴ No segundo semestre de 1962, a *Folha* foi vendida para Carlos Caldeira Filho e Otávio Frias de Oliveira, responsáveis por reorganizá-la como empresa jornalística. Em 1980, Frias de Oliveira assumiu a organização e enfatizou a estratégia administrativa focada no capital e no conglomerado (TASCHNER, 1992). O empresário dividiu o gerenciamento do Grupo Folha e dos demais serviços midiáticos com seus filhos – Luiz Frias e Otávio Frias Filho.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

⁶⁶ Circulação diária média de 175,4 mil exemplares. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 26 mai. 2016.

Notícia e O Globo. Já a versão digital do periódico paulista liderou a classificação⁶⁷, seguida por *O Globo e O Estado de S. Paulo*.

A *Folha* é considerada um jornal de referência. Essa característica diz respeito aos jornais que, além da ampla distribuição e circulação no território nacional, possuem reconhecimento no exterior, têm uma tradição de credibilidade junto aos leitores, têm uma audiência mista – composta por atores sociais, formadores de opinião, cidadãos cosmopolitas e por outros meios de comunicação (ZAMIN, 2014). Os jornais de referência “são produzidos por organizações que investem em estrutura para o exercício do jornalismo; causam repercussão de seus conteúdos originais; pautam grandes debates públicos; pautam outros veículos e são por eles monitorados” (BENETTI, 2014, p. 20). Esses apontamentos têm reflexo na organização do periódico, que, na versão em língua portuguesa, é publicado em duas edições – a nacional e a de São Paulo – e composto por oito cadernos diários e dez suplementos⁶⁸. A *Folha* também possui versões em espanhol e em inglês de seus conteúdos online.

Diante do que foi apresentado, nossa atenção será direcionada à **editoria Mundo**. Centrada na divulgação de acontecimentos com amplitude internacional, a editoria publicou a primeira edição de seu caderno em 1991. Cinco anos depois, o caderno foi contemplado com o prêmio *Folha*, na categoria reportagem. O texto premiado levava o título “Bombardeio foi um erro, afirma Israel” e foi assinado pelo repórter Igor Gielow⁶⁹.

De acordo com o próprio Grupo⁷⁰, o caderno Mundo deve narrar os principais eventos que ocorrem no exterior, apresentando análises e mantendo um enfoque didático para facilitar a compreensão dos leitores sobre os assuntos – para isso são usados mapas, infográficos e outros recursos paratextuais. A confecção do caderno não apresenta um número fixo de páginas, podendo variar entre três e seis páginas por edição. Integram a seção textos informativos, opinativos⁷¹ e anúncios publicitários.

O conteúdo informativo segmenta-se em textos de agências, textos traduzidos de veículos internacionais, notícias, reportagens e entrevistas de correspondentes, de colaboradores, de enviados especiais e de redatores. O conteúdo opinativo se divide em análises de articulistas ou

⁶⁷ Circulação diária média de 146,6 mil assinaturas. Disponível em: <<http://ivcbrasil.org.br/online/>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

⁶⁸ Os cadernos dividem-se em: Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Ciência e Saúde, Folha Corrida, Esporte e Ilustrada. Entre os suplementos destacam-se os cadernos Imóveis, Carreiras e Empregos, Tec e The New York Times International Weekly.

⁶⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/pre_orientado_1.htm>. Acesso em: 26 mai. 2016.

⁷⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml>. Acesso em: 26 mai. 2016.

⁷¹ Com base na diferenciação entre esses dois gêneros jornalísticos (MARQUES DE MELLO; ASSIS, 2010), entendemos como textos informativos, por exemplo, as notícias, as notas, as entrevistas, as fotolegendas e as reportagens. Já os textos opinativos são os editoriais, as análises, as charges e as crônicas.

de especialistas, ilustrações, charges e colunas de opinião. O espaço destinado à coluna da semana traz, de segunda-feira a domingo, a opinião de colunistas contratados e convidados – o texto é diagramado, normalmente, acima da dobra do jornal. Em 2015, por exemplo, os nomes mais recorrentes foram os de Clóvis Rossi, Julia Sweig, Marcos Troyjo e Leonardo Padura (com tradução de Clara Allain). A seção, em 2015, também contou com textos de Matias Spektor, Marcos Caramuru de Paiva, Rubens Ricupero e Alexandre Vidal Porto.

A editoria faz uso frequente de agências de notícias. Quando o crédito é fornecido na matéria, destacam-se a Reuters, a EFE e a Associated Press. Como mencionamos anteriormente, a cobertura internacional da *Folha* trabalha com correspondentes, colaboradores e enviados especiais. Conforme o Novo Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (1995), os três têm por função cobrir eventos relevantes, buscando diferenciar seus trabalhos dos das agências, além de oferecer ao público informações e particularidades observadas *in loco*. O correspondente, normalmente, é fluente em mais de um idioma, fica baseado em alguma região estratégica e que possa cobrir não só o país no qual está, mas áreas vizinhas. O colaborador não possui vínculo com o veículo e é acionado por ser um especialista em determinado assunto ou por ser “nativo” de algum lugar em que houve um acontecimento notório. O enviado especial é, tal como o nome sugere, um repórter deslocado da redação para cobrir um evento específico em alguma parte do mundo. A mobilização dessas três categorias demanda investimento logístico, tecnológico, financeiro e um cuidado aprofundado na contextualização da informação, já que se está tratando do âmbito internacional.

Outro aspecto relevante diz respeito à divisão geográfica. O Novo Manual da Redação da *Folha* segmenta o mundo em América Central, América do Norte, América do Sul, África, Ásia, Eurásia, Europa, Oceania e Oriente Médio.

Para falarmos sobre **jornalismo internacional**, vamos nos guiar pelos trabalhos de Natali (2004), Aguiar (2008) e Bomfim (2011, 2015). Seria um tanto óbvio afirmarmos que o jornalismo internacional está destinado a trabalhar com os acontecimentos que ocorrem para além do território nacional. Ultrapassando a nomenclatura autoexplicativa, essa modalidade possui características bastante peculiares e pode ser compreendida como uma área ou uma especialização jornalística que, centrada em demarcações territoriais, históricas, identitárias e culturais, busca apresentar os principais assuntos e fatos de uma região do mundo.

De acordo com Aguiar, é no final dos anos 1950 que os assuntos relativos ao cenário internacional passam a ser estruturados em uma editoria própria⁷². Essa organização tardia foi

⁷² Aguiar (2008) diz que a primeira editoria de Internacional foi criada no *Jornal do Brasil*, em 1958, sob o comando de Newton Carlos.

influenciada pelo “processo de reforma industrial da imprensa” (AGUIAR, 2008, p. 39). É interessante notar que a editoria que se atém à cobertura internacional vai tratar de temas diversos – como política, economia, cultura, conflito e entretenimento –, mas a explicação de tais assuntos sempre estará condicionada à delimitação geográfica ou geopolítica (AGUIAR, 2008; BOMFIM, 2011). Isso quer dizer que ela vai depender do enquadramento dado pela ação interpretativa do repórter ou do editor, a cada vez que se deseja construir o “exterior”, partindo da perspectiva nacional. Retomando a ideia de que não há como apresentar a realidade em sua totalidade, Natali (2004) salienta que esse tipo de noticiário também vai estar condicionado às inclinações políticas, econômicas e ideológicas do veículo, ao deixar alguns assuntos de lado, privilegiando outros.

As formas de cobertura internacional passaram por diversas transformações⁷³ que repercutiram na maneira de reportar e na criação de “categorias” para os repórteres. Agnez (2015) elenca e esclarece as mais relevantes: correspondente internacional, enviado especial, agências internacionais, *stringers* e *freelancers*, jornalistas independentes, contratação de pessoas nativas, aquisição de conteúdos locais, assinatura de veículos internacionais e jornalismo cidadão. Os correspondentes são os profissionais que residem e atuam na “cobertura regular de fatos em outra cidade ou país que não o da sede do veículo” (AGNEZ, 2015, p. 315). Os enviados são os jornalistas acionados para cobrir pontualmente um acontecimento, e os *stringers* ou *freelancers* são os colaboradores, que não possuem vínculo empregatício com o jornal, mas recebem remuneração por cobertura desenvolvida. As agências têm a função de produzir e disseminar o conteúdo informativo, via assinatura de seu serviço. Já os jornalistas independentes são aqueles que atuam de forma autônoma, comercializando os textos produzidos, sem a necessidade de estabelecer um vínculo com determinado veículo. A autora se atém à questão da contratação de pessoas nativas pelo jornal e esclarece que isso é feito para produzir conteúdo em áreas e culturas de difícil acesso ou, simplesmente, para agilizar a produção da informação, sem a necessidade de deslocar um repórter para a região que será coberta. Por fim, o jornalismo cidadão é explicado por Agnez (2015, p. 316) como uma forma de “produção de conteúdos por cidadãos amadores de qualquer parte do mundo”, que fazem uso, por exemplo, de plataformas e aplicativos digitais para disseminar a informação.

⁷³ Aguiar (2008) elenca quatro grandes ciclos da evolução do jornalismo internacional, do século XV ao XXI. Todos foram acompanhados de avanços tecnológicos, econômicos, políticos e sociais. Entre as coberturas *in loco* e que alteraram a estética e a forma de narrar nessa área jornalística, o autor cita a Guerra do Golfo, de 1991 – como a primeira guerra ao vivo –, os conflitos na Iugoslávia, na primeira metade dos anos 1990, e os atentados nos Estados Unidos, em 2001.

Na mesma perspectiva, Natali (2004) e Aguiar (2008) destacam as particularidades do jornalismo internacional: 1) a distância física da redação nacional frente aos acontecimentos internacionais; 2) a predominância de agências de notícia e de assessorias como “fontes” de informações; 3) o investimento financeiro e tecnológico para a manutenção de repórteres no exterior; 4) a variedade de idiomas; 5) a apuração feita na redação e 6) a existência de redatores e tradutores. Essas características vão influenciar no tipo, na precisão e na qualidade da cobertura realizada.

Outra questão interessante é evidenciada por Aguiar. Para o autor, o trabalho do jornalista da editoria internacional possui duas preocupações salientes: a primeira diz respeito ao “dialogismo constante entre proximidade e distanciamento, entre *identificação e alteridade*” (AGUIAR, 2008, p. 37, grifo nosso), e a segunda aponta para a decodificação ou tradução dos idiomas, principalmente daqueles que fogem do binômio inglês-espanhol. Ao dialogar com a primeira preocupação que apontamos, Bomfim afirma que essa abordagem jornalística tem como aspecto salientar a correlação e a “percepção de lugares bem demarcados entre o ‘aqui’, o nacional, e o ‘lá fora’, o internacional” (2011, p. 47). Nesse sentido, é estabelecida frente à alteridade “uma separação muito clara entre o ‘nós’ e o ‘eles’, ou entre o ‘eu’ e o ‘outro’” (BOMFIM, 2011, p. 48).

Ainda na concepção de Bomfim (2011), o jornalismo internacional, por estar interessado em narrar acontecimentos do exterior, pode acabar acionando tipificações e estereótipos⁷⁴ na tentativa de aproximar ou de comparar culturas, identidades e regiões. Essa atitude, aliada às visões eurocêntrica e etnocêntrica, promovem representações que podem tender ao reducionismo. O que se apresenta é a reificação do sujeito e de suas particularidades. Frente ao etnocentrismo, alguns discursos sustentados no poder social, mesmo quando de forma implícita, instigam a xenofobia e o racismo. Na mesma lógica, o eurocentrismo é encarado “como uma doutrina que tem papel de normatizar, por meio da associação de valores e crenças teoricamente ‘incontestáveis’, o que denominamos como civilização ocidental” (BOMFIM, 2015, p. 94). Além disso, as referências pré-construídas socialmente, quando acionadas pelo jornalismo, antecipam o conhecimento sobre a outridade e, geralmente, manifestam a intenção de afastar o “outro” diferente (o não familiar ou o exótico), legitimando a superioridade nacional (familiar, semelhante e próximo). É diante disso que a distinção entre “nós” e “eles”, bastante demarcada nos textos informativos, pode fomentar o que é imaginado ou representado em relação à

⁷⁴ Alsina (2009) lembra que o preconceito pode ser tomado como algo individual, mas que, ao ser compartilhado de modo coletivo ou por um grupo social, passa a ser um estereótipo.

outridade, salientando a perspectiva hegemônica das diferentes dinâmicas sociais e políticas do cenário mundial (BOMFIM, 2011, 2015).

Entendemos que o jornalismo internacional feito no Brasil, quando publica reportagens e outros textos sobre a realidade que lhe é exterior, atua com a multiplicidade e a diferença. Os produtos que se originam dessa especialização jornalística são tidos como “um espaço no qual se relacionam e se entrelaçam diversos discursos e representações” (BOMFIM, 2015, p. 100). Podemos dizer que, nessa dinâmica, o reconhecimento da alteridade e da outridade são – ou deveriam ser – uma premissa do jornalismo internacional.

4 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, utilizamos como aportes teórico-metodológicos a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise de Narrativa (AN). Acreditamos que a AC nos possibilita investigar o objeto empírico de modo quantitativo e qualitativo, a partir de um conjunto de categorias nas quais o material pode ser disposto, em um primeiro momento, e, posteriormente, nos instigando a refletir criticamente sobre os resultados obtidos. O procedimento analítico focado na narrativa também nos auxilia a cumprir com os objetivos desta dissertação. Aqui estamos considerando a narrativa escrita da editoria Mundo, da *Folha*, como um meio de acessar objetiva e subjetivamente o conhecimento sobre os diversos acontecimentos e realidades internacionais ali descritos. Nesta seção metodológica, também serão apresentados o corpus da dissertação e as categorias de investigação do conteúdo que vamos analisar.

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Podemos dizer que a Análise de Conteúdo (AC) aplicada à comunicação teve suas bases nos estudos de Harold Lasswell, no início do século XX. Apesar do pioneirismo de Lasswell, a definição do procedimento metodológico e seu uso analítico foram dados por Bernard Berelson, na década de 1950. Para Berelson (1952, p. 18, tradução nossa⁷⁵), “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa centrada na descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Nessa época ainda não se falava da abordagem qualitativa, que, com a evolução do método, só foi aplicada a partir de 1970, levando em consideração a subjetividade. Assim, a análise qualitativa na AC “baseia-se em crenças ontológicas e epistemológicas que são consideravelmente diferentes das suas equivalentes quantitativas” (GAVORA, 2015, p. 6, tradução nossa⁷⁶). Diante disso, Gavora (2015, p.11, tradução nossa⁷⁷), explica que:

Os pesquisadores têm que começar analisando o conteúdo manifesto e, em seguida, prosseguir para o conteúdo latente, ou seja, eles mudam do conteúdo “visível” para o “não visível”. Portanto, o conteúdo manifesto deve sempre ser levado em

⁷⁵ No original: “content analysis is a research technique for the objective, systematic, and quantitative description of the manifest content of communication”.

⁷⁶ No original: “based on ontological and epistemological beliefs that are considerably different from their quantitative counterparts”.

⁷⁷ No original: “Researchers have to start by analyzing manifest content and then proceed to latent content, that is they shift from ‘visible’ to ‘non-visible’ content. Therefore manifest content must always be taken into consideration, since it represents the gate to latent content. More precisely, a researcher moves circularly between manifest and latent content”.

consideração, pois ele representa o portão para o conteúdo latente. Mais precisamente, um pesquisador move-se circularmente entre conteúdo manifesto e latente.

Como lembra Bardin (2006), no plano epistemológico, a Análise de Conteúdo passou por uma dualidade entre os modelos representacional e instrumental. O representacional está atento à mensagem, ou seja, ao que está explícito em palavras ou revelado em forma de textualidade. Já o instrumental centra-se nas particularidades do conteúdo – o que se deseja compreender não vai estar disponível a um observador que passa rapidamente pelo texto e, por isso, exige um olhar aprofundado, a fim de desvelar o que determinado conteúdo quer expressar, o contexto no qual foi produzido⁷⁸ ou no qual se insere, as circunstâncias que o abarcam e, ainda, para quem se destina.

No âmbito metodológico, a segmentação é outra. Ela está dividida entre as abordagens quantitativa e qualitativa. Bardin (2006, p. 18, grifo da autora) esclarece que na análise quantitativa “o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo”. E, na abordagem qualitativa, o importante será “a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo” (BARDIN, 2006, p. 18, grifos da autora) ou de um grupo de particularidades aparentes em um fragmento textual levado em conta. Na mesma perspectiva, Leray comenta que esse método é acompanhado por procedimentos de mensuração e de qualificação, o que “permite recuperar, quantificar e também avaliar as ideias ou temas presentes em um conjunto de documentos: o corpus” (2008, p. 5, tradução nossa⁷⁹).

De acordo com Herscovitz (2008), é comum que essas duas abordagens sejam utilizadas conjuntamente no processo analítico de um objeto empírico. Geralmente, o corpus é mensurado e depois investigado. Isso é feito para verificar se a amostragem é considerável e se está completa, mas também para que possamos nos aproximar tanto do significado explícito, quanto do subentendido. Como salienta a autora, é nesse processo que o contexto se mostra como um fator relevante, pois sempre se apresentará polissêmico. O que compreendemos é que não devemos olhar para o texto com ingenuidade, acreditando que ele é “puro”. É fundamental lembrarmos que todo texto apresenta um enquadramento – seja temporal, cultural ou ideológico – e uma mediação prévia, sustentada pelo posicionamento teórico do analista, a fim de revelar

⁷⁸A partir da AC, esclarecem Henry e Moscovici: “o que buscamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constituem o campo de determinações dos textos” (1968, p. 37, tradução nossa; no original: “Ce qu’on cherche à caractériser ce sont ces conditions de production et non les textes eux-mêmes. L’ensemble des conditions de production constitue le champ des déterminations des textes”).

⁷⁹No original: “Permet de retracer, de quantifier, voire d’évaluer, les idées ou les sujets présents dans un ensemble de documents: le corpus”.

intenções, “tendências, conflitos, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2008, p. 127).

A ressalva feita por Herscovitz (2008, p. 132) de que boa parte do “que medimos na análise de conteúdo jornalístico são conceitos, ou seja, elementos abstratos que representam classes de fenômenos” conduz o analista a especificá-los, tornando-os claros para si e para os que vão ter acesso ao resultado da AC. A dinâmica solicita que, em um primeiro momento, o material seja *conceituado ou codificado*⁸⁰ para depois ser *posicionado nas categorias* escolhidas e interpretado.

Retomando o entendimento dos conceitos como representações ou construções particulares e compartilhadas, notamos que eles vão, em sua maioria, variar conforme a percepção, a visão e a inferência do analista (HERSCOVITZ, 2008). Essa afirmação dá margem à atestação de que todo texto está aberto para distintas interpretações⁸¹ e, diante disso, a questão da fidedignidade vem à tona. Acreditamos que a validade e a fidedignidade andam lado a lado no procedimento analítico. No entanto, por mais coerente e rigoroso que se possa ser durante a investigação, os resultados da AC devem ser compreendidos como “um mapeamento de tendências e intenções e não a realidade em si” (HERSCOVITZ, 2008, p. 138).

Sob a perspectiva de Bardin (2006), a organização da análise divide-se em três momentos: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na **pré-análise**, se sistematizam as ideias e as intenções frente à escolha do material a ser investigado. É nessa etapa que se constroem as hipóteses e os objetivos da pesquisa, além de estabelecer os indicadores capazes de sustentar a atividade interpretativa do analista. Bardin (2006) enfatiza que os fatores que integram essa fase da AC são interdependentes e não precisam seguir uma ordem específica de sucessão. A autora elenca os passos que compõem a pré-análise: 1) conhecer o texto e realizar uma leitura “flutuante” do material; 2) escolher os documentos que vão fazer parte do corpus; 3) formular hipóteses e objetivos; 4) referenciar índices ou temas e elaborar categorias e 5) preparar o material para a análise.

⁸⁰ Herscovitz diz que as unidades de registro são essenciais para a codificação do conteúdo. Segundo a autora, “essas unidades são definidas a partir do tema de pesquisa, das teorias que informam o trabalho, de estudos anteriores e dos próprios textos a serem analisados” (HERSCOVITZ, 2008, p. 133). As unidades por ela elencadas são: 1) palavra; 2) tema; 3) frase; 4) parágrafo e 5) texto inteiro.

⁸¹ Henry e Moscovici mencionam que “a análise de conteúdo é um método bastante utilizado no estudo e na categorização das atitudes, opiniões e crenças” (1968, p. 39, tradução nossa; no original: “L’analyse de contenu est une méthode très utilisée dans l’étude et la catégorisation des attitudes, opinions et croyances”) e que, às vezes, pela subjetividade da ação interpretativa e pela amplitude das referências que podem abarcar um tema ou um assunto, é possível incorrer em alguns erros durante a análise.

O segundo momento corresponde à **exploração do material**. Essa etapa está diretamente relacionada com o sucesso da pré-análise. Isso quer dizer que, se a primeira etapa não for bem-sucedida, será necessário refazê-la antes de explorar o conteúdo selecionado. Se efetuado, passa-se para as “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função das regras previamente formuladas” (BARDIN, 2006, p. 95). Essas regras permitem entender por que e como se analisa determinado texto, evidenciando as principais características do material. De acordo com Bardin (2006, p. 97), “tratar o material é codificá-lo”, e isso se reflete na escolha das unidades de registro anteriormente mencionadas e, também, nas unidades de contexto. É por meio delas que podemos estabelecer as categorias analíticas. Ainda nessa etapa, outros dois procedimentos são evidentes – o da enumeração e o da análise mista. O primeiro é definido como um modelo de contagem, que se orienta frente à presença ou à ausência das referências e unidades elencadas. O segundo resume-se na mescla entre as abordagens quantitativas e qualitativas, juntando estatística e descrição.

Na fase do **tratamento**, são apresentados os quadros de resultados, as descrições críticas, os diagramas, as figuras e as estatísticas capazes de esclarecer as informações obtidas com a AC. Diante dos resultados significativos, o analista “pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2006, p. 95). As conclusões podem guiar novas análises na mesma dinâmica ou, quando não são condizentes com a proposta inicial, provocar a revisão do material e da metodologia utilizada.

O critério de categorização temática é outro aspecto a ser destacado na Análise de Conteúdo. A partir desse processo estrutural, os elementos são previamente isolados e depois enquadrados em um sistema de categorias, que buscam “oferecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2006, p. 112). Na atividade qualitativa, busca-se uma correspondência entre o que os textos analisados evidenciam e a realidade social – sem ignorar a inscrição deles em determinadas classes temáticas. Cabe falarmos que essas categorizações devem ser: 1) condizentes e adaptáveis ao corpus, 2) objetivas, no sentido de oferecerem clareza quanto ao posicionamento de um texto na temática elencada e 3) produtivas, ao fornecerem bons resultados ou novas hipóteses.

Diante disso, é interessante notar que esse procedimento metodológico, por trabalhar com a realidade do texto, permite a identificação de estereótipos. Os estereótipos se orientam entre os espaços cognitivos, afetivos e emocionais, uma vez que estão relacionados ao preconceito “racionalizado, justificado ou engendrado” (BARDIN, 2006, p. 47). Não podemos ignorar essa dinâmica e, portanto, nos parece conveniente levar em consideração essa representação

reducionista e simplificada dos sujeitos e do cotidiano, ao analisarmos um material jornalístico, pois alguns enquadramentos, sentidos, conceitos prévios e contextos serão sustentados por estereótipos. Isso também vai aparecer na pré-análise e, provavelmente, proporcionará uma tarefa intrigante ao analista, ao conflitar a própria subjetividade com a “objetividade” do material.

4.2 ANÁLISE DE NARRATIVA

Para que possamos compreender *como a outridade é construída na narrativa jornalística da editoria Mundo, da Folha de S. Paulo*, o procedimento metodológico necessita de um novo direcionamento, tendo em conta os resultados qualitativos da AC. Nessa ampliação do método, nos interessa olhar para a narrativa analítica, interpretativa e criticamente, por isso a Análise de Narrativa (AN) nos serve de aporte teórico-metodológico.

O procedimento que utilizamos é o da análise da comunicação narrativa ou análise pragmática da narrativa jornalística⁸² (MOTTA, 2008; 2013), que pela técnica hermenêutica nos permite conhecer e revelar os processos de construção dos relatos e dos fatos jornalísticos, levando em consideração não só o que é estrutural à interioridade do texto narrativo (personagem, narrador, discurso, marcadores temporais e espaciais, por exemplo), mas o que lhe é exterior (tal como contexto situacional, histórico, cultural e ideológico)⁸³.

As narrativas⁸⁴ dão sentido à vida. Para Barthes (2013, p. 19), a narrativa “está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades”. Segundo Motta (2013, p. 83), narrativas são “construções discursivas sobre a realidade humana”. As histórias das pessoas e de suas experiências podem ser relatadas e transmitidas em narrativa, pois é por meio delas

⁸²Em parte, esse método assume uma perspectiva fenomenológica em relação à narrativa, ao tentar “interpretar dinâmica e sistematicamente a essência do fenômeno observado, compreender as diversas camadas significativas do objeto empírico como objeto intencional de nossa percepção” (MOTTA, 2008, p. 147). Essa perspectiva tem dois graus, conforme o autor, sendo o primeiro o de perceber algo e o segundo o de refletir e conhecer aquilo que foi percebido. Nessa dinâmica, o mundo do texto é tido como lugar da experiência e da interpretação – o mundo da vida (dos fenômenos) serve de referência para o mundo do texto, que ao construir uma realidade textual (mimetizando o mundo dos fenômenos e representando-o pelas narrativas socialmente compartilhadas, como as do jornalismo) se oferece como uma forma de experiência e de conhecimento secundário sobre a realidade fenomênica descrita. É aí que a narrativa é tida como um “fenômeno” (ao ser experienciada pelo público, reconfigurada no processo hermenêutico e ressignificada).

⁸³ Para Motta é relevante que o analista observe ao longo da análise: “as circunstâncias do ato de fala, a identidade e a posição dos interlocutores, suas intenções e fins a alcançar, as estratégias discursivas e argumentativas, o entorno cultural compartilhado (ou não), os efeitos cognitivos obtidos ou reinterpretados” (MOTTA, 2013, p. 23).

⁸⁴As razões para estudar narrativa são, segundo Motta (2013, p. 27): “1) compreender quem somos, como construímos nossas autonarrações; 2) entender como representamos o mundo; 3) compreender por que às vezes tentamos representar fielmente o mundo e em outras imaginativamente; 4) entender como representamos o tempo, tornando-o um tempo humano; 5) verificar como as narrativas estabelecem consensos a partir de dissensos; 6) estudá-las, para melhor contá-las”.

que compreendemos quem somos, quem os outros são, as particularidades das vivências sociais e a existência de grupos temporal, cultural e espacialmente distintos (BARTHES, 2013; MOTTA, 2013).

Entendemos a narrativa como um dispositivo que organiza fatos e acontecimentos – ficcionais ou não –, obedecendo a uma lógica temporal e a categorias discursivas e estruturais particulares. Ela, portanto, se oferece “como uma série de elementos mediados e imediatos, fortemente imbricados” (BARTHES, 2013, p. 60), conformando um universo dotado de verossimilhanças (relacionando o mundo do texto e o da vida). Assim, é pela narração dos “eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho” (MOTTA, 2013, p. 71) que as pessoas conhecem e questionam a realidade narrativamente (BRUNER, 1991). Em resumo, a narrativa coloca:

[...] os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis. Faz o agenciamento dos fatos no processo de tessitura da intriga como um sistema, ou composição em um todo diegético que tem princípio, meio e final (MOTTA, 2013, p. 73).

No método aqui proposto, as narrativas podem ser analisadas em três planos: o da expressão, o da estória e o da metanarrativa. No da *expressão* (do discurso, da linguagem), são desveladas as intencionalidades do narrador e as estratégias discursivas. No da *estória* – plano diegético, do conteúdo, da intriga e do enredo –, é o lugar para o qual a análise da narrativa, normalmente, se direciona. Nele, podemos investigar a lógica da narrativa, as intenções do narrador, a estrutura cronológica, o ponto de vista assumido, as vozes narrativas, os conflitos e os personagens. No da *metanarrativa* é possível encontrar as dimensões ética e moral que integram a diegese – que pelo ato narrativo expressa os temas que estruturam um relato, entre os quais estão “felicidade, revolução, conspiração, corrupção, exploração, traição, temor à morte [...] erro, castigo, triunfo e recompensa” (MOTTA, 2013, p. 138).

É a essas três instâncias do discurso narrativo – separada ou conjuntamente – que a análise deve se dedicar. Para isso, com base na narrativa literária, sete movimentos ou operações analíticas são definidas por Motta (2013): 1) compreender a intriga como síntese heterogênea; 2) compreender a lógica do paradigma narrativo – textual, argumentativo e contextual ; 3) deixar surgirem novos episódios (unidades temáticas); 4) permitir ao conflito dramático se revelar (enquadramentos e pontos de vistas); 5) entender a metamorfose do personagem: de pessoa à persona; 6) observar as estratégias argumentativas (relação entre efeito de verdade e

de sentido) e 7) permitir que a metanarrativa aflore (categorias mitológicas, ideológicas, éticas, morais).

Por nosso objeto empírico ser a *Folha de S. Paulo* – produto jornalístico que trabalha com narrativas factuais –, é relevante a adaptação das operações mencionadas ao jornalismo. Quando tratamos da narrativa jornalística, em alguns casos, encontramos tanto reportagens quanto notícias que possuem estruturas fechadas – início, meio e fim – possibilitando analisá-las como unidade em si mesmas. Mas o mais comum, devido à lógica de produção da informação jornalística, é nos depararmos com um “conjunto de notícias isoladas sobre um mesmo tema publicada dia após dia, que aparentemente não possuem narratividade” (MOTTA, 2008, p. 145). Para analisar esse tipo de conteúdo, a ideia, segundo Motta, é unir significativamente as notícias diárias em episódios (cronológicos), tal como uma história única – centrada em um assunto relevante e comum entre elas –, conformando por um lado um acontecimento singular e por outro um dispositivo (narrativo) argumentativo intersubjetivo, que pela narração⁸⁵ apresenta sua intenção – por exemplo: informativa, persuasiva, ideológica, emotiva, contraditória e sedutora.

Com base nisso, a adaptação dos movimentos citados por Motta (2013; 2008) às narrativas jornalísticas conduzem o analista: 1) a recompor o acontecimento jornalístico; 2) a identificar conflitos (seja, por exemplo, de ordem política, econômica ou psicológica) e a funcionalidade dos episódios; 3) a reconhecer a construção de personagens; 4) a observar as estratégias de objetivação (por exemplo, datação, dados, localização geográfica e *lead*) e de subjetivação (metáforas, ironias, adjetivações); 5) a entender a relação comunicativa e o contrato implícito na narrativa e 6) a identificar o significado de fundo moral ou ético do que é narrado.

Assim como a questão do tempo, que é premissa da narrativa – tendo em conta a cronologia e a anacronia, as retrospectões e antecipações na diegese (GENETTE, 1995) –, a noção de voz que põe em relação narração e narrativa é relevante para o que pretendemos compreender com esta pesquisa. A voz está diretamente relacionada ao narrador, ao personagem e ao universo narrado, “o mundo contado é o mundo da personagem, contado pelo narrador, ambos seres capazes de expressar seus sentimentos e ações” (MOTTA, 2013, p. 214).

⁸⁵ A narração é uma condição elementar à narrativa. Eco retoma algumas problematizações de Teun van Dijk (1974) e esclarece que: “uma narração é uma descrição de ações que requer para cada ação descrita um *agente*, uma *intenção* do agente, um *estado* ou mundo possível, uma *mudança*, com a sua *causa* e o *propósito* que a determina; a isto poderíamos acrescentar *estados mentais*, *emoções*, *circunstâncias*” (ECO, 2011, p. 90, grifos do autor).

O narrador pode ser, de acordo com Genette (1995), a) heterodiegético, ausente da história, b) homodiegético, personagem da história, mas não protagonista, podendo testemunhar acontecimento ou narrando sua história, c) autodiegético, como personagem e protagonista da história, mas não onisciente e d) onisciente, capaz de narrar a tessitura da história, assim como o que o personagem pensa ou sente – normalmente, em terceira ou primeira pessoa. Na narrativa jornalística⁸⁶ (polifônica, polissêmica e intertextual), os sujeitos da narração “são sempre pessoas ou instituições vivas e ativas que assumem no ato de enunciação o papel de atores do discurso, que se projetam sobre os sujeitos interlocutores da representação (mime-se)” (MOTTA, 2013, p. 223).

Há três níveis de narradores na narrativa do jornalismo: o veículo, o jornalista e a fonte (personagem). Nessa dimensão:

[...] o Primeiro-narrador, o jornal como instituição que fala, é extradiegético: enuncia uma estória da qual não tomou parte, não testemunhou nem apurou diretamente. O jornalista, Segundo-narrador, desempenha o papel de narrador intradiegético, dentro da narrativa, porque ele apura, seleciona, dispõe e hierarquiza as ações, conflitos, personagens, cenas e enredo. A personagem, Terceiro-narrador, é um narrador definitivamente intradiegético e detém menor poder de voz que o jornal e jornalistas na cadeia. Entre estes três níveis há, portanto, uma hierarquia de poder que flui de fora para dentro, do Primeiro para o Segundo-narrador, e deste para o Terceiro (MOTTA, 2013, p. 225).

Vale lembrar que, no jornalismo, o personagem tem como correspondente uma pessoa no mundo exterior ao do texto. O foco analítico, a partir desse procedimento metodológico, deve estar na mimetização e na representação da construção e da descrição do sujeito e de suas ações. Nesse entendimento, “a pessoa real é sempre redutível às narrativas que se contam a seu respeito” (MOTTA, 2008, p. 153), mesmo que sua versão “textual” não a abarque por inteiro.

Se falamos que há nesse processo analítico-metodológico uma intenção hermenêutica, é porque o analista (pesquisador) situa-se, também, como um leitor-decifrador da narrativa jornalística, observando e interpretando criticamente o que a configura.

⁸⁶ De acordo com Motta (2013), tipo de construção discursiva mediada a) pelo meio que a veicula, levando em conta o ethos, interesses comerciais e ideológicos, b) pelos profissionais da organização e c) pelas fontes – que testemunham fatos e relatam direta (sem interferência do narrador, aquilo que a fonte/personagem fala é transcrito tal como foi dito) ou indiretamente (com intervenção no narrador, que reproduz a fala da fonte/personagem) nessa narrativa.

4.3 CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Definimos a proposta de corpus desta dissertação por meio de três processos pertencentes à Análise de Conteúdo – a representatividade, a homogeneidade e a pertinência (BARDIN, 2006). Considerando o objeto empírico deste trabalho – o jornal *Folha de S. Paulo* –, a amostra selecionada para compor o corpus é condizente com as três categorias mencionadas. Quanto à representatividade, entendemos que o material escolhido dá conta de representar o universo do empírico estudado. No que diz respeito à homogeneidade, notamos que os documentos tratam do mesmo assunto (no caso, a abordagem oferecida pela linha editorial que se atém aos fatos internacionais). E em relação à pertinência, a amostra está em consonância com os objetivos apontados por este estudo.

A partir da pré-análise, realizada na primeira quinzena de fevereiro de 2016, foram coletadas e digitalizadas todas as edições da editoria Mundo, da *Folha*, referentes ao ano de 2015 (de 1º de janeiro a 31 de dezembro). Desse material, mapeamos a primeira semana do mês de janeiro (do dia 1º ao dia 7), a segunda do mês de fevereiro (do dia 8 ao dia 14), a terceira de março (do dia 15 ao dia 21) e a quarta de abril (do dia 22 ao dia 28), o que resultou em um mês artificial e composto por quatro semanas distintas – que consolida o corpus dessa dissertação.

Sem a leitura aprofundada do conteúdo jornalístico coletado, criamos uma estrutura para organizar o material levando em conta: 1) a data de publicação do texto; 2) o título do texto; 3) a região (do mundo) a que se refere; 4) a página na qual está publicado; 5) quem o produziu; 6) a localização na página (diagramação); 7) os recursos paratextuais, 8) a presença na primeira página da seção Mundo e 9) a presença na Primeira Página (capa) do jornal. Abaixo, a Tabela 1 exemplifica o modelo que criamos:

Tabela 1: Estrutura para a disposição do material na pré-análise

Data	Título	Região	Página	Produção	Localização	Recursos	Presença na seção	Presença 1ª P.
22.04.2015	Cai chefe de agência antidrogas dos EUA	AN/EUA	A8	Giuliana Vallone (Nova York)	Acima	Foto (AFP)	S	N

Fonte: autoria própria.

Essa distribuição ajudou a compreender a organização da editoria Mundo e contribuiu para verificarmos a adequação às três exigências da Análise de Conteúdo: representatividade,

homogeneidade e pertinência. No período selecionado, a *Folha* veiculou 28 edições e publicou 121 páginas da seção Mundo. A amostragem que compõe o corpus é de 248 textos segmentados entre os gêneros opinativo e informativo. No entanto, escolhemos trabalhar apenas com os textos informativos, o que resultou em nosso corpus consolidado por **214 textos**.

4.3.1 Disposição do corpus em categorias analíticas

Para analisar o corpus – 214 textos – que constitui esta pesquisa, trabalhamos com seis categorias analíticas, que foram pensadas durante a etapa do estudo piloto⁸⁷. As categorias são: 1) procedência; 2) geografia; 3) temas; 4) temas e região, 5) agências e 6) presença na Primeira Página do jornal.

A primeira categoria é a da **procedência dos textos**. Por meio dela, distribuimos os textos conforme sua origem e os quantificamos. Consideramos as seguintes procedências: a) de agência de notícias; b) de correspondente internacional; c) da redação; d) de enviado especial, e) de colaborador e f) traduzido de outro veículo.

A segunda é **geografia** e apresenta a estrutura de mundo compreendida pela *Folha*, considerando país e região. Com ela, podemos visualizar os países recorrentes nos textos do jornal, assim como aqueles que pouco apareceram ou não apareceram. A *Folha* divide o mundo em: América Central, América do Norte, América do Sul, Eurásia, Europa, África, Ásia, Oceania e Oriente Médio.

Temas é a terceira categoria. Ela é formada por unidades temáticas ou de significação, a partir das quais podemos descobrir núcleos de sentidos, opiniões, crenças, valores, tendências, atitudes e motivações. Os temas nos auxiliam, de modo subjetivo, na proposição de inferências sobre a amostra, além de nos ajudarem a investigar a construção narrativa do texto, revelando as aparições ou ausências de determinados assuntos, sujeitos e perspectivas. Diante disso, identificamos nove unidades temáticas com base nos conteúdos da editoria Mundo. São elas: a) Política e Diplomacia; b) Guerra ou Confronto; c) Crime; d) Diáspora; e) Conflito (étnico, político ou religioso); f) Economia; g) Fait Divers; h) Catástrofe Natural e i) Outros. Explicaremos cada uma delas: **Política e Diplomacia** abarca os textos que tratam das relações entre países no âmbito da política externa e dos acordos diplomáticos. **Guerra e Confronto** dá conta do que for relativo aos acontecimentos bélicos ou aos confrontos violentos de abrangência

⁸⁷ No exercício de análise piloto consideramos a segunda semana de fevereiro de 2015 (do dia 8 ao dia 14), com 64 textos coletados (informativos e opinativos). O tratamento desse material foi realizado por meio de abordagem híbrida – quantitativa e qualitativa.

internacional. Em **Crime**⁸⁸ estão textos que tratam de ações tipificadas como criminosas ou ilícitas. A unidade **Diáspora**⁸⁹ considera o material noticioso que dá conta dos processos e sujeitos diaspóricos. **Conflito** engloba os textos que tratam de atentados e de conflitos com base na etnia, política ou religião. Nessa temática também estão as notícias que falam de “terrorismo⁹⁰”. Em **Economia** aparecem conteúdos referentes à economia de outros países ou das relações econômicas do Brasil internacionalmente. Em **Fait Divers** posicionamos o fato pitoresco, inusitado ou curioso. Na temática **Catástrofe Natural** constam os textos que tratam de desastres e tragédias ambientais ou provenientes da ação da natureza⁹¹. Por último, a unidade temática **Outros** é definida para contemplar todos os demais assuntos que não se encaixarem nos itens anteriores.

Voltando às categorias analíticas, a nossa quarta é denominada **temas e região**. A estratégia consiste em cruzar os dados dos *temas* com os da *geografia*, a fim de observarmos quais temáticas aparecem ou não em determinada região ou país.

Na quinta, que se chama **agências**, o interesse está centrado em mostrar com quais agências de notícias a *Folha* trabalhou no período selecionado. Aqui é relevante o uso de conteúdo de agência nas fotografias e, quando, creditado, nos textos.

Por fim, determinamos como sexta categoria a **presença na Primeira Página do jornal**. Nela nos interessa evidenciar quais textos da editoria Mundo ganharam destaque ou foram considerados pelo jornal suficientemente relevantes para serem veiculados na capa da *Folha*.

⁸⁸ Vale a ressalva de que estamos olhando para o cenário internacional e que, muitas vezes, o que é tipificado como crime no Brasil pode não o ser no exterior e vice-versa. Estamos tomando como parâmetro o Código Penal brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm. Acesso: 29 mai. 2016.

⁸⁹ Shuval comenta que “o termo diáspora adquiriu um amplo domínio semântico. Atualmente, ele abrange uma variada gama de grupos tais como refugiado político, residente estrangeiro, trabalhadores convidados, imigrantes, deportados, minorias étnicas e radicais, e comunidades ultramarinas. Esse termo é cada vez mais usado por pessoas deslocadas, as quais sentem, mantêm, criam ou revivem uma conexão com o lar anterior. As concepções de diáspora incluem uma história de dispersão, mitos/memórias sobre a pátria, alienação no país de acolhimento, almejando um eventual retorno – o qual pode ser ambivalente, escatológico ou utópico –, apoio contínuo da terra natal e identidade coletiva definida por uma relação superior” (SHUVAL, 2000, p. 41, tradução nossa; no original: “The term diaspora has acquired a broad semantic domain. It now encompasses a motley array of groups such a political refugee, alien residents, guest workers, immigrants, expellees, ethnic and radical minorities, and overseas communities. It is used increasingly by displaced persons who feel, maintain, invent or revive a connection with a prior home. Concepts of diaspora include a history of dispersal, myths/memories of homeland, alienation in the host country, desire for eventual return – which can be ambivalent, eschatological or utopian – ongoing support of homeland and, a collective identity defined by above relationship”).

⁹⁰ O conceito de “terrorismo” abarca diferentes definições e vem se modificando desde o século XVIII. As mais comuns são: a) atos criminosos contra o Estado ou provenientes dele, b) ação por meio da qual um grupo, uma instituição ou um indivíduo domina, violenta e produz terror a uma região, etnia ou indivíduo e c) o uso de violência e terror instigados por diferenças políticas ou religiosas (HUTCHINSON, 1972). No Brasil, foi sancionada a Lei Nº 13.260 (2016), que tipifica terrorismo como crime. BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Texto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm. Acesso: 31 jan. 2017.

⁹¹ De acordo com Amaral (2015), embora associada de imediato à natureza e à situação climática, catástrofe tem relação direta com questões sociais, culturais e com ações humanas.

Realizada essa etapa, passamos para um segundo momento da análise, centrado nos resultados qualitativos e com foco direcionado à análise da narrativa jornalística. A fim de compreender como a outridade é construída na editoria Mundo da *Folha* de *S. Paulo*, trabalhamos com o plano da *estória* (diegese, universo do texto) e com a operação proposta por Motta (2008) relativa ao reconhecimento e ao entendimento analítico da construção dos personagens da narrativa. Assim, no universo do texto, consideramos a posição do narrador (sujeito-narrador: *Folha*, repórter ou fonte), os sujeitos-personagens e o tipo de discurso (direto, indireto ou a presença de ambos). A ênfase na operação que abarca o personagem nos pareceu necessária para encontrar o “outro” mimetizado na narrativa em questão. Motta (2008, p. 152) lembra que “no jornalismo as personagens costumam ser fortemente individualizadas e transformam-se no eixo das histórias”. Os personagens são qualificados por alguns designantes, tais como nome próprio, idade, nacionalidade, características físicas, competências, funções, sentimentos e ações, ou seja, o ser, o fazer e o sentir do sujeito-personagem descrito pelo repórter no texto jornalístico. Para essa etapa da análise qualitativa, escolhemos **32 textos** – que variam entre notícias, reportagens, entrevistas e perfis. Esses textos foram escolhidos por oferecerem informações relevantes para perceber a alteridade, permitindo acessar o “outro” na narrativa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

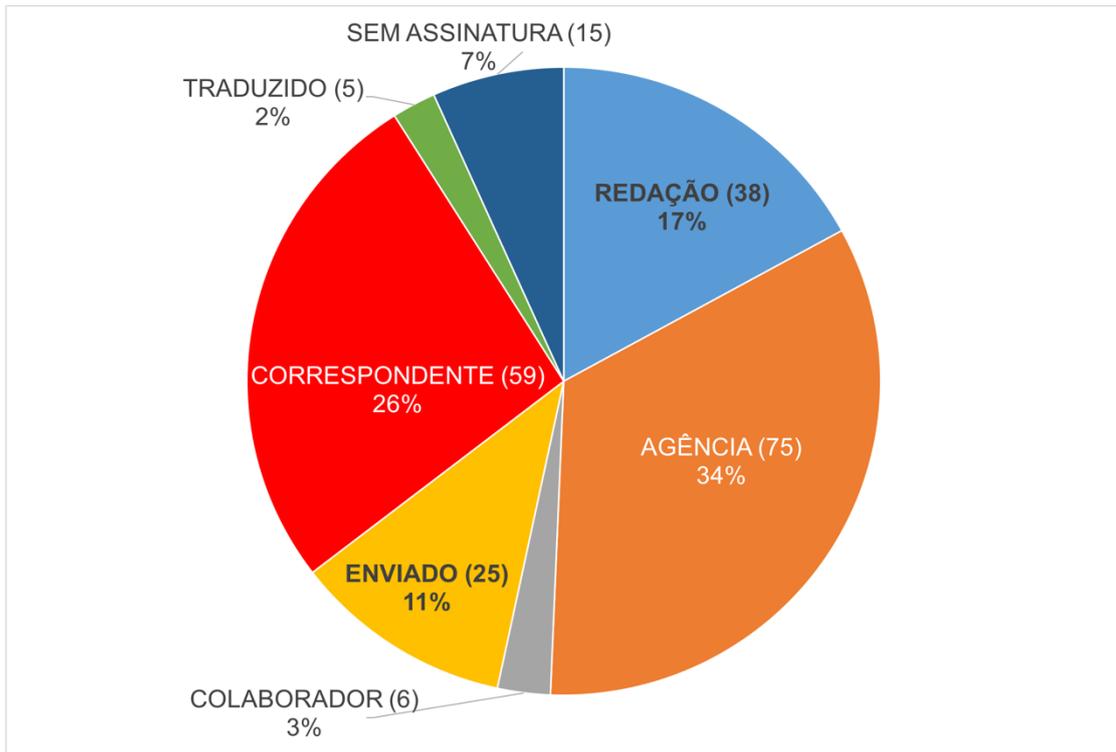
Este capítulo está centrado na análise do corpus e na discussão dos resultados quantitativos e qualitativos, a fim de demonstrar o funcionamento e as categorias que estruturam a editoria Mundo da *Folha de S. Paulo*. Vamos apresentar também o nosso entendimento sobre a construção do “outro” na narrativa jornalística da editoria, considerando a relação entre sujeitos-narradores e sujeitos-personagens. Para sustentar a análise, trazemos exemplos que integram o material empírico e que nos possibilitam refletir tanto sobre a manifestação do fenômeno da alteridade quanto sobre o conhecimento que podemos adquirir a partir da interpretação do modo de existência do “outro” narrado pelo jornalismo.

5.1 PANORAMA QUANTITATIVO DA EDITORIA MUNDO DA *FOLHA DE S. PAULO*

Esta subseção é dedicada à apresentação e à análise quantitativa dos dados correspondentes aos 214 textos que compõem o corpus desta dissertação, considerando o período de 1º de janeiro a 28 de abril, de 2015. A amostragem foi distribuída nas seis categorias analíticas explicadas no capítulo metodológico: Procedência, Geografia, Temas, Temas e Região, Agência, Presença na Primeira Página.

A primeira categoria analisada foi **Procedência**. Nela, quantificamos os textos conforme o tipo de autoria. Observamos que a maior parte da amostra correspondeu ao conteúdo informativo produzido e distribuído por agências de notícias, num total de 75 textos (34%) publicados nas edições que compreendem o corpus. No mesmo período, 59 textos (26%) eram de correspondentes internacionais, 38 (17%) da redação e 25 (11%) foram produzidos por enviados especiais. Com menor incidência, encontramos 15 textos (7%) sem assinatura, 6 (3%) de colaboradores e 5 (2%) traduzidos. No Gráfico 1, o percentual figurado é referente ao número absoluto de textos na categoria Procedência, mas vale salientar que um mesmo texto pode ter sido disposto em mais de um tipo de autoria.

Gráfico 1: Porcentagem de textos da editoria Mundo na categoria Procedência



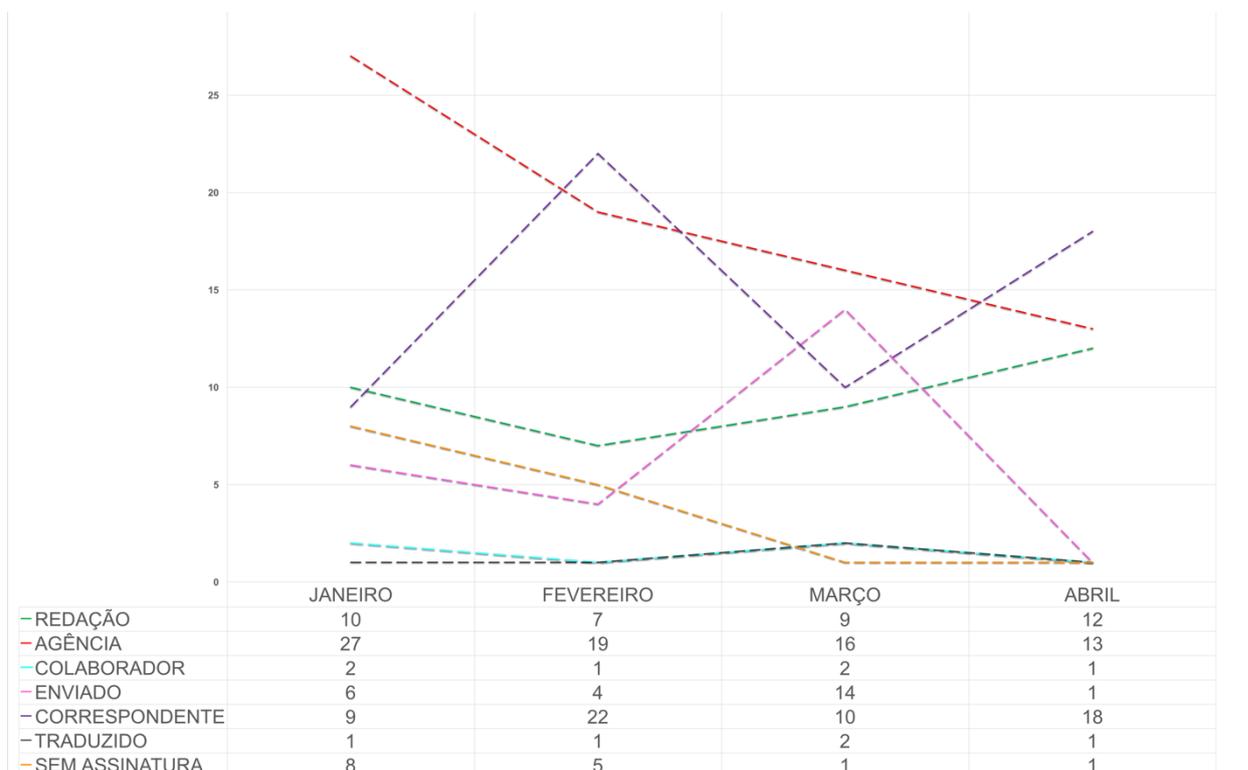
Fonte: autoria própria.

Dos textos que correspondem à redação, 33 são de São Paulo, 5 de Brasília e 1 do Rio de Janeiro. Quanto ao material assinado, tendo em conta os textos produzidos fora da redação – relativos aos colaboradores, enviados especiais e correspondentes internacionais –, identificamos, no total, que 19 repórteres trabalharam na editoria Mundo no período analisado. Desses, 3 repórteres figuraram tanto na autoria enviado especial quanto na correspondente internacional. Identificamos ainda que, dos 5 textos traduzidos, dois eram do jornal britânico *The Guardian*, 1 do norte-americano *Financial Times* e 1 do norte-americano *The New York Times*. Quanto ao material de agência, 3 textos foram creditados, os quais pertenciam à *Associated Press* – nos demais, constava apenas a procedência “das agências de notícias”.

Após contabilizar o percentual da amostra, ainda nessa categoria analítica, comparamos os dados de cada autoria, tendo em conta o período que abrange o corpus. Na sucessão dos meses – de janeiro a abril –, verificamos que o número de textos produzidos por enviados especiais era inversamente proporcional ao de correspondentes internacionais. Isso ocorreu pelo fato de alguns correspondentes da editoria Mundo, da *Folha*, terem sido deslocados como enviados especiais. Como mostra o Gráfico 2, apesar de o jornal ter trabalhado predominantemente com textos de agências nesse período, nos meses de fevereiro e abril o número de material produzido por correspondente internacional foi sobressaliente. O

crescimento nesses dois meses foi relativo à cobertura dos correspondentes nas regiões da América do Sul e do Oriente Médio, as quais passavam por mudanças no cenário político.

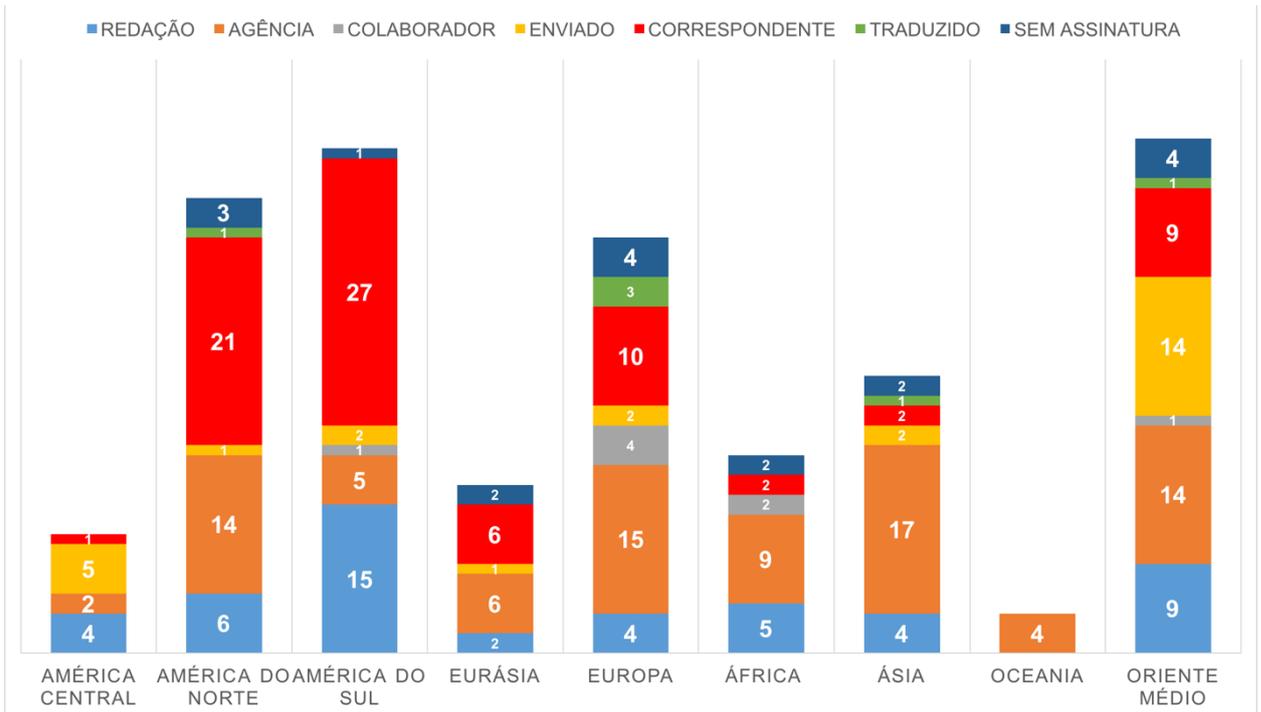
Gráfico 2: Relação entre Procedência e Mês nos textos da editoria Mundo



Fonte: autoria própria.

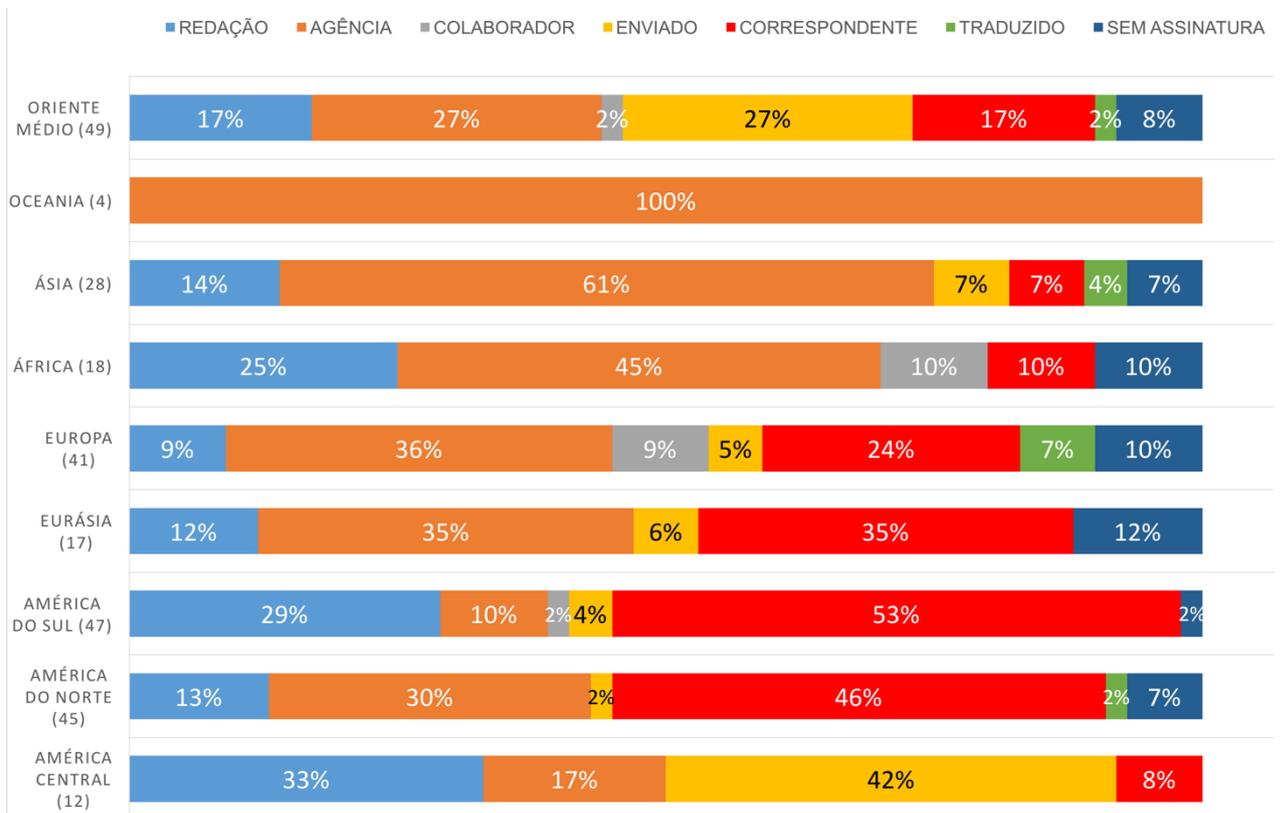
Por último, cruzamos os dados da categoria Procedência com a categoria Região, a fim de verificar em cada localidade qual autoria era predominante. Pela disposição dos dados no Gráfico 3, percebemos que na América do Norte e na América do Sul houve destaque para o material de correspondentes internacionais, totalizando, respectivamente, 21 e 27 textos publicados, o que representa, na mesma ordem, 46% e 53%. Por outro lado, a procedência de textos de enviados especiais se sobressaiu no Oriente Médio, 14 (27%). Já os textos de colaboradores foram maioria na Europa, 4 (9%). Também notamos que a *Folha* trabalhou somente com agências de notícias para informar os fatos relativos à Oceania. O Gráfico 4 expressa a relação entre Procedência e Região em porcentagem.

Gráfico 3: Procedência x Região nos textos da editoria e em números totais



Fonte: autoria própria.

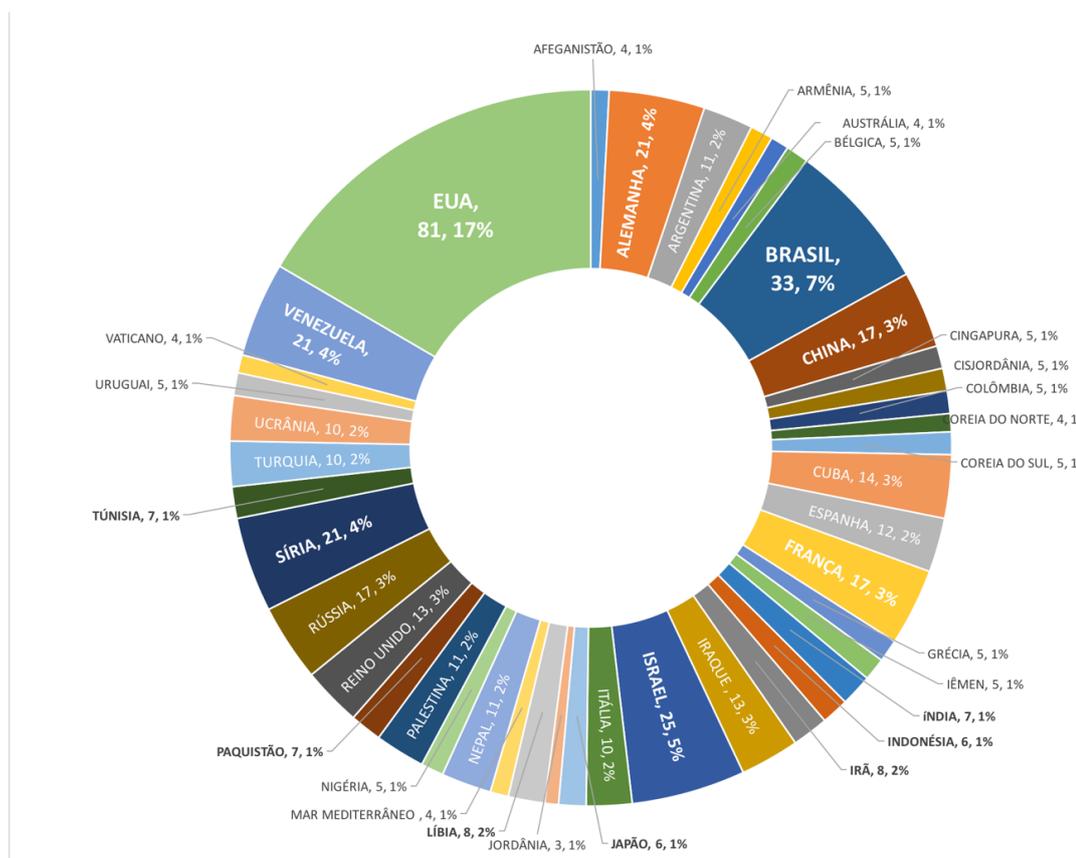
Gráfico 4: Relação entre Região e Procedência dos textos em porcentagem na editoria Mundo



Fonte: autoria própria.

Ao analisar os textos na categoria **Geografia**, identificamos que 96 países (incluindo territórios) foram mencionados na amostra. Desses, os 20 que mais apareceram foram: Estados Unidos (81,17%), Brasil (33,7%), Israel (25,5%), Síria (21,4%), Venezuela (21,4%), Alemanha (21,4%), China (17,3%), Rússia (17,3%), França (17,3%), Cuba (14,3%), Iraque (13,3%), Reino Unido (13,3%), Espanha (12,2%), Argentina (11,2%), Nepal (11,2%), Palestina (11,2%), Itália (10,2%), Turquia (10,2%), Ucrânia (10,2%) e Líbia (8,2%), como podemos observar no Gráfico 5, que reúne o total de países citados mais de três vezes durante o período analisado. Encontramos 42 países, dos 96, nessa condição. É importante destacar que o percentual figurado no Gráfico 5 é relativo ao número absoluto de países que aparecem nos textos, sendo que mais de um país pode ter aparecido em um mesmo texto do corpus. Na amostragem, aqueles países que não aparecem citados mais de três vezes foram dispostos no item “outros”, resultando em 54 países, do total, com menor ocorrência.

Gráfico 5: Porcentagem de países e territórios citados mais de três vezes na editoria Mundo



Fonte: autoria própria.

Ao compararmos os dados do Gráfico 3 com os do Gráfico 5 notamos que os três primeiros países com maior presença nos textos da amostra – em ordem decrescente, respectivamente, *Estados Unidos, Brasil e Israel* – correspondem às três regiões com maior abrangência de textos – em ordem decrescente, respectivamente, *Oriente Médio, América do Sul e América do Norte*. Com a exploração do material que compõe o corpus, verificamos que *os Estados Unidos (81,7%) é o país predominante na amostragem*, sendo o único da América do Norte a aparecer entre os 20 mais citados. Em grande parte, sua incidência nos textos está relacionada à posição de mediador que ele assume frente aos demais países no corpus. No Oriente Médio, devido ao cenário político e aos conflitos, Israel (25, 5%) é o país que se sobressaiu, mas além dele, outros três, incluindo o território palestino predominam: Síria (21,4%), Iraque (13,3%), Palestina (11,2%) e Turquia (10,2%). Na América do Sul, região em que o Brasil (33,7%) teve presença nos textos – devido à posição de mediador e às relações internacionais –, também encontramos ocorrências significativas dos países *Venezuela (21,4%) e Argentina (11,2%)*.

Ainda na categoria Geografia, notamos, ao explorar o material, que um texto poderia figurar em mais de uma região (a divisão dos 96 países e territórios em suas respectivas regiões pode ser observada nas Tabelas 2; 3; 4; 5 e 6), o que resultava em distintos países mencionados no texto. Para classificar a região, consideramos apenas os países ou territórios que eram protagonistas ou sujeitos da notícia, ou seja, aqueles que estavam diretamente envolvidos no fato.

Já na classificação dos países, levamos em consideração qualquer menção ao país ou território, seja ele na posição de protagonista na notícia ou citado apenas para fins de contextualização do fato. A exemplo disso está a notícia: “Ataques a mesquitas matam 137 no Iêmen”, publicada em 21 de março. Nela, a região em questão é o Oriente Médio, à qual o Iêmen pertence, mas, ao longo da matéria, são mencionados Tunísia (África) e Estados Unidos (América do Norte). Outro exemplo possível é o da notícia “Alemães reconhecem genocídio armênio”, publicada em 25 de abril, na qual as regiões protagonistas são Eurásia (Armênia) e Europa (Alemanha); quanto aos países, além dos dois principais, há destaque à Turquia (Oriente Médio) no texto.

Tabela 2: Lista de Países e Territórios da África e da América Central

ÁFRICA		AMÉRICA CENTRAL	
PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência	PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência
ÁFRICA DO SUL	1	CARIBE	1
ANGOLA	3	COSTA RICA	1
ARGÉLIA	2	CUBA	14
CAMARÕES	1	GUATEMALA	1
CHADE	1	GUINÉ	1
EGITO	2	HAITI	2
ETIÓPIA	1	TOTAL: 6 PAÍSES/TERRITÓRIOS	
GANÁ	1		
LIBÉRIA	1		
LÍBIA	8		
NIGER	1		
NIGÉRIA	5		
QUÊNIA	1		
SERRA LEOA	1		
TANZÂNIA	1		
TUNÍSIA	7		
TOTAL: 16 PAÍSES/TERRITÓRIOS			

Fonte: autoria própria.

Tabela 3: Lista de Países e Territórios da América do Norte e América do Sul

AMÉRICA DO NORTE		AMÉRICA DO SUL	
PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência	PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência
CANADÁ	3	ARGENTINA	11
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	81	BRASIL	33
MÉXICO	1	CHILE	1
TOTAL: 3 PAÍSES/TERRITÓRIOS		COLÔMBIA	5
		EQUADOR	1
		PARAGUAI	1
		URUGUAI	5
		VENEZUELA	21
		TOTAL: 8 PAÍSES/TERRITÓRIOS	

Fonte: autoria própria.

Tabela 4: Lista de Países e Territórios da Ásia e Eurásia

ÁSIA		EURÁSIA	
PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência	PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência
BANGLADESH	2	ARMÊNIA	5
CHINA	17	BELARUS	5
CINGAPURA	5	BULGÁRIA	2
COREIA DO NORTE	4	CRIMEIA	1
COREIA DO SUL	5	ESTÔNIA	1
ÍNDIA	7	GEÓRGIA	1
INDONÉSIA	6	LETÔNIA	1
JAPÃO	6	LITUÂNIA	1
MALÁSIA	1	OSSÉZIA DO SUL	1
NEPAL	11	RÚSSIA	17
SRI LANKA	2	UCRÂNIA	10
TAILÂNDIA	1	TOTAL: 11 PAÍSES/TERRITÓRIOS	
TIBETE	1		
TOTAL: 13 PAÍSES/TERRITÓRIOS			

Fonte: autoria própria.

Tabela 5: Lista de Países e Territórios da Europa e Oceania

EUROPA		OCEANIA	
PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência	PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência
ALEMANHA	21	AUSTRÁLIA	4
BÉLGICA	2	ILHAS SALOMÃO	1
DINAMARCA	3	KIRIBATI	1
ESCÓCIA	2	NOVA ZELÂNDIA	2
ESPAÑA	12	VANUATU	2
FINLÂNDIA	1	TOTAL: 5 PAÍSES/TERRITÓRIOS	
FRANÇA	17		
GRÉCIA	5		
HOLANDA	2		
INGLATERRA	2		
ITÁLIA	10		
MALTA	1		
MOLDÁVIA	1		
NORUEGA	3		
PORTUGAL	2		
REINO UNIDO	13		
SUÉCIA	2		
VATICANO	4		
TOTAL: 18 PAÍSES/TERRITÓRIOS			

Fonte: autoria própria.

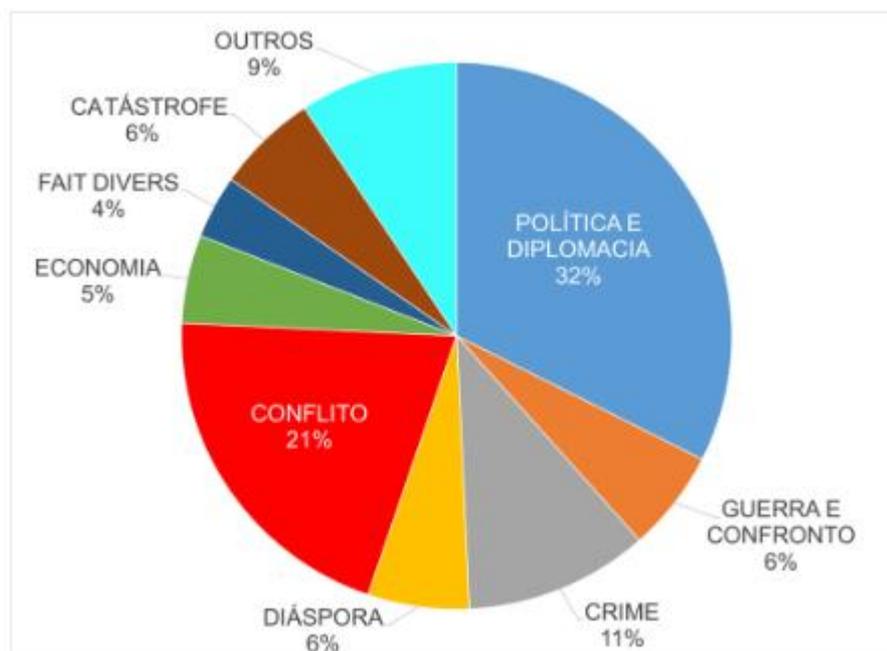
Tabela 6: Lista de Países e Territórios do Oriente Médio e Sem Região Definida

ORIENTE MÉDIO		SEM REGIÃO DEFINIDA	
PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência	PAÍSES/ TERRITÓRIOS	Frequência
AFEGANISTÃO	4	MAR MEDITERRÂNEO	4
ARÁBIA SAUDITA	2	TOTAL: 1 TERRITÓRIO	
CISJORDÂNIA	5		
IÊMEN	5		
IRÃ	8		
IRAQUE	13		
ISRAEL	25		
JORDÂNIA	3		
LIBANO	1		
OMÃ	1		
PALESTINA	11		
PAQUISTÃO	7		
SÍRIA	21		
TADJIQUISTÃO	1		
TURQUIA	10		
TOTAL: 15 PAÍSES/TERRITÓRIOS			

Fonte: autoria própria.

Na terceira categoria – **Temas** – diagnosticamos que há forte presença da temática Política e Diplomacia, uma vez que 32% dos textos do corpus foram classificados nesse eixo temático. De acordo com os temas definidos na metodologia, identificamos, como mostra o Gráfico 6, o predomínio de três temáticas. São elas: Política e Diplomacia (32%), Conflito (21%) e Crime (11%). O percentual figurado (Gráfico 6) é referente ao número absoluto de textos, porém, um mesmo texto pode ter sido classificado em mais de um tema.

Gráfico 6: Porcentagem de textos da editoria Mundo por temas



Fonte: autoria própria.

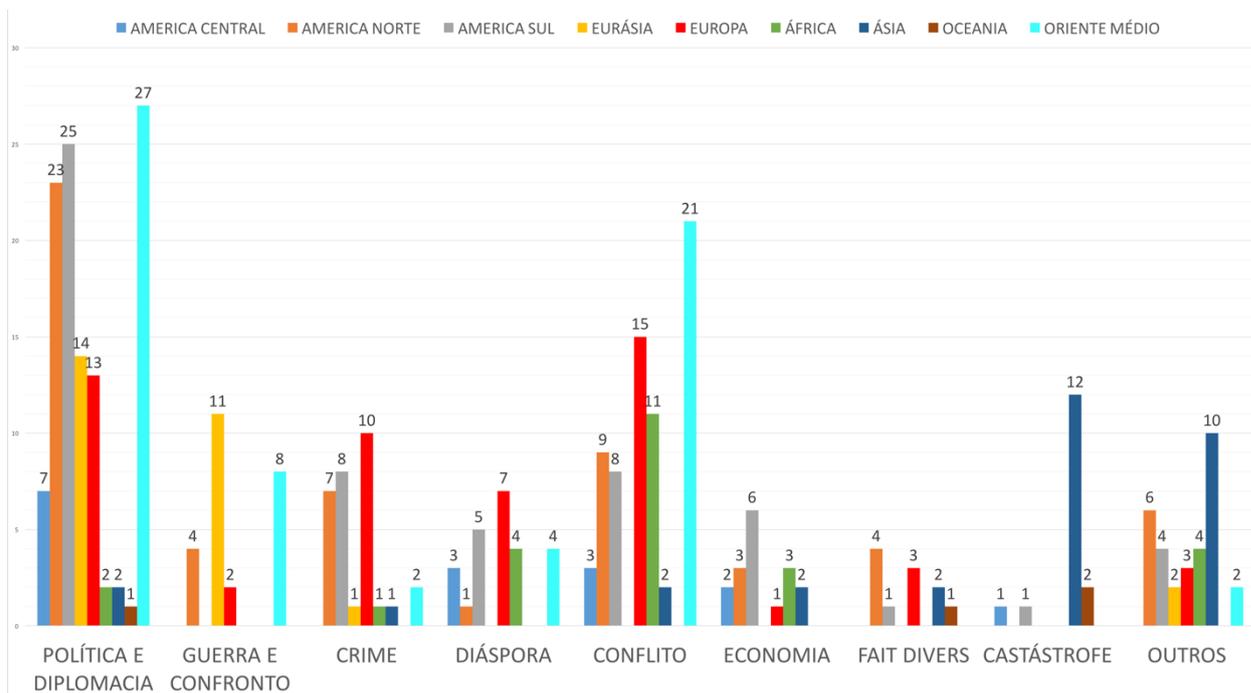
Cabe salientarmos que, ao longo do tratamento dos textos, algumas matérias que foram classificadas na temática Conflito também foram posicionadas em Crime. Assim, dos 29 textos correspondentes a Crime, 5 pertenciam também ao eixo Conflito, o que representa 17,2% dos textos nessa relação. Isso é decorrente de as motivações dos acontecimentos reportados nas notícias serem incertas para as autoridades dos países envolvidos com casos de sinistros, mas relacionada a algum conflito étnico, político ou religioso. A exemplo disso, podemos mencionar a matéria: “Radical filho de brasileira deve pegar 5 anos”, publicada em 11 de fevereiro, na qual as menções ao Estado Islâmico e ao terrorismo a posiciona nos dois eixos temáticos.

No Gráfico 6 encontramos, em quarta posição, a temática “Outros” (9%). Nela, os seguintes assuntos apareceram nos textos: “Acidentes”, “Tecnologia”, “Religião”, “Direitos Humanos” e “Direitos Civis”. Além disso, podemos observar que a editoria Mundo da *Folha* teve um direcionamento maior para os assuntos políticos e para os relativos a conflitos, pois 2015 foi um ano marcado por significativas eleições (tanto posses quanto prévias eleitorais) no cenário mundial – como ocorreu em Israel, Reino Unido e Argentina, e por instabilidades envolvendo conflitos étnicos, religiosos, políticos e territoriais – entre os quais podemos citar o bolivarianismo venezuelano, o crescente fluxo migratório e os ataques do Estado Islâmico. Interessante notar que os 20 países mais aparentes durante o período analisado figuram nos

eixos temáticos predominantes. Essa relação é mais bem apresentada pela quarta categoria de análise – Temas e Região.

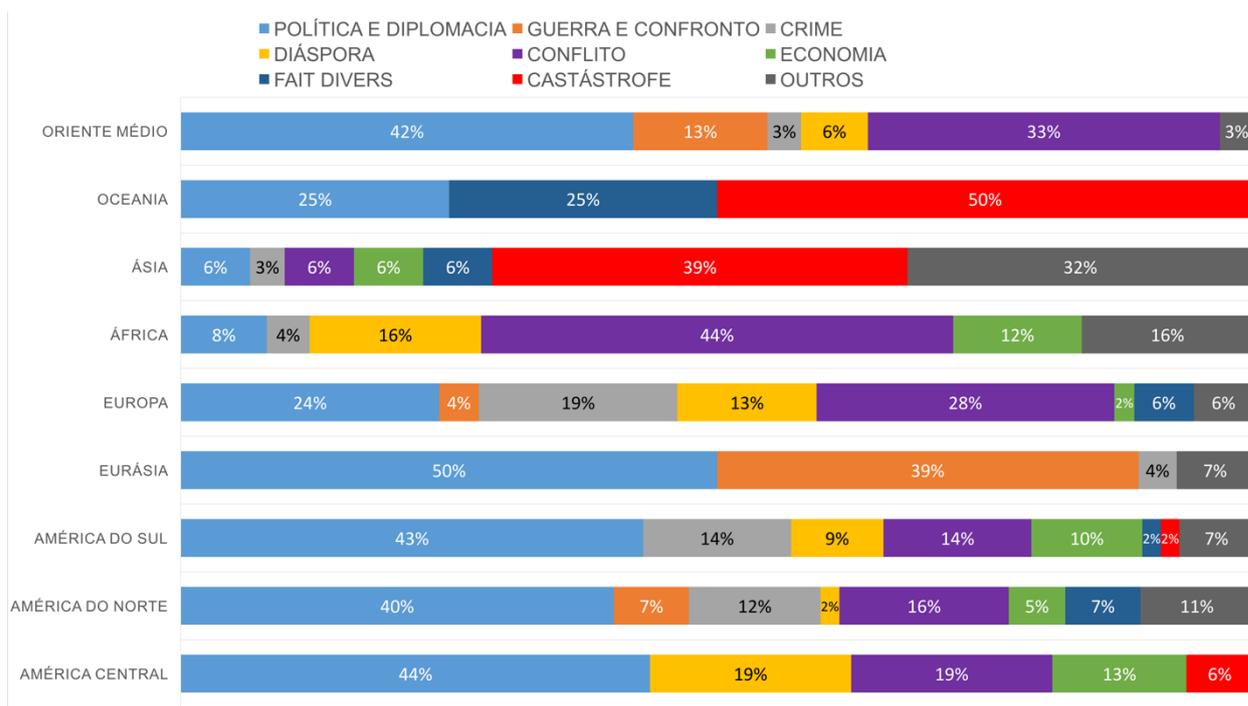
Com o cruzamento dos dados das categorias temáticas com as regiões (**Temas e Regiões**), verificamos que nas referidas regiões sobressaíram os seguintes temas: a) África: Conflito (44%); b) América Central: Política e Diplomacia (44%); c) América do Norte: Política e Diplomacia (40%); d) América do Sul: Política e Diplomacia (43%); e) Ásia: Catástrofe (39%); f) Eurásia: Conflito (50%); g) Europa: Conflito (28%); h) Oceania: Catástrofe (50%) e i) Oriente Médio: Política e Diplomacia (42%). O Gráfico 7 expressa os números totais de textos produzidos na editoria Mundo, relacionando Região e Temas, enquanto o Gráfico 8 evidencia a porcentagem de cada temática por região.

Gráfico 7: Quantidade de textos no cruzamento de Temas e Região na editoria Mundo



Fonte: autoria própria.

Gráfico 8: Porcentagem de Temas por Região nos textos da editoria Mundo

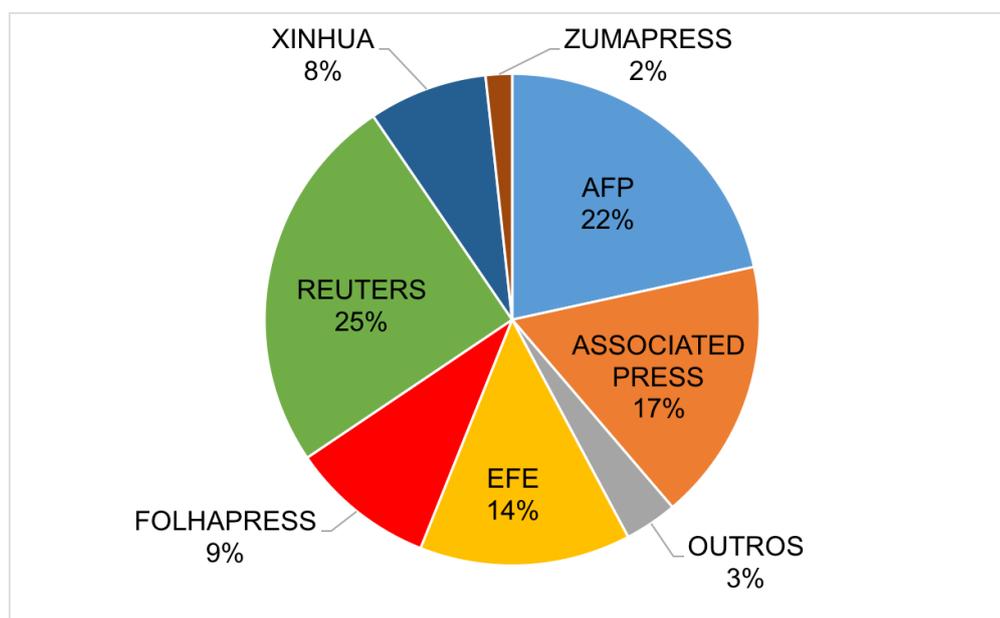


Fonte: autoria própria.

A partir da análise do corpus na quinta categoria, **Agências**, verificamos que a *Folha* trabalhou, na editoria Mundo, com 11 agências internacionais de notícias. Dessas, apenas 3 foram creditadas uma vez no material e, portanto, as agrupamos no item “Outros”. As com mais incidência segmentamos, por número de fotos na amostra: Reuters (29); Agence France-Presse (25); Associated Press (20); EFE (16); Folha Press (11), Xinhua (9) e Zuma Press(2)⁹². O Gráfico 9 apresenta a porcentagem de cada conteúdo fotográfico por agência. Com essa disposição, observamos que a procedência majoritária das fotos era da Reuters (25%). Observamos também que os créditos de fotografias são concedidos a agências específicas, mas no geral os textos são apenas creditados genericamente como “das agências”.

⁹² Reuters, da Inglaterra; Agence France-Presse (AFP), da França; Associated Press (AP), dos Estados Unidos; EFE, da Espanha; Folha Press, do Brasil; Xinhua, da China; Zuma Press, dos Estados Unidos.

Gráfico 9: Porcentagem de Material Fotográfico de Agências



Fonte: autoria própria.

A última categoria analisada quantitativamente foi **Presença na Primeira Página** (capa do jornal). No corpus composto por 214 textos informativos – considerando notícia, reportagem, perfil e fotolegenda –, 31 apareceram na Primeira Página, distribuídos em 21 capas (Tabela 7), o que representa 14,4% do corpus. Também identificamos que, dos 96 países que integram o corpus, 28 figuraram nos textos da Primeira Página, ou seja, 29,2%.

Tabela 7: Relação de textos na Primeira Página e na seção Mundo

Título na Primeira Página	Título na seção Mundo	Data de publicação
Céu, Terra e Água: Fogos de artifício enfeitam a Ópera de Sydney, cartão-postal da cidade australiana com mais habitantes (4,5 milhões), pouco antes da virada – <i>fotolegenda</i>	Ano-novo no fuso à frente – <i>notícia</i>	01/01/2015
42 anos na solitária	Pantera na solitária – <i>perfil/depoimento</i>	01/01/2015
Vice dos EUA se reúne com Dilma e discute ajuda na relação com Cuba Rehab de jihadista	Vice dos EUA pede ajuda do Brasil com Cuba – <i>notícia</i>	02/01/2015
	Cidade na Dinamarca oferece a radicais programa de reabilitação – <i>reportagem</i>	04/01/2015
Brasileiro com suposta ligação com milícia vai ser extraditado	Brasileiro acusado de extremismo será extraditado para a Espanha – <i>notícia</i>	06/01/2015

Título na Primeira Página	Título na seção Mundo	Data de publicação
Guerra ao Terror: Policial tenta desarmar bomba em posto de gasolina no Cairo (Egito), mas morre com explosão do artefato; grupo islâmico assumiu o atentado – <i>fotolegenda</i>	Policial morre ao desarmar bomba no Egito – <i>notícia</i>	07/01/2015
Ex-escravas de terroristas narram vida no cativeiro	Ex-escravas relatam rotina de horror do EI – <i>reportagem</i>	09/02/2015
Obama quer aval para atacar grupo radical em todo o mundo	Obama pede autorização de guerra ao Estado Islâmico – <i>notícia</i>	12/02/2015
Exército curdo desafia Estado Islâmico em luta desigual	A 200 m do terror – <i>reportagem</i>	12/02/2015
Naufrágios matam cerca de 300 refugiados no mar Mediterrâneo	Naufrágio de botes mata 300 refugiados – <i>notícia</i>	12/02/2015
Itália condena capitão do Costa Concordia a 16 anos	Itália condena capitão do Costa Concordia a 16 anos – <i>notícia</i>	12/02/2015
Na Argentina, Cristina é alvo de denúncia de novo promotor	Novo promotor formaliza denúncia contra Cristina – <i>notícia</i>	14/02/2015
Venezuela afirma ter detido militares que dariam golpe	Maduro anuncia prisão de militares acusados de golpe – <i>notícia</i>	14/02/2015
Assembleia da Venezuela dá superpoderes a Nicolás Maduro	Parlamento dá superpoderes a Maduro – <i>notícia</i>	16/03/2015
Se eleito, premiê de Israel diz que vetará Estado da Palestina	Netanyahu descarta Estado palestino caso seja reeleito – <i>reportagem</i>	17/03/2015
Confissão no banheiro	Sem querer, magnata dos EUA confessa ter matado 3 – <i>notícia</i>	17/03/2015
Partido de premiê surpreende e vence eleição em Israel	Partido de premiê supera oposição e vence eleição parlamentar de Israel – <i>reportagem</i>	18/03/2015
Ataque deixa 19 mortos e fere mais de 50 na Tunísia	Terroristas atacam museu e deixam 19 mortos na Tunísia – <i>notícia</i>	19/03/2015
Estado Islâmico assume atentado a museu na Tunísia	Estado Islâmico assume ataque na Tunísia – <i>notícia</i>	20/03/2015
Estado Islâmico reivindica atentados com 137 mortos	Ataques a mesquitas matam 137 no Iêmen – <i>notícia</i>	21/03/2015
Relato de um naufrago	Relato de um naufrago – <i>perfil/depoimento</i>	22/04/2015
Na França, suspeito é detido ao se ferir antes de atentados	Trapalhada de terrorista evita ataque em Paris – <i>notícia</i>	23/04/2015

Título na Primeira Página	Título na seção Mundo	Data de publicação
Armênia lembra hoje centenário de genocídio	Armênios lembram centenário de genocídio pelo império otomano – <i>reportagem</i>	24/04/2015
100 Anos: Jovens fazem ato na capital da Armênia no dia do centenário do extermínio promovido pelo Império Turco no país; a Alemanha reconheceu ontem o genocídio – <i>fotolegenda</i>	Alemães reconhecem genocídio armênio – <i>notícia</i>	25/04/2015
Polícia Federal investiga relação de advogado com terrorismo	PF investiga relação de advogado de Brasília com “terrorismo” – <i>notícia</i>	25/04/2015
Terremoto mata mais de 1.800 no Nepal	Terremoto no Nepal mata mais de 1.800 – <i>reportagem</i>	26/04/2015
Novo tremor leva pânico ao Nepal; mortes superam 3.300	Novos tremores aumentam pânico no Nepal; mortos passam de 3.300 – <i>notícia</i>	27/04/2015
Após avalanche, brasileiro espera por resgate no monte Everest	Após avalanche, brasileiro aguarda resgate no Everest – <i>notícia</i>	27/04/2015
Palestino-brasileiro preso faz greve de fome na Cisjordânia	Brasileiro preso faz greve de fome na Cisjordânia – <i>notícia</i>	27/04/2015
Caos no Nepal dificulta ajuda ao país; já são 4.300 mortos	Caos no Nepal atrapalha chegada de ajuda – <i>notícia</i>	28/04/2015
Perda Total: Manifestante vandaliza carro da polícia em Baltimore (EUA); morte de jovem negro após ação policial acaba em confrontos e saques – <i>fotolegenda</i>	Tensão racial faz cidade nos EUA declarar emergência – <i>notícia</i>	28/04/2015

Fonte: autoria própria.

De acordo com os dados da Tabela 7, os assuntos que ganharam destaque eram relativos aos Estados Unidos, Nepal, Cisjordânia, Brasil, Armênia, Turquia, França, Iêmen, Tunísia, Israel, Venezuela, Argentina, Itália, Mar Mediterrâneo, Iraque, Egito, Espanha, Dinamarca, Austrália, Japão, Nova Zelândia e Cuba – demonstrando que, no período de análise do corpus, todas as regiões aqui consideradas foram representadas pelos textos da editoria Mundo que foram veiculados na capa da *Folha*.

5.2 O “OUTRO” NA NARRATIVA DA EDITORIA MUNDO DA FOLHA DE S. PAULO

Premissa da diversidade social, a alteridade evidencia uma situação relacional entre dois ou mais sujeitos como fenômenos manifestados e percebidos. No caso do jornalismo, atividade que articula o mundo da vida com o mundo do texto, a relação está baseada, normalmente, entre

“eu-jornalista/jornal” e “outros-fontes-sujeitos”. A dinâmica centrada na percepção e na experiência do “eu-jornalista/jornal” frente aos “outros-fontes-sujeitos” é parte do processo que busca explicar narrativamente, pela descrição e pela mimetização, o modo de existência do “outro” percebido. Esse esclarecimento foi o nosso ponto de partida para a organização e a exploração interpretativa dos 32 textos (Tabela 8) que selecionamos do corpus, a fim de compreender e de verificar como é e se é realizada a construção da outridade pela narrativa jornalística da *Folha*.

Tabela 8: Relação de textos analisados qualitativamente

Texto (T)	Título	Publicação
01	Gay cristão no ninho do Hamas	07/01/2015
02	A luta continua	10/02/2015
03	Inimigo número 1	21/03/2015
04	Renascido na praça	23/04/2015
05	Área de facção no Iraque vive ‘pré-história’	13/02/2015
06	Ex-escravas relatam rotina de horror no EI	09/02/2015
07	ONU investiga genocídio contra minoria	09/02/2015
08	Gana abriga maior lixão de eletrônicos da África	04/01/2015
09	Fantasia cubana	04/01/2015
10	Consulado no Haiti enfrenta demanda alta e falta de verba	26/04/2015
11	Haitianos buscam trazer suas famílias para o Brasil	26/04/2015
12	Berlim instala refugiados em contêineres	20/03/2015
13	A 200m do terror	12/02/2015
14	Campanha mira grupo anti-islã alemão	07/01/2015
15	Atos na Alemanha contra grupo xenófobo reúnem 30 mil pessoas	06/01/2015
16	Grupo anti-islã perde força na Alemanha	08/02/2015
17	Cidade da Dinamarca oferece a radicais programa de reabilitação	04/01/2015
18	Chefe de mesquita diz cooperar com ação para recuperar jovens	04/01/2015
19	Pantera na solitária	01/01/2015
20	Terremoto no Nepal mata mais de 1.800	26/04/2015
21	Tremor causa avalanche e mortes no Everest	26/04/2015
22	Novos tremores aumentam pânico no Nepal; mortos passam de 3.300	27/04/2015
23	Kobe Alerta	18/03/2015
24	Relato de um naufrago	22/04/2015
25	Brasileiros dizem viver ‘operação de guerra’ após terremoto no Nepal	26/04/2015
26	Réplica quase me jogou no chão, conta jornalista	27/04/2015
27	Após avalanche brasileiro aguarda resgate no Everest	27/04/2015

Texto (T)	Título	Publicação
28	Mulher de brasileiro resgatado relata tensão	28/04/2015
29	Armênios lembram centenário de genocídio pelo Império Otomano	24/04/2015
30	Brasil se ‘solidariza’ com tragédia mas não utiliza o termo polêmico	24/04/2015
31	Discussão sobre o genocídio tornou-se instrumento político	24/04/2015
32	Alemães reconhecem genocídio armênio	25/04/2015

Fonte: autoria própria.

Na Tabela 9 exemplificamos os assuntos dos textos, individualmente ou, quando possível, agrupados formando uma narrativa única sobre o mesmo fato.

Tabela 9: Resumo sobre o assunto abordado nos textos

Textos (T)	Resumo
T01	História de John Calvin, de 24 anos, palestino de Nablus (Cisjordânia), pertencente a uma influente família de líderes do Hamas. Ele saiu de casa e do país devido à religião e por ser homossexual, muçulmano convertido ao cristianismo. Conta que ele está em busca de asilo no Canadá para não ser morto na Palestina pela família.
T02	História de Sairam Rivas, de 21 anos, líder do movimento estudantil contra o governo de Nicolás Maduro (Venezuela). Narra os dias de conflito anteriores, durante e posterior a sua prisão.
T03	Narra a realidade corrupta de Angola, a partir de Rafael Marques de Morais, um jornalista angolano, de 43 anos, que se engaja a contrapor a política e a lógica de governo do presidente José Eduardo dos Santos, no poder há 36 anos.
T04	História de Pablo Gaoana Miranda, de 37 anos, filho de militantes desaparecidos políticos da Argentina, que buscou por sua identidade e família, mesmo sabendo que sua mãe adotiva – à qual, quando criança, foi entregue por um coronel do exército – poderia ser presa.
T05	Narra a realidade precária dos muçulmanos moradores de Mossul, segunda maior cidade do Iraque. Controlada pelo Estado Islâmico, os habitantes da região vivem marginalizados e desprotegidos.
T06 e T07	Juntos, formam a narrativa sobre a realidade das mulheres que integram a minoria yazidi, grupo étnico iraquiano, que são levadas para Mossul, pelo Estado Islâmico, para serem escravas. A narrativa trata dos yazidi a partir de Sanaa, 21 anos, e de Kazhal Sharif, 18 anos. Sob o controle da milícia radical, elas são estupradas, agredidas e obrigadas a casar. Aborda, pela perspectiva da ONU, a possibilidade de o Estado Islâmico estar cometendo genocídio contra os yazidi – o que configura crime contra humanidade e crime de guerra.
T08	Narra a rotina dos jovens que trabalham no lixão de Gana, tendo como personagem-sujeito Abdulrahim, 25 anos. Ele põe sua vida em risco para enviar dinheiro à família, que mora no norte de Gana, onde há conflitos étnicos.
T09	Fala da realidade das prostitutas cubanas Yanela (24 anos), Nelia (20 anos), Yosefin (20 anos) e Beatriz (20 anos). Apesar da ênfase nas mulheres, a reportagem é sobre economia, turismo e prostituição em Cuba – como contexto político e econômico está um acordo entre o país centro-americano e os EUA, que prevê relaxamento das restrições para viagem de cidadãos americanos a Cuba, o que poderia aumentar o fluxo de turistas em busca de sexo na região.
T10 e T11	Formam a narrativa de duas realidades: a do haitiano imigrante e a da condição precária do consulado brasileiro no Haiti. Assim, trata da alta demanda de visto humanitário para haitianos, pela perspectiva de Vitor Hugo Irigaray – cônsul –, e aborda um novo cenário migratório baseado na imigração de famílias do Haiti para o Brasil, a partir da haitiana Abel Marthine.

Textos (T)	Resumo
T12	Sobre a integração social de refugiados na Alemanha, em moradias que são contêineres. Mostra que a instalação dessas pessoas em processo diaspórico é desumana.
T13	A reportagem trata do combate entre o exército curdo Peshmerga e o Estado Islâmico, no Iraque, descrevendo a relação de terror e de desigualdade na região e no combate entre eles. Dá ênfase ao ponto de vista dos Peshmerga frente ao Estado Islâmico, que é visto como ameaça ao povo curdo.
T14, T15 e T16	Juntos, tratam do Pegida (Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente), grupo de extrema direita que vê os islamitas como uma ameaça ao território alemão. Trazem a visão da imprensa alemã, de líderes políticos e de formadores de opinião, dando a entender que a Alemanha, onde há um abundante número de imigrantes, não é favorável às ações preconceituosas e restritivas do Pegida. Além disso, narram a rejeição popular em relação ao grupo e explicam que, na Alemanha, um movimento político ser associado à extrema direita contribui para seu enfraquecimento, devido à memória do holocausto e do nazismo.
T17 e T18	Relatam a condição social dos muçulmanos dinamarqueses de Aarhus, que saíram da cidade para ir a Síria (seja para lutar contra a opressão do regime do ditador de Bashar al-Assad, seja por motivos humanitários) e depois retornaram a Aarhus. Eles necessitam passar por um programa de reabilitação social, no qual ganham uma “segunda chance” na sociedade dinamarquesa e são “desradicalizados”.
T19	Narra a realidade de Albert Woodfox, 67 anos, membro do Panteras Negras, levado à prisão Angola (nos EUA) em 1960 por roubo. Ele foi considerado como um dos responsáveis pela morte de um policial dentro cadeia, o que o condicionou ao confinamento solitário por 42 anos. Sem provas do homicídio e mantido em condição desumana, é descrito por pontos de vistas contraditórios, ora como possível inocente, ora como “radical” ou “o homem mais perigoso do planeta”.
T20, T21 e T22	O contexto é o da catástrofe da natureza que ocorreu no Nepal. O conjunto de textos narra a situação de devastação, pânico, instabilidade, resgate e morte após terremoto e avalanche, trazendo dados e mapas que contextualizam e informam sobre o fato.
T23	Narra a história de Ohtsu Nobuhito, sobrevivente, em 1995, de um terremoto no Japão. Trata de um fato que comoveu Ohtsu e que teve reflexo na vida adulta e profissional dele. Ele lidera uma equipe de Bokomi – voluntários no resgate de pessoas em caso de catástrofes naturais no Japão.
T24	Relata a história de Bashir Zakariyau, nigeriano que viveu 10 anos na Líbia, trabalhando como soldador, casado e pai de dois filhos. Em 2011, ele e seus filhos foram levados a um campo militar e depois a um barco com cerca de 800 pessoas em direção à Europa. O cenário era de perseguição aos africanos subsaarianos pelo regime de Gaddafi. Na travessia, em condições precárias, o barco se perdeu, bateu em uma pedra e naufragou durante a tentativa de resgate. Os filhos de Bashir morreram, e ele migrou para Itália, França e finalmente Alemanha.
T25, T27 e T28	Tratam dos sobreviventes brasileiros no Nepal, após terremoto e avalanche, dando destaque para o alpinista Rosier Alexandre. Fala da expectativa e da esperança dos familiares em relação ao resgate e à sobrevivência.
T26	No contexto do terremoto e dos sobreviventes, Donatella Lorch, jornalista e americana, narra a própria situação durante os dias dos tremores no Nepal, enfatizando um episódio específico e falando sobre a resiliência dos nepaleses.
T29, T30, T31 e T32	O conjunto de textos narra o centenário do genocídio armênio pelo império Turco Otomano, abordando a expectativa do reconhecimento do genocídio pelos turcos. Apresenta a visão das duas partes e dos países que reconhecem o massacre. Traz uma crítica sobre o contexto atual e histórico entre Turquia e Armênia.

Fonte: autoria própria.

Por meio da leitura aprofundada do material empírico, observamos algumas semelhanças entre os textos veiculados e os organizamos em seis grupos, tendo em conta a situação contextual que foi determinante para a identificação dos principais tipos de sujeitos

apresentados na editoria Mundo, no período estudado. A tipologia dos sujeitos se divide nos seguintes grupos: a) “outro” como sujeito transgressor e inconformado com sua condição particular; b) “outro” como sujeito desamparado ou à margem; c) “outro” como sujeito ameaçador, violento ou radical; d) “outro” como fenômeno da natureza; e) “outro” como sujeito sobrevivente e f) “outro” como sujeito ligado ao passado histórico. A disposição dos textos em cada um dos grupos resultou na configuração expressa abaixo:

Tabela 10: Relação – tipologia dos sujeitos e textos

Tipologia dos sujeitos	Textos (T)
“Outro” como sujeito transgressor e inconformado com sua condição particular.	T01, T02, T03 e T04.
“Outro” como sujeito desamparado ou à margem.	T05, T06, T07, T08, T09, T10, T11 e T12.
“Outro” como sujeito ameaçador, violento ou radical.	T13, T14, T15, T16, T17, T18 e T19.
“Outro” como fenômeno da natureza.	T20, T21 e T22.
“Outro” como sujeito sobrevivente.	T23, T24, T25, T26, T27 e T28.
“Outro” como sujeito ligado ao passado histórico.	T29, T30, T31 e T32.

Fonte: autoria própria.

Após agruparmos o material (Tabela 10), nos centramos nos planos da narrativa e do personagem. Observamos na diegese três itens: **a) *posição do sujeito-narrador*** – heterodiegético, homodiegético ou autodiegético⁹³; podendo ser a *Folha de S. Paulo* (jornal), o repórter (em suas diversas modalidades, por exemplo, enviado, correspondente ou colaborador) ou a fonte (normalmente, o personagem principal); **b) *o tipo de discurso*** (direto, indireto ou quando os dois tipos são utilizados no mesmo texto) e **c) *os sujeitos-personagens*** – principais ou contextuais. Como ampliação do último item, buscamos, no âmbito da construção do personagem, descrever como o “outro” é percebido e narrado pelo “eu-jornalista/jornal”. Nos amparamos na identificação: a) ***dos designantes***: termos ou expressões que caracterizam o fazer, o ser e o sentir do “outro”, qualificando-o; b) ***da relação***: apresentado como próximo, familiar, semelhante ou, então, distante, estranho e diferente; c) ***da visibilidade***: se é reconhecido em sua particularidade ou se é reduzido à generalização e d) ***da intenção***: em que o reconhecimento mobiliza ou depende de ações afetivas – empatia, simpatia e compaixão –,

⁹³ Simplificando: heterodiegético: narrador não faz parte da história como personagem; homodiegético: narrador é testemunha da história narrada (personagem secundário ou observador, mas não protagonista); autodiegético: narrador da própria história e personagem principal (GENETTE, 1995).

ou aciona a memória – no intuito de recordar, de não esquecer ou de perdoar. Esses eixos foram notados pelo nosso movimento interpretativo durante a exploração do corpus, mas, apesar de úteis à compreensão do sujeito-personagem narrado, nem todos esses aspectos foram contemplados nos 32 textos.

A seguir, mostramos como esses aspectos constroem o “outro” na narrativa da editoria Mundo. Todos os negritos presentes nos trechos ilustrativos são de nossa responsabilidade, como recurso para destacar os sentidos produzidos.

5.2.1 O “outro” como sujeito transgressor e inconformado com sua condição particular

Os textos (T01, T02, T03 e T04) que figuram nesse grupo revelam que a *Folha* destina um espaço da editoria Mundo para dar voz aos sujeitos que se destacam dos demais socialmente, seja por alguma atitude transgressora seja por não se conformarem com a condição política, econômica, social ou religiosa da região ou do país ao qual pertencem. Caracterizados pela cartola “Minha História”, os textos (T01, T02 e T04) se assemelham à estrutura de um perfil jornalístico, em forma de depoimento concedido à reportagem. Nesses três textos, é o “outro” (sujeito-personagem-fonte) quem conta a própria história, embora fique evidenciado a qual repórter o depoimento foi dado. Nesses três, a fonte foi ouvida por correspondentes internacionais baseados, respectivamente, na Espanha, na Venezuela e na Argentina. Diferente deles na estrutura narrativa, o terceiro texto (T03) se caracteriza como reportagem e apresenta, sob a narração do repórter, o “outro-personagem-fonte” em destaque, que só tem voz expressa ao longo do texto pelas citações. Nesse conjunto, entendemos que, quanto à posição do narrador e ao tipo de discurso, há narrador autodiegético e discurso direto (T01, T02 e T04) e narrador heterodiegético com discurso direto e indireto (T03). Isso pode ser verificado pelos seguintes exemplos:

Estudei doutrina islâmica e acumulei bastante conhecimento sobre o Alcorão, o livro sagrado do islã. Mas, aos 14 anos, desenvolvi meu próprio sentido de lógica, e **as coisas pareciam contraditórias**. Questionei minha família e, aos 16, **parei de ser muçulmano**. Vivia num limbo. (T01)

Entrei no movimento estudantil aos 18 anos, porque **queria mudar a imagem da faculdade de trabalho social**, que era vista como um **antro de chavistas**. Ganhamos as eleições e, em 2012, assumimos o centro acadêmico, para desespero dos chavistas, que **recorrem até a agressões físicas para nos intimidar**. (T02)

[...] o tempo passava e **eu ficava olhando as fotos de desaparecidos**, tentando ver se eu me parecia com alguém que estava naqueles retratos... **Não tinha paz**. Levei dois anos para tomar a decisão de finalmente **tirar a prova sobre minha identidade**. Em junho de 2012, fui às “Avós”, colhi sangue para um exame de DNA. (T04)

Em Angola, o **presidente está no poder há 36 anos**, o Parlamento e os tribunais são **domesticados pelo Executivo**, e **os militares controlam a economia**. Cabe ao **jornalista e ativista Rafael Marques de Morais, 43, exercer o papel de oposição quase solitária** neste país africano rico em petróleo e diamantes, independente de Portugal desde 1975 e marcado por uma guerra civil que durou até 2002. (T03)

“**Qual o direito** que o presidente tem de ficar no poder 35, 40 anos? Qual o direito tem de fazer dos fundos do Estado propriedade privada sua?”, **pergunta o inimigo número 1 do governo**. (T03)

Os exemplos acima também salientam as atitudes entendidas por nós como transgressoras – no sentido de ultrapassar situações problemáticas pessoais ou coletivas – e a inconformidade dos sujeitos-personagens frente ao contexto que os particularizam. Os títulos (Tabela 8) de cada um dos textos enfatizam e qualificam o personagem, assim como os itens descritos na Tabela 11.

Quanto à visibilidade, à relação e à intenção, notamos que nesse grupo elas estão articuladas diretamente ao cenário político (T02, T03, T04) e religioso (T01), ou seja, à particularidade que abarca cada um dos contextos aos quais esses quatro “outros” pertencem. Notamos que a construção do personagem orienta a realidade desenvolvida pela narrativa e a intenção da reportagem ao dar voz a esses sujeitos-personagens.

Tabela 11: Construção do “outro-personagem” transgressor e inconformado

ASPECTOS	T01	T02	T03	T04
CONSIDERADOS				
PERSONAGEM	John Calvin.	Sairam Rivas.	Rafael Marques de Morais.	Pablo Gaoana Miranda.
DESIGNANTES	Homossexual; tem 24 anos, palestino; muçulmano convertido ao cristianismo; de família radical; em busca de asilo; foi estuproado, não concorda com a posição radical da família, acredita na bondade dos judeus em relação aos muçulmanos, teme a morte, é um desgosto para a família.	Jovem; ex-modelo; estudante; militante venezuelana; tem 21 anos; esquerdista do partido Bandera Roja; oposta ao governo de Nicolás Maduro; foi presa; sofreu agressão e ameaça na prisão; acredita na luta pacífica; símbolo do movimento contra o governo da Venezuela; é persistente; sofre pela morte do	Jornalista; ativista; angolano; oposto ao governo de Angola; em julgamento por denúncia caluniosa; crê que a Angola vive em uma ditadura corrupta; lamenta pela condição dos jornalistas no país; inimigo número 1 do governo.	Argentino; filho de desaparecido político; tem 37 anos; em busca de sua verdadeira identidade e família; é o “106 neto” restituído; teve sorte em encontrar parte da família; aderiu ao Kolina (grupo de apoio ao governo Kirchner); se sente traído pela família adotiva, não a deseja mal; tem esperança de que outros como ele sejam identificados.

ASPECTOS CONSIDERADOS	T01	T02	T03	T04
		pai; quer se dedicar à política.		
RELAÇÃO	Distante, estranho e diferente.	Próxima (em relação ao contexto político).	Distante e diferente.	Próximo e familiar (em relação ao contexto político).
VISIBILIDADE	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.
INTENÇÃO	Mobiliza compaixão e simpatia.	Mobiliza simpatia.	Mobiliza simpatia.	Mobiliza compaixão e aciona memória.

Fonte: autoria própria.

A exemplo dessa afirmativa destacamos a história de Sairam (T02), militante oposta às repressões “chavistas”⁹⁴ do governo venezuelano (governo com base no socialismo e comandado por Nicolás Maduro – PSVU), que, após ser presa, se tornou símbolo do movimento de oposição. O texto evidencia aquilo que o “outro” tem de particular diante do contexto político e social em que ele está inscrito. A particularidade está relacionada a um cenário conflituoso, composto por instabilidades econômicas, violências entre civis e grupos armados chavistas, saques, protestos, prisões e escassez de subsídios para a sobrevivência dos venezuelanos. O breve panorama contextual, diluído na voz discursiva de Sairam, mostra a realidade à qual outros tantos sujeitos pertencem. Pensamos que o protagonismo de Sairam foi determinado por ela integrar uma frente política que se opõe às opressões governamentais e que exige mudança no país. De certo modo, o recorte dado pela narrativa contribui para que possamos conhecer alguns dos aspectos da identidade da personagem (Tabela 11). De fato, há outros como ela, e dentro desse mesmo movimento pode haver pluralidade entre os sujeitos, mas fica evidente que, ao selecionar Sairam como uma parte para representar o todo ao qual ela pertence, a *Folha* deu visibilidade à militância, ao ideal de mudança e à Venezuela – que, também, se mostra como “outro” em relação ao Brasil. Diante dessas escolhas, fica manifestado o interesse da *Folha* em construir uma representação da rigidez política e da própria Venezuela – a partir de Sairam – para elucidar o “outro” frente ao qual se deve estar atento social, política e diplomaticamente. Mesmo localizado em um território vizinho ao do Brasil, a narrativa marca o desejo de um afastamento ideológico. Portanto, o jornal particularizou aspectos da identidade de um sujeito,

⁹⁴ O termo “chavismo” remete ao estilo “populista” de governo do ex-presidente Hugo Chávez (1999-2013) e a sua ideologia de esquerda.

a fim de enfatizar determinada realidade e de demarcar o posicionamento oposto ao cenário “socialista”.

5.2.2 “Outro” como sujeito desamparado ou à margem

Com ênfase no Iraque, no Haiti, em Gana, em Cuba e na Alemanha, uma série de textos deu origem à narrativa dos sujeitos que se encontram marginalizados ou desamparados socialmente. Eles variam entre matérias de enviado especial (T05, T06, T07, T09, T10 e T11) e de colaborador (T08 e T12). No plano da diegese, nos oito textos desse grupo o narrador é o próprio repórter, o nível de narração é heterodiegética e o discurso é direto e indireto. Isso quer dizer que a fonte-personagem é apresentada pelo repórter e sua voz fica evidente pelo uso de citações diretas ao longo da matéria. Pelos trechos-exemplos a seguir, vemos a posição do narrador e os tipos de discursos:

“Mal temos água, luz ou comida; a cidade está na era pré-histórica”, disse à Folha um historiador que vive em Mossul e mantém um blog sobre a vida sob o EI [...]. Por medo de represálias dos islamitas, ele não se identifica, e deu entrevista por e-mail ao longo de dois meses, porque precisa circular pela cidade para conseguir sinal de celular. (T05)

Elas são mantidas como escravas sexuais, “esposas” ou servas de integrantes do EI na região de Mossul, no Iraque, e em Raqqa, na Síria, as “capitais” da facção terrorista. (T06)

Para as que escaparam, as perspectivas são sombrias. “Nós nunca mais vamos voltar para casa, mesmo que derrotem o EI. Não podemos mais confiar nos nossos vizinhos árabes que nos apoiaram”, diz Sanaa. (T06)

“Queimo cabos para extrair o cobre”, diz o rapaz, arrumando sua boina descolorida pela fumaça. Ele é Abdulrahim, 25, e passou os últimos dez anos derretendo cabos em Agbogbloshe, um bairro de Acra, a capital de Gana, que nos últimos anos se converteu no maior lixão de resíduos eletrônicos da África. (T08)

Nelia é leiga em política, mas entende que o pacto pode beneficiá-la. “Quanto mais turistas, melhor”, diz a moça, que trabalha no Malecón, o calçadão à beira-mar em Havana. (T09)

Nesses oito textos, os “tipos” de personagens em construção pela *Folha* são os muçulmanos oprimidos e marginalizados pelo Estado Islâmico (EI), a minoria yazidi curda massacrada pelo EI, os jovens africanos que arriscam a saúde por trabalho no lixão, as prostitutas cubanas em meio a um acordo que pode afetá-las, os imigrantes haitianos em busca de visto humanitário e os refugiados em situação desumana na Alemanha.

Observamos que o T12 – sobre a integração social e habitacional de refugiados na Alemanha em contêineres – não traz um sujeito singularizado na narrativa. O que ocorre é uma

redução das pessoas em processo diaspórico à condição de sujeito-personagem, mas sem identificação individual. Ao longo do texto – enquanto o repórter-narrador (colaborador, em Berlim) faz críticas à configuração do alojamento em massa, a partir do discurso indireto e das citações diretas (de fontes oficiais do governo alemão) –, podemos ter uma noção do sujeito-personagem que a reportagem deseja construir, a partir do uso frequente de adjetivos. Isso é percebido pelos termos “refugiados”, “imigrantes” e “seres humanos”, que qualificam e caracterizam o personagem em questão. Se essa é a visão dos que apoiam as pessoas à margem, por outro lado, a visão da “oposição” representa o dividido e tumultuado cenário alemão, expondo o antagonista dessa narrativa. Contrário à integração dessas pessoas na Europa, aparece o grupo de extrema direita Patriotas Europeus Contra a Islamização do Ocidente (Pegida), e, a partir dele, os refugiados são mencionados como “gado” ou como “um risco” à população local. Assim, fica clara a visão anti-islã e preconceituosa desse grupo político sobre os muçulmanos no Ocidente, embora a reportagem não deixe clara qual a nacionalidade ou origem das pessoas alojadas nos contêineres. Entendemos que, nesse caso, a alteridade – percebida pela reportagem no plano da vida – não chega a imprimir no texto a outridade, pois o que ocorre na diegese é uma redução do “outro” à condição de sujeito diaspórico.

Notamos uma situação semelhante no texto sobre a realidade precária dos habitantes de Mossul (T05). Nele, a fonte que conduz a narrativa é um historiador (sem identificação) que mora na região do Iraque. Entrevistado pela reportagem, ele narra as condições “pré-históricas” da cidade controlada pelo Estado Islâmico. Embora ele seja sujeito-fonte, não é sobre ele, especificamente, que a *Folha* deseja falar. O personagem principal – o “outro” que merece atenção jornalística – é percebido pelo mesmo movimento reducionista explicado acima. O “protagonista” está generalizado na categoria de “povo”, “pessoas”, “moradores”, “minorias” ou “habitantes de Mossul”, sendo o “outro antagonista” e, também, generalizado o Estado Islâmico – pelos designantes “milícia” e “grupo terrorista”. Não conhecemos quem são esses sujeitos singularmente pela narrativa – apesar de o nome de Saddam Hussein (quinto presidente do Iraque) figurar uma vez no contexto, mas sem o aprofundamento em sua subjetividade. Assim, com esse texto, não temos acesso à outridade relativa dos personagens, apenas sabemos e conhecemos sua etnia, ideologia ou religião – árabes sunitas, curdos, cristãos, xiitas, turcomanos e yazidis – e o cenário descrito como escasso à subsistência dos reféns do Estado Islâmico. Os trechos da reportagem exemplificam a situação:

Mossul ficou **isolada do mundo exterior** quando o EI cortou as telecomunicações em novembro. Agora, **as pessoas** procuram locais onde há cobertura de celular. **Falta**

tudo: comida, roupa, combustível. Mas o caos econômico é o de menos. O **pior é viver sob a interpretação ultraortodoxa da sharia.** (T05)

[...] **nada disso vai derrotar o EI** se não forem equacionadas as questões sectárias que permitiram a expansão do **grupo terrorista**. A **maioria da população do Iraque é xiita**. Quando o **ditador sunita Saddam Hussein** estava no poder, ele reprimia os xiitas. Depois da retirada americana, em 2011, o ex-premiê Nouri al-Maliki, xiita, passou a **perseguir sunitas**. (T05)

Dessa forma, verificamos que a *Folha* privilegiou a alteridade, mostrando uma diferença entre sujeitos baseada em um conflito do Oriente Médio, sem representar a outridade no texto (T05 e T12). Nos demais (do T6 ao T11), a narrativa é desenvolvida a partir dos “outros” em destaque, como sujeito-personagem-fonte, que tem associado seu modo de existência às seguintes características (Tabela 12).

Tabela 12: Construção do “outro-personagem” desamparado ou à margem

ASPECTOS CONSIDERADOS	T06 e T07	T08	T09	T10 e T11
PERSONAGEM	Sanaa (principal).	Abdulahim.	Nelia, Beatriz, Yosefin e Yanela.	Abel Marthine (principal).
DESIGNANTES	Mulher; 21 anos; estudava geografia; escrava sexual; ex-escrava; yazidi; minoria; vive um pesadelo; foi sequestrada; foi vendida; foi estuprada; é vista como um dos “adoradores do diabo” por ser yazidi; monoteísta, tem medo do EI e de voltar para casa; perdeu o ânimo; perdeu a confiança nos árabes; sente-se sozinha; mantém os olhos baixos.	Africano e muçulmano do norte; jovem; rapaz; 25 anos; reciclador; trabalha no lixo; derrete cabos de cobre há 10 anos; vive da reciclagem; arrisca a vida e a saúde com trabalho com substâncias tóxicas; ajuda a família com a profissão; sente dor no peito; gostaria de poder mudar de trabalho.	Cubanas; mulheres; jovens; prostitutas de Havana; têm o sonho de sair de Cuba. Nelia: 20 anos, inquilina do quartinho alugado, moça, morena franzina, sozinha e inexperiente; Beatriz: 20 anos, se sente preocupada, tem pânico de autoridade, foi presa, se diverte ao contar suas experiências, tem como propósito de vida casar e ter uma família; Yanela: 24 anos, experiente e divertida, há 8 anos no ramo, para ela alguns turistas são generosos e educados em comparação aos cubanos; Yosefin:	Haitiana, mulher, mãe, imigrante, deseja buscar os filhos, mora no Brasil, estudou, conseguiu emprego como babá e sustenta os filhos no Haiti.

ASPECTOS CONSIDERADOS	T06 e T07	T08	T09	T10 e T11
			20 anos, jovem e animada.	
RELAÇÃO	Distante e diferente.	Distante.	Semelhantes (ao levar em conta a realidade social).	Diferente e próximo.
VISIBILIDADE	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.
INTENÇÃO	Mobiliza compaixão e instiga empatia.	Mobiliza compaixão e simpatia.	Mobiliza simpatia.	Mobiliza compaixão.

Fonte: autoria própria.

Para além das informações da tabela acima, reparamos em uma contraposição entre os textos da narrativa sobre os haitianos que desejam migrar para o Brasil. Se por um lado (T11) o drama das famílias do Haiti, que vivem a expectativa do reencontro, é personificado pela figura de Abel Marthine, por outro lado (T10), a realidade daqueles que esperam por um visto humanitário leva em consideração o ponto de vista de Vitor Hugo Irigaray – cônsul brasileiro no país centro-americano e personagem secundário. A partir da rotina de trabalho do cônsul – que, pela *Folha*, soa tão problemática quanto a dos imigrantes –, a reportagem trata dos haitianos no geral, ou seja, sem ser sujeito-fonte, sem nome, sem singularidade. Eles são expostos, nesse caso, pelas citações de Irigaray – este é descrito como um sujeito empenhado em ajudá-los, que se sente exausto com a situação de crise no consulado, que não tem vida social por conta da demanda de trabalho, que se sente perseguido pelos haitianos, mas não foge deles. Na soma das características dispostas nessa reportagem (T10), os haitianos ganham visibilidade, mas são tidos como sujeitos marginalizados, desesperados e como figura totalizada por seus atos, pela condição social e pelo desejo de sair do Haiti.

Ainda no conjunto do “*outro*” como *sujeito desamparado ou à margem*, identificamos o uso de recursos da literatura na história trágica da minoria yazidi (T06). De cunho informativo, mas com viés literário, a narrativa, em alguns momentos, se aproxima à de um perfil, levando e guiando o leitor para “dentro” de uma cena específica e que o põe em contato com a personagem principal. Além desse aspecto, o que se distancia do comum – frente às matérias desse eixo – é o tratamento dado à outridade, pois fica evidente a intenção dos enviados especiais da *Folha* em humanizar a vida das mulheres yazidis – grupo religioso curdo, no Iraque – que, constantemente, é invisibilizada. A descrição literária da abertura da reportagem se resume no trecho a seguir:

Sanaa se preparava para almoçar com a família quando eles chegaram em picapes brancas Toyota e Kia. Armados com metralhadoras, **os milicianos do Estado Islâmico gritavam: “Você são infiéis, você são infiéis”**. (T06)

Fora o recurso da literatura, o texto faz uma crítica ao apagamento e ao esquecimento desses sujeitos em relação a outros que, mundialmente, têm destaque midiático:

Enquanto milhões se horrorizam com cenas do piloto jordaniano queimado vivo e dos jornalistas decapitados pelo EI, **mais de 2.000 mulheres iraquianas continuam vivendo um pesadelo bem longe das câmeras**. (T06)

Ao tornar pública a realidade dessas mulheres, a *Folha* reafirma o “medo” e o “mal” que circundam o imaginário ocidental sobre o Oriente Médio, deixando claro – pela imagem criada do personagem-antagonista, o Estado Islâmico – quem são aqueles “outros” tidos como estranhos, indesejáveis e dos quais se quer manter distância. No entanto, a mesma matéria é capaz de instigar compaixão e uma ação empática no leitor sensível. Isso fica expresso pela dimensão narrativa que ora particulariza ora universaliza o “outro” construído na reportagem – mesmo que, em relação à cultura ocidental, a mulher yazidi seja um “outro” diferente e distante. A mobilização da sensibilidade ocorre, então, pela valorização do personagem-sujeito descrito e mimetizado, expondo as circunstâncias que abarcam um contexto particular (o fato de elas pertencerem a uma minoria iraquiana massacrada pelo Estado Islâmico, a ponto de a ONU investigar se as ações do EI configuram genocídio) e reiterando uma característica universal (o fato de serem seres humanos).

5.2.3 “Outro” como sujeito ameaçador, violento ou radical

Conforme foi estruturado na Tabela 10, sete textos integram esse grupo. No plano da estória o tipo de discurso que neles predomina é o indireto com uso de citações diretas. Também há maioria quanto à posição heterodiegética do narrador. A exceção está na reportagem que leva o título “A 200m do terror” (T13), na qual a dupla de enviados especiais ao Iraque assume a posição homodiegética do narrador – sendo personagem testemunha dos eventos narrados, mas não o principal. O tipo de discurso alterna entre direto e indireto, com a inserção dos enviados na narrativa, na qualidade de “reportagem da Folha”, como expressa o trecho-exemplo:

“Se não fossem os ataques aéreos da coalizão [...], o EI teria assumido o controle do posto, abrindo caminho para invadir Kirkuk”, **disse Qadir**. Enquanto falava, o general **mandava a reportagem da Folha se abaixar. Fazendo sinais com a mão e advertindo: “Snipers! Snipers! (Atiradores, atiradores)”**. (T13)

Nessa amostragem, que focaliza o Iraque, a Alemanha, a Dinamarca e os Estados Unidos, a noção do “outro” como ameaçador, violento ou radical foi verificada pela relação dos personagens sobressalientes. Aqui, a relação é sempre de contraste, em que um vê no outro o impasse para a liberdade ou para a convivência – o “outro” é o inimigo, o problema ou aquele de quem se desconfia. Nessa dimensão estão dispostos, por exemplo, os Peshmergas curdos em contraposição recíproca ao Estado Islâmico (T13), os membros do Pegida opostos à imigração de islamitas e o governo alemão em oposição ao Pegida (T14, T15 e T16), os jovens muçulmanos diante da sociedade dinamarquesa (T17 e T18) ou, então, o prisioneiro Albert Woodfox e a sociedade norte-americana (T19).

A dinâmica de alteridade e de contraposição entre os sujeitos-personagens contribui para a visualização dos “outros” aos quais, de fato, as matérias deram protagonismo tentando expor a outridade (Tabela 13).

Tabela 13: Construção do “outro-personagem” ameaçador, violento ou radical

ASPECTOS CONSIDERADOS	T17 e T18	T19
PERSONAGEM	Mohamed (principal).	Albert Woodfox.
DESIGNANTES	Jovem; 25 anos; dinamarquês; muçulmano; radical; extremista; jihadista; foi para Síria ajudar inocentes; retornou para Dinamarca; participa de programa de reabilitação social; recebeu uma segunda chance na Europa; não permite que lhe fotografe e não revela o sobrenome.	Homem; 67 anos; negro; ser humano; senhor; “homem mais perigoso do planeta”; membro dos Panteras Negras; detento; foi preso por roubo; acusado de ter cometido homicídio; foi levado à solitária; em confinamento há 42 anos; fica 23h por dia na cela de 2mx3m; em condição desumana; sofre de hipertensão, insuficiência renal crônica, diabetes tipo 2 e insônia.
RELAÇÃO	Diferente e distante.	Distante.
VISIBILIDADE	Reconhecido em sua particularidade, mas, também, generalizado.	Reconhecido em sua particularidade.
INTENÇÃO	–	Mobiliza compaixão.

Fonte: autoria própria.

É interessante notar o movimento que a reportagem fez nesses dois casos (Tabela 13) para destacar um tipo de sujeito socialmente rejeitado, por aspectos de sua identidade remeter ao perigo, à violência ou ao extremismo radical. O que chamou a nossa atenção foi que, apesar das conotações negativas, a *Folha* sugeriu um “novo olhar” sobre os muçulmanos jihadistas e os Panteras Negras – personificados, respectivamente, por Mohamed e Woodfox.

Ao dar visibilidade à condição social dos muçulmanos de Aarhus, a matéria (T17 e T18) se engaja em mostrar esse “outro” diferente e distante (frente ao Ocidente, pela religião e cultura) como um sujeito apresentado em sua particularidade, que no caso é a de jovem dinamarquês e muçulmano na sociedade europeia, como exemplificam os trechos abaixo:

Em meados de 2013, **o dinamarquês Mohamed**, 25, viajou às cidades sírias [...]. Dois meses depois, **voltou para casa, em Aarhus**, segunda maior cidade da Dinamarca (T17).

Mohamed integra um programa de reabilitação de jihadistas criado em 2014 em Aarhus para **“desradicalizar” jovens como ele** e evitar que outros tracem a mesma rota. Essa **“segunda chance”** surgiu após o serviço de inteligência de Aarhus descobrir que 30 jovens muçulmanos haviam viajado para a Síria em 2013 [...]. (T17)

Notamos a intenção do repórter-narrador em tornar “mais humano” o personagem principal, por meio de entrevista com o coadjuvante na narrativa – Oussama el-Saadi, palestino e chefe da mesquita de Aarhus. Da relação entre as citações de Mohamed (T17) e a entrevista de el-Saadi (T8) ficou explícita a perspectiva diferenciada dada pela *Folha* em momentos da reportagem. Essa visão, em parte, demonstra a necessidade de romper com o etnocentrismo e o eurocentrismo. A sequência abaixo sustenta nosso entendimento:

A lei dinamarquesa permite prendê-los e processá-los só se houver indícios de que praticaram atos terroristas ou assassinatos durante a estada na Síria. [...] **“Não é justo achar que todos que vão para lá querem lutar”**, diz o jovem. (T17)

[...] Nós falamos para a polícia: ‘Se você quer que ajudemos, **precisam concordar que somos parte dessa sociedade**’. Nós **vivemos num país livre, temos o direito de ter religião, de ter um pensamento**. Nós acreditamos que **a violência não é o caminho**. (T18)

É correto chamá-los de jihadistas? Sim, eles são jihadistas. **Jihad é fazer algo para ajudar**. Quando converso com você agora, é jihad, porque eu tento explicar o que é bom na mesquita. (T18)

Embora a reportagem dê voz ao muçulmano e tente desconstruir a imagem problemática desse sujeito-protagonista, os textos não deixam de mobilizar o imaginário estereotipado que o Ocidente tem sobre o Oriente Médio, qualificando os muçulmanos, direta e indiretamente, como radicais, extremistas, jihadistas e destacando o fato singular de que eles precisam passar por um programa de reabilitação social, no qual ganham uma “segunda chance” e são “desradicalizados”, mantendo a ideia de outro violento a ser vigiado:

“O programa não é uma loja de presentes para eles. É também uma maneira possível de **criar estabilidade e segurança para a sociedade local**”, afirmou à reportagem, Toke Agerschou, chefe da secretaria de jovens da cidade. (T17)

Ainda **são auxiliados a retomarem estudos e empregos, sem necessariamente revelar o passado**. E, claro, **são monitorados**. “**Nós dizemos a eles: ‘Sabemos onde vocês estão’**”, diz o diretor da polícia. (T17)

Resumidamente, o que essa reportagem faz é dar visibilidade a um “outro” diferente em um contexto específico da Europa, que, até certo modo, é visto como um sujeito próximo (dentro da Dinamarca, como um muçulmano e dinamarquês), mas que pode ser reduzido a generalizações – levando em conta o potencial de extremista relacionado à religião e à cultura não ocidental. Então, nos parece que a intenção de veicular uma história como essa está baseada, na verdade, em mostrar que, para ser reconhecido e aceito na cultura ocidental, o “outro” em questão deve ser reduzido à qualidade de “mesmo”, ou seja, ele só deixaria de ser uma ameaça ao se tornar um sujeito semelhante ou familiar, tendo a outridade invisibilizada.

Quanto à mobilização de ações afetivas para alcançar o reconhecimento, notamos o uso desse recurso na reportagem sobre Albert Woodfox (T19). Em tom descritivo, o narrador constrói o sujeito-personagem confinado há 42 anos em uma solitária, deixando às fontes a responsabilidade do julgamento ou não da inocência dele, e, a todo tempo, contrapõe a situação desumana na qual se encontra com as características a ele associadas (Tabela 13), construindo, portanto, um personagem acusado injustamente e resistente:

Durante 23 horas de seu dia, [...] fica confinado numa cela de 2 metros x 3 metros em uma prisão na Louisiana, nos EUA. Nessas condições [...], o detento pode começar a desenvolver distúrbios psicológicos irreversíveis após 15 dias. Mas Woodfox **está na solitária há 42 anos**. (T19)

Até mesmo **a viúva do guarda assassinado**, Teenie Rogers, **já declarou que não acredita na culpa** dos dois homens condenados. (T19)

“Se a **causa é nobre o suficiente, você pode carregar o peso do mundo nas costas**. E então, **eles nunca conseguirão me quebrar**”, afirmou Woodfox em declaração ao documentário “In the Land of the Free”, de 2008. (T19)

Podemos dizer que o estímulo da compaixão é moldado e instigado pelos trechos-exemplos destacados acima. Mesmo com as adjetivações que o caracterizam como uma pessoa que poria a sociedade norte-americana em risco, a reportagem proporciona ao leitor da *Folha* o conhecimento sobre o “radical do Panteras Negras” descrito como um sujeito pelo qual se pode ter piedade.

5.2.4 “Outro” como fenômeno da natureza

Essa categoria foi dedicada a abarcar o próprio fenômeno da natureza como um “outro” a ser percebido, que no caso é tanto o terremoto quanto a avalanche que devastaram o Nepal.

Sobre a posição do narrador, notamos que, em todas as notícias (T20, T21 e T22), ele não participa da história contada, sendo heterodiegético. O tipo de discurso também não varia entre elas, é indireto e recorre ao uso de citações diretas das fontes, que aqui não têm protagonismo. A relação que esses textos expõem é a de alteridade, não há uma outridade sendo construída na narrativa. Observamos que a narrativa apresenta o terremoto e a avalanche pela singularidade do próprio fato, os contextualiza pela particularidade da situação causada no Nepal e traz aspectos universais de um cenário catastrófico e devastado – nesse sentido, estão associados, por exemplo, o pânico, o caos, a instabilidade, a morte, o sofrimento, o luto, a tentativa de auxílio e a resiliência. Assim, conhecemos o “outro” – catástrofe natural – como um fenômeno imprevisível e do qual se pode ter medo, situação notada no trecho-exemplo abaixo:

“Todos estão com medo de que isso se repita. Eu saí de casa quando senti o terremoto. Foi apavorante. Fiquei do lado de fora todo o dia”, disse Rabin Shakya, 29, morador de Katmandu. (T20)

A partir da alteridade reconhecida, dois tipos de sujeitos têm ênfase nesse conjunto de notícias: a) as vítimas que morreram e b) as vítimas que sobreviveram. As vítimas que perderam a vida são reduzidas a estatísticas e a fotografias, sem serem identificadas ou representadas em sua outridade. A exemplo da generalização, destacamos este trecho:

O **número de mortos** em razão do terremoto [...] é de **mais de 3.300**, sendo pelo menos **3.218 deles no Nepal** – incluindo **18 na avalanche** no Everest. Na Índia o **balanço de mortos** chega a 61. O **número de feridos** no Nepal é de 6.538. (T22)

Já as vítimas sobreviventes têm identificação – nome, nacionalidade e profissão –, mas nesse conjunto de textos não ganham protagonismo ou têm as características pessoais (de ser, fazer e sentir) trabalhadas para melhor apresentá-las e serem conhecidas pelos leitores, são apenas “subsídios” para contextualizar o fenômeno:

O **alpinista romeno Alex Gavan tuitou** que foi uma “grande avalanche” e que “muita, muita gente” estava na montanha. **Outro alpinista, Daniel Mazur, disse** que o acampamento base foi “severamente danificado” e sua equipe ficou presa na neve. (T21)

Contudo, na extensão da narrativa sobre esse mesmo fato, o modo de existência dos sujeitos da narrativa do Nepal só foi problematizado quando levou em conta um sobrevivente de nacionalidade brasileira. Essa condição será comentada na seção seguinte.

5.2.5 “Outro” como sujeito sobrevivente

Formando uma narrativa única – junto com as notícias sobre a catástrofe no Nepal –, a *Folha* deu espaço ao “outro” próximo, semelhante e familiar (T25, T27 e T28). A formação da outridade de Rosier Alexandre, sujeito-personagem, foi baseada na nacionalidade brasileira, na condição de alpinista e de sobrevivente, pela segunda vez, de uma avalanche no Nepal. No mesmo grupo de matérias, o jornal utilizou o relato pessoal (T26) da jornalista americana Donatella Lorch para caracterizar um “outro” que está generalizado na narrativa – o povo nepalês – e, pela forma como ele foi descrito, o texto pode ter a capacidade de instigar piedade pelos nepaleses, como mostra o trecho abaixo:

Vizinhos ajudando vizinhos [...]. É por isso que eu amo o Nepal. Meu coração dói pelo país e pelos que se foram, mas **somos impulsionados pelo generoso espírito deste povo.** (T26)

No relato de Donatella, o narrador é autodiegético e o tipo de discurso é direto. Nas matérias sobre Rosier Alexandre, o narrador é heterodiegético com discurso indireto e direto. Ao dar visibilidade a Alexandre, a *Folha* reitera o valor-notícia de proximidade frente ao interesse (ou à curiosidade) do público em saber sobre as condições desse “outro” reconhecido de forma particular – de pessoa que sobreviveu duas vezes a uma avalanche –, e pela condição mais geral, a de brasileiro. Essa última característica, que pode ser semelhante à da nacionalidade do leitor do jornal, é o que posiciona o sujeito-personagem como um “outro” familiar.

Acreditamos que, ao contrário das matérias que tratam do Nepal, a outridade foi mais bem trabalhada e mimetizada pelos textos que abordam a história de Bashir Zakariyan – sobrevivente de um naufrago em rota entre a África e a Europa (T24) – e a de Ohtsu Nobuhito – sobrevivente de um terremoto no Japão (T23). Marcada pela cartola “Minha História”, a narrativa do naufrago é próxima à de um perfil na forma de um depoimento dado à reportagem. O “outro-fonte-personagem” é o narrador da própria história. Então, na matéria que leva o título “Relato de um naufrago” (T24), a posição do narrador é autodiegética e o tipo de discurso é direto. Já na intitulada “Kobe alerta” (T23), o narrador é o repórter enviado especial a Kobe, no Japão – não integrando a narrativa como personagem, ou seja, é heterodiegético. Nesse caso, a voz do personagem principal só fica evidente pelas citações, embora o discurso indireto do repórter molde a realidade do “outro” que se deseja tornar conhecido pelo texto (T23). Com a

exploração do material, verificamos que esses protagonistas são descritos pela *Folha* da seguinte maneira:

Tabela 14: Construção do “outro-personagem” sobrevivente

ASPECTOS CONSIDERADOS	T23	T24
PERSONAGEM	Ohtsu Nobuhito.	Bashir Zakariyan.
DESIGNANTES	Bombeiro; bokomi; lidera e treina equipe de resgate voluntária; engajado em ajudar pessoas; corajoso; decidiu virar bombeiro ao ver o vizinho morrer; era adolescente quando ocorreu o terremoto de Kobe; sobreviveu ao terremoto.	Nigeriano; viveu 10 anos na Líbia; trabalhou como soldador; pai de dois filhos, casado; tinha casa e carro; foi expulso da Líbia pelo regime de Muammar Gaddafi; ficou em campo militar; viu os filhos morrerem afogados; sobreviveu ao desastre de navio; não tem trabalho; migrou para a Europa como refugiado.
RELAÇÃO	Distante e diferente.	Diferente e distante.
VISIBILIDADE	Reconhecido em sua particularidade.	Reconhecido em sua particularidade.
INTENÇÃO	Mobiliza simpatia.	Mobiliza compaixão e instiga empatia.

Fonte: autoria própria.

Reparamos que o particular é a categoria que delinea o reconhecimento da outridade em ambas as narrativas (T23 e T24). Os aspectos levados em conta pela reportagem para tratar de duas realidades diferentes – a dos cidadãos japoneses que vivem em estado de alerta com a ameaça de terremotos, e a dos cidadãos africanos subsaarianos, na Líbia, que têm de realizar processos diaspóricos – são singularizados e personificados pelo modo de existência dos sujeitos sobreviventes (Tabela 14).

No perfil (T24), notamos que o desenvolvimento do texto e a formação do sujeito-protagonista pode instigar, tacitamente, a ação afetiva do leitor ao “outro” que lhe é apresentado. Entendemos que isso seria possível a partir de uma reflexão moral movida pela compaixão e pela empatia aos africanos subsaarianos expulsos da Líbia e aos refugiados que migram ilegalmente contra a própria vontade pela Europa. Os trechos-exemplos elucidam essa observação:

Nos levaram a um campo militar [...]. Depois, até um cais [...]. O barco era grande, mas **éramos 800 pessoas** [...]. **Eu tinha casa, oficina e carro** na Líbia. **A vida era boa. Tudo ficou para trás.** (T24)

Eu nunca quis vir à Europa, mas hoje tento construir uma vida aqui. É difícil [...]. As pessoas aqui na Europa **culpam os refugiados**, achando que eles vêm aqui **roubar os empregos**, mas eles só estão **tentando salvar suas vidas.** (T24)

Identificamos, ainda, que a realidade construída em cada um desses textos jornalísticos traz um resgate de memória – lembrando o terremoto de 1995 e a opressão do regime de Gaddafi, em 2011. O resgate desses episódios tem a finalidade de informar os leitores e de promover uma reflexão sobre o que foi contado em cada texto. Para além das críticas aos cenários político, diaspórico e de resiliência, esse retorno ao passado, de certa forma, coloca em questionamento vivências marcadas pela alteridade, estimulando a vigilância e o distanciamento daquilo que pode ser um problema social – nos casos aqui selecionados temos o terremoto e a violência promovida por um regime ditatorial. Essa intenção se assemelha às que comentamos nas tipologias “*outro*” como *fenômeno da natureza* e “*outro*” como *sujeito ameaçador, violento ou radical*. Contudo, a apropriação da reminiscência tem mais impacto no conjunto de textos da seção seguinte.

5.2.6 “Outro” como sujeito ligado ao passado histórico

Nesta última tipologia, quatro textos (T29, T30, T31 e T32), sendo dois deles notícias, um reportagem de correspondente internacional e outro entrevista, buscam apresentar a singularidade de um fato – o centenário do genocídio armênio pelo império Turco Otomano. Nesse conjunto de matérias que formam uma narrativa única, não há um “outro” personificado por um indivíduo. O que verificamos foi uma relação de alteridade explícita entre dois grupos étnicos – os armênios e os turcos. Embora haja nos textos fontes que têm voz dissonante, mostrando o ponto de vista de cada um dos povos sobre o episódio violento, não são essas fontes os sujeitos em destaque na narrativa.

A análise do plano da diegese revelou a posição do narrador como heterodiegética e o tipo de discurso usado nos textos foi indireto e direto. Apesar da generalização dos personagens-principais dessa narrativa, foi possível identificar algumas qualificações em relação a eles, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15: Construção do “outro-personagem” ligado ao passado histórico

ASPECTOS CONSIDERADOS	OUTRO-PERSONAGEM: ARMÊNIO	OUTRO-PERSONAGEM: TURCO
DESIGNANTE	Grupo étnico convertido ao cristianismo; tinha importante presença no Império Otomano; massacrado; exterminado; tem sofrimento; é ameaça para turcos; quer apoio; reivindica pelo reconhecimento de seu passado massacrado e das mortes como genocídio.	Império Turco Ontomano; rival de potências europeias durante a Primeira Guerra Mundial; massacrado armênios; contesta intenção genocida; não reconhece o genocídio armênio; é tido como “negacionista”; ameaça para armênios; de influência no mundo islâmico (em relação à Turquia); vê o povo armênio como diferente e o via como “inimigo interno”.
RELAÇÃO	Diferente e distante.	Diferente e distante.
VISIBILIDADE	Reduzido à etnia (generalização).	Reduzido à etnia (generalização).
INTENÇÃO	Aciona a memória.	Aciona a memória.

Fonte: autoria própria.

Com a narrativa (T29, T30, T31 e T32) centrada na alteridade manifestada pela etnia, o que a reportagem veiculada tenta problematizar é, na verdade, o genocídio como instrumento político (geopolítico) entre os dois sujeitos principais, levantando uma questão ética e de direitos humanitários sobre o reconhecimento do massacre na categoria de crime. Quanto à condição de “outro” ligado ao passado, isso é verificado pelo esforço da reportagem em resgatar a história desse episódio entre armênios e turcos, ocorrido na Primeira Guerra Mundial, por fotografias, entrevista com historiador, gráficos e mapas. Nessa dinâmica, os textos dão protagonismo aos armênios frente aos turcos. Outro aspecto relevante ao resgate mnemônico, nessa reportagem, fica expresso pelos trechos-exemplos, que dão conta de instigar certa piedade pelos armênios:

Para o historiador brasileiro Heitor Loureiro [...], **dizer que não houve genocídio “é como se ele ainda acontecesse, há cem anos. A Turquia de certo modo continua a cometê-lo”**. (T29)

As **mortes de armênios** seguiram, em geral um padrão, com a **execução de homens e deportação de crianças e mulheres** – que caminharam até as regiões desérticas da Síria. (T29)

“Para a maioria dos armênios, o **reconhecimento de um genocídio parece ser a única coisa capaz de trazer conforto**. Já boa parte dos turcos está num ponto em que aceitaria qualquer palavra que não fosse essa [...]”. (T31).

Na estrutura da narrativa observamos que o reconhecimento sustentado pela memória de um sofrimento não está direcionado somente à relação bilateral armênios-turcos. Por possuir

viés geopolítico, essa relação assume uma dimensão maior, expandindo o problema do reconhecimento a outras culturas e países.

“O Brasil favorece a busca do diálogo entre Armênia e Turquia, com vistas à resolução de questões históricas e à melhora das relações entre os dois países”, diz o comunicado do ministério de Relações Exteriores. (T29)

[...] França e Rússia estão entre os 23 países que reconhecem o genocídio armênio (o Brasil não reconhece). “Venho dizer aos amigos armênios que jamais esqueceremos as tragédias de que seu povo padeceu”, declarou Hollande [...]. Já Putin afirmou que “nada pode justificar matanças em massa” [...]. (T29)

“Nós, alemães, não podemos dar a ninguém lições sobre como lidar com o passado. Mas podemos, por nossa própria experiência, incentivar outros a enfrentar a sua história, mesmo quando ela é dolorosa”, disse Lammert. Embora o governo alemão não tenha reconhecido oficialmente o genocídio [...]. (T32)

Encontramos nos trechos acima a existência de “terceiros-outros” em meio à relação de alteridade expressada na narrativa. Dessa forma, os países e seus representantes políticos (na categoria de personagens-fonte), identificados e descritos pela reportagem da *Folha*, figuram como “outros” que têm por função “fiscalizar” armênios e turcos (os sujeitos protagonistas) diplomática e socialmente, acionando a memória sofrida do extermínio em massa. Assim, tratar do “outro” a partir de seu passado histórico é uma forma de usar a memória como instrumento de revisão crítica da sociedade, evitando que as consequências do acontecimento noticiado sejam esquecidas.

5.3 ALTERIDADE E OUTRIDADE: APONTAMENTOS GERAIS

Na seção introdutória deste estudo, determinamos como principal objetivo *compreender como a outridade é construída na editoria Mundo da Folha de S. Paulo*. Ao longo do exercício de análise, que foi guiado pelo pressuposto de que a alteridade é um fenômeno percebido socialmente e de que ela se manifesta por meio de uma relação motivada por experiências intersubjetivas (MERLEAU-PONTY, 2011; TREANOR, 2006; SCHÜTZ, 1973) – no caso, aqui, entre “eu-sujeito-jornalista/veículo” e “outros-sujeitos” –, identificamos algumas características no plano da narrativa que nos possibilitaram enfrentar o problema de pesquisa.

Dos 32 textos que integraram a análise, aproximadamente a metade deles (14; 43,7%) destacou um ou mais personagens, representando-os narrativamente sem generalizá-los, ou seja, esses textos foram capazes de expressar o modo de existência dos sujeitos-personagens com base nas características que os singularizam (ser, agir e sentir próprios). De acordo com Motta (2008, p. 152), “na narrativa jornalística há sempre uma relação íntima entre personagens

e pessoas físicas, porque personagens representam pessoas reais” e na história contada eles assumem funções que estruturam o discurso e condicionam o jornalismo à verossimilhança (TRAQUINA, 2012).

Nessa dinâmica entre o mundo da vida e o do texto, a construção dos personagens depende muito do contexto ao qual eles pertencem ou estão relacionados, assim como do tipo de conhecimento e do sentido que se deseja produzir a partir da mimetização deles. Foi isso, também, que nos levou a estruturar os textos da amostragem em seis grupos distintos e focados nos tipos de sujeitos “outros” narrados pela *Folha*, na editoria Mundo, sendo possível encontrar semelhanças e diferenças entre eles.

Por trabalharmos aqui com uma editoria que tem a atenção direcionada ao cenário internacional, a maioria dos personagens apresentados nos textos era de origem estrangeira em relação ao Brasil, e, assim, notamos que a nacionalidade foi um dos designantes mais utilizados para a identificação do sujeito-personagem nas matérias. Um outro recurso por nós percebido foi o uso de estereótipos. De acordo com Bomfim (2011), o jornalismo internacional faz uso de estereótipos para simplificar, explicar e comparar, por exemplo, culturas ou identidades. Isso se confirmou na análise e, também, salientou a possibilidade de o “eu-jornalista/jornal”, no momento da configuração narrativa, instigar a aproximação ou o distanciamento de seu leitor ideal – durante a refiguração da narrativa – frente ao personagem (RICOEUR, 2010).

Pelas tipologias dos sujeitos – que organizaram o “outro” em a) transgressor e inconformado com sua condição particular; b) desamparado ou à margem; c) ameaçador, violento ou radical; d) fenômeno da natureza, e) sobrevivente e f) ligado ao passado histórico – , compreendemos que a *Folha* deu atenção à diversidade nos textos analisados, embora tenha generalizado alguns personagens em detrimento de outros, esses últimos descritos em sua particularidade e singularidade. Essa distinção também colocou em evidência o pressuposto de que o jornalismo articula, pelas categorias do singular, do particular e do universal, o conhecimento que produz (GENRO FILHO, 1987).

Notamos que, nas matérias que consideraram o contexto particular ao qual o sujeito-personagem pertence, a outridade foi mais bem explorada durante a configuração narrativa, possibilitando uma interpretação complexificada sobre o modo de existência desse “outro” narrado. Além disso, os personagens mimetizados nessa condição podem instigar no leitor certa identificação com eles, no momento da refiguração (MOTTA, 2008).

Ainda em relação ao textos que exploraram a singularidade do fenômeno percebido e a particularidade do contexto, observamos que, em alguns deles, há um estímulo para o reconhecimento do sujeito a partir de ações afetivas, entre as quais apareceram – explícita ou

implicitamente – a empatia, a simpatia e a compaixão. O mesmo ocorreu com o ideal de justiça e com o uso da memória, no intuito de promover revisões críticas à sociedade, de recordar o passado ou de evitar o esquecimento – nessas condições figuraram os textos “Relato de um naufrago” (T24) e “Armênios lembram centenário de genocídio pelo Império Otomano” (T29).

Outra característica interessante notada durante a análise diz respeito aos sujeitos islamitas. Em sua maioria, eles estavam associados, por exemplo, aos designantes radical, extremista e terrorista. O que chamou a nossa atenção foi a distinção entre esses sujeitos em três textos, que nos pareceu ter relação com a posição dos personagens geograficamente. No perfil intitulado “Gay cristão no ninho do Hamas” (T01) e na reportagem “Cidade da Dinamarca oferece a radicais programa de reabilitação” (T17) – textos em que os personagens principais estavam respectivamente no Canadá e na Dinamarca –, o uso das adjetivações foram mais “amenos”, levando à “humanização” desses sujeitos. Por outro lado, na reportagem “A 200m do terror” (T13) – com personagens baseados em Mossul e em Kirkuk, no Iraque –, os designantes foram usados com frequência, tendendo à generalização dos personagens.

Ao longo da análise ficou explícito que nem sempre a alteridade era explorada pela editoria Mundo a fim de revelar a outridade. Os textos que privilegiaram somente o fenômeno da alteridade se dedicaram apenas a mostrar as relações de contraste entre dois ou mais sujeitos narrados. No entanto, ao trabalharmos com o plano da diegese e com o da descrição do personagem (GENETTE 1995; MOTTA, 2008), conseguimos identificar a posição do sujeito-narrador, o tipo de discurso e os protagonistas da narrativa, também verificamos os termos ou expressões que caracterizaram o agir, o ser e o sentir do “outro” narrado; tentando entender se ele era apresentado como próximo, familiar, semelhante ou, então, distante, estranho e diferente; se ele ganhou visibilidade, se acionou memória e se o reconhecimento dele teria a capacidade de instigar ações afetivas.

Esses movimentos reiteraram a nossa proposição de que a outridade, na narrativa jornalística, é sempre relativa, possível de ser historicizada, interpretada, construída e ressignificada. Com essas considerações, podemos afirmar que o alcance da outridade relativa é um processo complexo, que abarca tanto a alteridade quanto a similitude (TREANOR, 2006), que depende de ações miméticas – centradas na prefiguração, na configuração e na refiguração da narrativa (RICOEUR, 2010; FOESSEL, 2016) –, e que está articulada, principalmente, às categorias do singular e do particular, quando problematizadas no jornalismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o percurso desta dissertação, refletimos sobre o que acreditamos ser uma das encruzilhadas do jornalismo: produzir conhecimento sobre a diversidade social, dando atenção às distintas realidades, assim como aos múltiplos sujeitos que a elas pertencem. Direcionamos nosso olhar à relação “eu” e “outro” – condição que sustenta a alteridade como um fenômeno social. Nosso ponto de partida foi o entendimento de que o jornalismo, além de estar centrado na contemporaneidade, deveria evidenciar as relações intersubjetivas baseadas tanto na diferença quanto na semelhança.

Então, para discutirmos a construção da identidade do “outro” na atividade jornalística, traçamos um caminho teórico que percorreu a alteridade, a outridade até chegarmos ao jornalismo. Fomos motivados pelo objetivo de *compreender se e como a outridade é construída na editoria Mundo da Folha de S. Paulo*.

Trabalhamos com a alteridade e a outridade pela perspectiva fenomenológica, entendendo a alteridade como fenômeno e a outridade como um modo de existência. A escolha teórica foi determinante, pois a fenomenologia nos ajudou a pensar os seres humanos *em situação* no mundo, de forma que a percepção do mundo e de tudo o que nele se manifesta estaria conformada pelas experiências individuais e coletivas, assim como pela descrição e interpretação que fazemos dos fenômenos percebidos, a fim de fundamentar nossas verdades particulares sobre o meio em que vivemos.

Argumentamos que é pela percepção de um sujeito por outro que cada subjetividade se apresenta tanto como experiência intersubjetiva quanto como um fenômeno passível de ser conhecido, sem ignorarmos a dimensão temporal – presente, passado e futuro –, o que determina a condição de coexistência. Assim, reiteramos que a alteridade será sempre um pressuposto e uma consequência do mundo em que vivemos. Como parte das experiências cotidianas e dos movimentos que nos permitem agenciar os modos de ver e de viver a vida, a alteridade também instiga ações de reconhecimento entre os sujeitos, mas esse reconhecimento é seletivo e, como notamos no exercício de análise, acaba dando visibilidade a uns, enquanto outros são invisibilizados. Esse movimento é ainda o que permite desmistificar a noção de que a realidade é naturalmente o que parece ser, além de assegurar que qualquer escolha é resultado de uma mediação subjetiva.

Nesta pesquisa, achamos necessário trabalhar com o conceito de outridade, distanciando-o do termo alteridade. Com base no referencial teórico estudado, para nós, a outridade: a) explica o modo de existência genuíno e singular do “outro” para o “eu” no mundo; b) possui

tanto os aspectos da semelhança quanto os da diferença; c) promove uma tensão que não resulta em equilíbrio, mas no balanço entre o que é diferente e o que é semelhante, a cada vez que o “eu” e o “outro” se percebem e d) pode ser plena e relativa.

Numa extensão da perspectiva fenomenológica, o jornalismo foi tratado como atividade atravessada por um ideal de verdade, guiada por um compromisso ético e que fornece realidades construídas por meio dos textos, ao interpretar, mimetizar e organizar o mundo e os sujeitos em suas narrativas. Observamos que essas narrativas são tanto lugares de produção de sentido e de conhecimento, quanto formas de acessar os fenômenos sociais percebidos e descritos pelo jornalista. Identificamos também que, nessa dinâmica, a alteridade e a outridade tiveram seus direcionamentos ampliados, uma vez que a centralidade do jornalismo está na percepção e na experiência do “eu-sujeito-jornalista/veículo” diante dos “outros-sujeitos”.

Com base nisso, notamos que a articulação do mundo da vida com o mundo do texto posiciona a noção de alteridade como condição própria do discurso jornalístico, assim como um “recurso narrativo” que põe em evidência a outridade. Concluimos que, no jornalismo, a alteridade mobiliza: a) a dimensão fenomênica em si, b) o modo de existência centrado na singularidade de um sujeito e c) a interpretação e o entendimento dessa existência singular. Enquanto a outridade articula a percepção, a ação mimética, a textualidade e a interpretação. Assim, pontuamos que a outridade no jornalismo: a) é relativa; b) pode ser historicizada, interpretada, construída e ressignificada; c) depende da ação do jornalista para ganhar visibilidade e do público para obter reconhecimento e d) quando apresentada pelas vias do singular e do particular é capaz de mobilizar ação afetiva e mnemônica.

A escolha metodológica – Análise de Conteúdo e Análise de Narrativa – nos permitiu analisar o objeto empírico quantitativa e qualitativamente. Verificamos aspectos informativos com a exploração e interpretação dos dados de 214 textos informativos que integraram o corpus, assim como trabalhamos com a diegese, pela análise da narrativa de 32 textos – notícia, reportagem, perfil e entrevista.

Na etapa da quantificação, dispusemos a amostragem em seis categorias analíticas: 1) Procedência; 2) Geografia; 3) Temas; 4) Temas e Região; 5) Agências e 6) Presença na Primeira Página do jornal, e em nove unidades temáticas baseadas nos conteúdos veiculados na editoria Mundo: a) Política e Diplomacia; b) Guerra ou Confronto; c) Crime; d) Diáspora; e) Conflito (étnico, político ou religioso); f) Economia; g) Fait Divers; h) Catástrofe Natural e i) Outros. Com o foco na cobertura do cenário internacional, foi visto que a editoria utilizou textos de agências de notícias, assim como cobriu os fatos no local onde eles ocorreram. Sobre os tipos de repórteres que trabalharam nos textos analisados, os resultados revelaram que 26% da

amostra era de correspondente internacional, 11% de enviados especiais e 3% de colaboradores, enquanto 34% era de agências de notícias. Quanto ao cenário estrangeiro, identificamos no corpus o predomínio das temáticas Política e Diplomacia (32%), Conflito (21%) e Crime (11%). Sobre os países mencionados na amostragem, em ordem decrescente, figuraram, entre os 20 mais frequentes, Estados Unidos (81,17%), Brasil (33,7%), Israel (25,5%), Síria (21,4%), Venezuela (21,4%) e Alemanha (21,4%).

Ficou expresso o interesse da Folha em noticiar, no âmbito internacional, a particularidade de conflitos (étnicos, religiosos ou políticos) e de contextos diplomáticos. Também conseguimos obter, a partir da análise, um panorama tanto do funcionamento quanto das categorias que estruturaram a editoria Mundo, da *Folha*, no período analisado – de 1 de janeiro a 28 de abril de 2015.

Pela investigação qualitativa notamos semelhanças entre algumas matérias, o que resultou em seis grupos de “tipos de sujeitos” narrados. Estruturamos a tipologia em a) “outro” como sujeito transgressor e inconformado com sua condição particular; b) “outro” como sujeito desamparado ou à margem; c) “outro” como sujeito ameaçador, violento ou radical; d) “outro” como fenômeno da natureza; e) “outro” como sujeito sobrevivente e f) “outro” como sujeito ligado ao passado histórico. Com a classificação verificamos os principais aspectos que delinearão a construção do “outro”, como “sujeito-personagem” na narrativa da editoria.

Percebemos que, na dinâmica que relaciona o mundo da vida e o do texto, a construção dos personagens dependeu diretamente do contexto ao qual eles pertenciam, assim como do tipo de conhecimento e do sentido que a reportagem desejava produzir por meio da ação mimética. Nessa lógica, reconhecemos que a *Folha* deu atenção à diversidade nos textos analisados, apesar de ter feito generalizações de alguns personagens frente a outros. Esses que tiveram a outridade preservada foram descritos em sua particularidade e singularidade, o que nos possibilitou confirmar que o jornalismo articula, pelas categorias do singular, do particular e do universal, o conhecimento que produz sobre os fenômenos do mundo.

Acreditamos também que, na abrangência dos relacionamentos intersubjetivos, reconhecer o “outro” – pelo texto – em sua situação social, física ou temporal, pode estimular ações afetivas. Pela análise, apareceram – explícita ou implicitamente – a empatia, a simpatia e a compaixão. O mesmo ocorreu com o ideal de justiça e o uso da memória, no intuito de promover revisões críticas à sociedade, de recordar o passado, de evitar o esquecimento ou de alcançar o perdão.

Nos chamou a atenção o fato de que nem sempre a alteridade era trabalhada com o intuito de mostrar a outridade. Assim, notamos que os textos que privilegiaram somente o fenômeno

da alteridade se dedicaram apenas a apresentar as relações de contraste entre dois ou mais sujeitos narrados. Como explicamos, essas escolhas resultam da intenção que o veículo projeta com a divulgação das “histórias”, assim como dizem respeito aos sentidos que querem produzir com elas socialmente.

Como a maioria dos personagens apresentados nos textos era de origem estrangeira em relação ao Brasil, observamos que a nacionalidade foi um dos designantes mais utilizados para a identificação do sujeito-personagem nas matérias. Um outro recurso por nós percebido foi o uso de estereótipos. Em contraste, podemos afirmar que, dos textos que integraram a análise, cerca da metade (43,7%) destacou um ou mais personagens, representando-os sem generalização. Essas matérias expressaram o modo de existência dos sujeitos-personagens com base nas características que os singularizam, isto é: o ser, o agir e o sentir que lhes são próprios.

Concluimos com este estudo que a construção da outridade pela atividade jornalística se baseia em um processo bastante complexo, que leva em consideração aspectos da alteridade e da semelhança, além de depender de ações miméticas – centradas na prefiguração, na configuração e na refiguração da narrativa. Entendemos que a outridade está articulada, fundamentalmente, às categorias do singular e do particular, quando problematizada no jornalismo. Percebemos, portanto, que o “outro” no texto será sempre um “outro ideal”, com outridade relativa. Ele não será abarcado em sua totalidade, pois, normalmente, haverá algo que nos escapou. Mas é também pela narrativa que o “outro” se recria e adquire amplitude, podendo ser conhecido e reconhecido.

É preciso salientar que não tivemos, com este trabalho, a pretensão de encerrar a complexa e ampla discussão sobre alteridade, outridade e jornalismo. Ao nos centrarmos no âmbito da configuração – explorando essa ação que narrativiza fatos e sujeitos sociais, os organiza em nova temporalidade e é resultado da mediação do jornalista –, acreditamos ter cumprido os objetivos delineados para esta pesquisa, mesmo que ela represente apenas uma das vias possíveis para discutirmos sobre a encruzilhada que é mostrar a diversidade dos sujeitos e de seus contextos particulares pelo jornalismo.

Aos estudos futuros, uma possível abordagem pode estar no âmbito da reconfiguração da narrativa, a fim de entender a relação do leitor com o “outro” narrado pelo jornalismo, levando em consideração a narrativa como lugar da experiência, da interpretação, da ressignificação e, ainda, os prováveis efeitos com sua circulação no “mundo da vida”.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade Profissional no Jornalismo Brasileiro**: a carreira dos correspondentes internacionais. Tese (Doutorado em Comunicação). Brasília: UNB, 2014.
- _____. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. UFSC, Florianópolis, V. 12, N. 2, 2015.
- AGUIAR, Pedro. **Jornalismo Internacional em Redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- AMARAL, Márcia Franz. Las Catástrofes en las Revistas Semanales Brasileñas: evidencias y silenciamientos. IN: ASCENCIO, Carlos Lozano (org.). La construcción del acontecer de riesgos y de catástrofes. **Cuadernos Artesanos de Comunicación**, N. 82, 2015.
- AMOSSY, Ruth. Da Noção Retórica de Ethos à Análise do Discurso. Introdução. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de Si no Discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.
- ANTUNES, Bianca. **Espelhos Deformantes**: mulheres, representações e identidades no discurso de Maire Claire e Malu. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). São Paulo: USP, 2008.
- ARENDT, Hannah. **La Condición Humana**. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- ASSIS, Francisco de; MARQUES DE MELO, José (Org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010.
- BARBOSA, Fernanda Cunha. **Jornalismo Potencializador e as Formas de Narrar o Outro**: a alteridade brasileira no New York Times. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 10ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec-Annablume, 2004.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Os Vínculos dos Leitores com o Jornalismo**: emoção, ethos e leitura como prática discursiva. Projeto de pesquisa CNPq. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- BENETTI, Marcia; FREITAS, Camila. A Fenomenologia da Memória e o “Homem Capaz” do Jornalismo. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, V. 14, N. 28, 2015.

BERELSON, Bernard. **Content Analysis in Communication Research**. New York: Free Press, 1952.

BERGER, Peter; Luckmann, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BILBENY, Norbert. **Ética del Periodismo**: la defense del interés público por medio de una información libre, veraz e justa. Barcelona: UB Publicacions i Edicions, 1953.

BOMFIM, Ivan. **O Global Player “Megalonânico”**: a visão do portal Veja sobre a política externa do governo Lula. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

_____. **O Interesse Nacional nas Revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja**: eles y nosotros. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BORTOLI, Jocélia da Silva. **“Caso Isabella”**: repetição e diferença na construção do acontecimento midiático. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Leopoldo: Unisinos, 2011.

BUBANT, Nils; WILLERSLEV, Rane. The Dark Side of Empathy: mimesis, deception and the magic of alterity. **Comparative Study of Society and History**, Cambridge, V. 54, N. 1, 2014.

BUBER, Martin. **I and Thou**. Gloucester: Peter Smith Publisher, 1986.

BRUNER, Jerome. The Narrative Construction of Reality. **Critical Inquiry**. The University of Chicago Press, V. 18, N. 1, 1991.

CAMARA, Guilherme Dornelas. **A Práxis do Jornal Boca de Rua**: de “gente invisível” a questionadores do mundo. Dissertação (Mestrado em Administração). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CAMARGO, Julia Faria. **Ecos do Frigor**: a invasão do Iraque em 2003 – a mídia internacional e a imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: UNB, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick La Communication et le Droit à la Parole dans une Interaction du Même et de l'autre. **Sociotypes**, Cahiers de Praxématique, Montpellier, 2004. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/La-communication-et-le-droit-a-la.html>>. Acesso em 14 maio 2016.

_____. **Discurso das Mídias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

COSTA, Cibele Cristina Barbosa. **A TV, o Outro e o Mesmo**: figuras da alteridade e traços identitários no Jornal Hoje da Rede Globo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: UFBA, 2010.

DALMÁZ, Mateus. **Democracia e Concerto Americano**: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2014.

DALPIAZ, Jamile Gamba. **Representações do Brasil na Imprensa Britânica**: uma análise cultural do jornal The Guardian. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Porto Alegre: PUCRS, 2013.

DIONIZIO, Pricila Martins. **Entre Mundos**: um encontro com o *outro* na tessitura da narrativa jornalística. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DIPROSE, Rosalyn; REYNOLDS, Jack (Org). **Merleau-Ponty Key Concepts**. New York: Routledge, 2014.

ECO, Umberto. **Lector in Fábula**: a cooperação interpretativa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **Os Limites da Interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FERREIRA, António Gomes. **Dicionário de Latim-Português**. Porto: Porto, 1960.

FOESSEL, Michaël. The World of the Text and the World of Life: two contradictory paradigms? In: DAVIDSON, Scott; VALLÉ, Marc-Antoine (Org.). **Hermeneutics and Phenomenology in Paul Ricoeur**: between text and phenomenon. Springer, 2016.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. **Comunicação**: discurso, fait divers e poder em O Nacional – uma abordagem dialética. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Porto Alegre: PUCRS, 2010.

GAVORA, Peter. The State of the Art of Content Analysis. **Neveléstudomány**. V. 1, 2015.

GENETTE, Gérard. **Discurso da Narrativa**. Lisboa: Vega, 1995.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOMES, Ingrid. **Olhares Sobre o Outro**: estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Tese (Doutorado em Comunicação Social). São Paulo: UMESP, 2012.

HADDAD, Galit. Ethos Prévio e Ethos Discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de Si no Discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.

HAMACHEK, DON. **Encontros com o Self**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1978.

HAZELL, Clive. **Alterity**: the experience of the other. Bloomington: Author House, 2009.

HENRY, Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de Contenu. In: STUMPF, Joseph (Org.). **Langages**. Didier/Larousse, France, N. 11, 1968.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HUSSERL, Edmund. **Cartesian Meditations**: an introduction to Phenomenology. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1982.

HUTCHINSON, Martha Crenshaw. The Concept of Revolutionary Terrorism. **The Journal of Conflict Resolution**. V. 16, N. 3, 1972.

JARDINE, JAMES; SZANTO, Thomas. Empathy in the Phenomenological Tradition. In: MAIBOM, H. (Org.). **The Routledge Handbook of the Philosophy of Empathy**. London: Routledge, 2016.

JODELET, Denise. A Alteridade como Produto e Processo Psicossocial. In: ARRUDA, Angela (Org.). **Representando a Alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

JOHNSON, Allan. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KAMBOUCHNER, Denis. **Descartes: n'a Pas Dit**: un répertoire des fausses idées sur l'auteur du Discours de la méthode, avec les éléments utiles et une esquisse d'apologie. Paris: Les Belles Lettres, 2015.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The Elements of Journalism**: what newspeople should know and the public should expect. New York: Three Rivers Press, 2001.

LAGO, Claudia. Ensinaamentos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do "outro" no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília: SBPJor, V. 2, N. 2, 2014.

LANDES, Donald. **The Merleau-Ponty Dictionary**. London: Bloomsbury, 2013.

LERAY, Christian. **L'analyse de Contenu**: de la théorie à la pratique – la méthode Morin-Chartier. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2008.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalité et Infini**: essai sur l'exteriorité. The Hague: Kluwer Academic, 1971.

_____. **Ética e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. **De Otro Modo que Ser, o Más Allá de la Esencia**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1987.

_____. **Alterity and Transcendence**. London: The Athlone Press, 1999.

_____. **Entre Nós**: ensaios sobre alteridade. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, Cenografia, Incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. A Propósito do Ethos. In: SALGADO, Luciana; MOTTA, Ana Raquel (Org.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARQUES DE MELLO, José. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

_____. Gêneros de Discurso, Conhecimento, Intersubjetividade, Argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. **X Encontro da Compós**, UNB. Anais, Brasília, 2001.

_____. O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento? In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Teoria da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **La Structure du Comportment**. 6ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. **The Prose of The World**. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

_____. **Fenomenologia da Percepção**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **O Visível e o Invisível**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MOSCOVICI, Serge. Apresentação. In: ARRUDA, Angela (Org.). **Representando a Alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, Fábio Corrêa de Sampaio. **A Representação de Brasil na Mídia Digital em Língua Inglesa**. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: USP, 2009.

NOVO Manual da Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995.

NUSSBAUM, Martha. **Upheavals of Thought: the intelligence of emotions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PARK, Robert. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEDRO, Vanessa. **“Direto da Guerra”**: uma análise da cobertura da Guerra do Iraque no jornal Folha de S. Paulo. Tese (Doutorado em Literatura). Florianópolis: UFSC, 2007.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. **Enviado Especial À...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras na ex-Iugoslávia (anos 90)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: Unicamp, 2005.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

QUICHERAT, Louis-Marie; SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo Dicionário Latino-português**. 11 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1927.

REGINATO, Gisele Dotto. **As Finalidades do Jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

REYNOLDS, JACK. **Merleau-Ponty and Derrida: intertwining embodiment and alterity**. Athens: Ohio University Press, 2004.

RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action: Essais d'herméneutique II**, Paris: Le Seuil, 1986.

_____. **Leituras 1: em torno ao político**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Percursos do Reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **O Justo I: a justiça como regra moral e instituição**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O Justo II: justiça e verdade e outros estudos**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Outramente: leitura do livro Autrement qu'être ou au-delà de l'essence de Emmanuel Lévinas**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008c.

_____. **Na Escola da Fenomenologia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **O Discurso da Ação**. Lisboa: Edições 70, 2012.

_____. **O Si-mesmo Como Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Memory, History, Oblivion. In: KEARNEY, Richard; TREANOR, Brian (Org.). **Carnal Hermeneutics**. Bronx: Fordham University Press, 2015.

ROCHA, Giovanni Guizzo. **Além das Mídias: o que os livros revelam sobre as práticas de repórteres internacionais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Leopoldo: Unisinos, 2012.

ROMDENH-ROMLUC, Komarine. **Merleau-Ponty and Phenomenology of Perception**. New York: Routledge, 2011.

SCHUDSON, Michel. **Discovering the News: a social history of american newspaper**. New York: Basic Books, 1978.

_____. **The Sociology of News**. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

SCHÜTZ, Alfred. **On Phenomenology and Social Relations**: the heritage of sociology. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

SIDEKUM, Antônio. **A Intersubjetividade em Martin Buber**. Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

SHUVAL, Judith T. **Diaspora Migration**: definitional ambiguities and a theoretical paradigm. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

SMYTH, Brian A. **Mearleau-Ponty's Existencial Phenomenology and the Realization of Philosophy**. London: Bloomsbury, 2014.

SODRÉ, Olga. Percurso Filosófico para a Concepção de Alteridade. **Síntese**. Belo Horizonte, V. 34, N. 109, 2007.

STUEBER, Karsten. **Rediscovering Empathy**: agency, folk, psychology and the human sciences. Cambridge: MIT Press, 2006.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

TORRENTES, José Vinicius Gouveia. **Humor e Alteridade**: a representação do judeu na revista Careta no período de 1936 a 1945. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

_____. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. V.1. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

TUCHMAN, Gaye. **Making News**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

TREANOR, Brian. **Aspects of Alterity**: Lévinas, Marcel, and the contemporary debate. New York: Fordham University Press, 2006.

VASCONCELOS, Alex Donizete. **A Minustah e a Alteridade**: representações e identidade haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010). Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2010.

VIANA, Bruno César Brito. **A Imagem do Brasil na Mídia Impressa Portuguesa**: um estudo do caso Diário de Notícias e Público. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia). Natal: UFRN, 2014.

VEIGA, Marcia da Silva. **Saberes Para a Profissão, Sujeitos Possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

WISPÉ, Lauren. The Distinction Between Sympathy and Empathy: to call forth a concept, a word is needed. **Journal of Personality and Social Psychology**, V. 50, N. 2, 1986.

_____. **The Psychology of Sympathy**. New York: Plenum Press, 1991.

ZAHAVI, DAN. Intersubjectivity. In: LUFT, Sebastian.; OVERGAARD, Søren (Org.): **The Routledge Companion to Phenomenology**. London: Routledge, 2011.

_____. **Self and Other**: exploring subjectivity, empathy and shame. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZAHAVI, Dan; SALICE, Alessandro. Phenomenology of We: Stein, Walther, Gurwitsch. In: KIVERSTEIN, J. (org.). **The Routledge Handbook of Philosophy of Social Mind**. London: Routledge, 2016.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. PUCRS, Porto Alegre, V. 21, N. 3, 2014.

ZILLES, Urbano, Fenomenologia e Teoria do Conhecimento em Husserl. **Revista da Abordagem Gestáltica**. V. 13, N. 2, 2007.

APÊNDICE A – TÍTULOS DOS TEXTOS DO CORPUS

DATA	TÍTULO
01/01/2015	Venezuela fará nova reforma no câmbio
01/01/2015	Ano-novo no fuso à frente
01/01/2015	Cuba libera opositores mas adverte sobre “ordem pública”
01/01/2015	Parlamento é dissolvido para novas eleições
01/01/2015	Palestinos aderem à Corte Internacional
01/01/2015	Putin diz que anexar Crimeia foi histórico
01/01/2015	Pantera na solitária
01/01/2015	Indonésia resgata 7º corpo de avião que desapareceu no mar
02/01/2015	Vice dos EUA pede ajuda do Brasil com Cuba
02/01/2015	Regime cubano volta a prender dissidentes
02/01/2015	Vieira assume Itamaraty em meio a crise na pasta
02/01/2015	EUA nos fizeram ultrapassar limites, diz chanceler palestino
02/01/2015	Tumulto em festa de ano-novo mata 36 em Xangai
02/01/2015	Ditador se diz aberto a diálogo entre Coreias
02/01/2015	Indonésia identifica 1º passageiro de avião
03/01/2015	Obama impõe sanções à Coreia do Norte
03/01/2015	Cuba solta dissidentes presos em ato
03/01/2015	Príncipe Andrew é citado em caso de suposto abuso sexual
03/01/2015	Ameaça de bomba fecha estação de trem
03/01/2015	Erro militar deixa 25 mortos em casamento
03/01/2015	Sacerdote é preso sob acusação de pedofilia
03/01/2015	Chanceler cobra empenho de diplomatas
03/01/2015	Número de corpos resgatados em queda de avião na Indonésia vai a 30
03/01/2015	Itália encontra balsa à deriva com 450 imigrantes a bordo
03/01/2015	Transporte argentino terá de estampar frase sobre Malvinas
04/01/2015	Cidade na Dinamarca oferece a radicais programa de reabilitação
04/01/2015	Chefe da mesquita diz cooperar com ação para recuperar jovens
04/01/2015	Fantasia cubana
04/01/2015	Gana abriga maior lixão de eletrônicos da África
04/01/2015	Criança busca ajuda após sofrer acidente de avião
04/01/2015	Suspeito de ataques morre sob custódia americana
04/01/2015	Indonésia localiza 4 “grandes partes” de avião da AirAsia
04/01/2015	Violência: menino é ferido durante fogo cruzado
05/01/2015	Oposição diz ter sido excluída de encontro sobre crise na Venezuela
05/01/2015	Criticando EUA Maduro pede troca de presos
05/01/2015	Cubanos fazem elogios a Raúl por aproximação com EUA
05/01/2015	Polícia de NY faz protesto durante funeral
05/01/2015	Oposição promete rebater decretos de Obama
05/01/2015	Papa prioriza mundo em desenvolvimento com novos cardeais
05/01/2015	Israel ameaça novas medidas após congelar fundos de palestinos
05/01/2015	Coreia do Norte diz que sanções são hostis

05/01/2015	Indonésia acha corpos de mais quatro vítimas de queda de avião
06/01/2015	Brasileiro acusado de extremismo será extraditado para a Espanha
06/01/2015	Atos na Alemanha contra grupo xenófobo reúnem 30 mil pessoas
06/01/2015	Começa a seleção de jurados para acusado de ataque em Boston
06/01/2015	Indonésia encontra o que pode ser cauda de avião da AirAsia
06/01/2015	China será 1º destino do novo chefe do Itamaray
06/01/2015	EUA rejeitam troca e opositor por venezuelano
06/01/2015	Inimigo de Putin contesta prisão domiciliar
06/01/2015	Líbano impõe restrições à entrada de cidadãos sírios
07/01/2015	Campanha mira grupo anti-islã alemão
07/01/2015	Pegida surgiu como página no Facebook
07/01/2015	Obama deve vetar duto defendido por rivais
07/01/2015	Maduro poderá anunciar novo câmbio após viagem
07/01/2015	Cuba liberta presos políticos, diz EUA
07/01/2015	Gay cristão no ninho do Hamas
07/01/2015	Policial morre ao desarmar bomba no Egito
07/01/2015	Tribunal condena palestino à prisão perpétua por assassinato de jovens
08/02/2015	Partido Verde embaralha eleição britânica
08/02/2015	Estamos crescendo de maneira fenomenal, diz líder do partido
08/02/2015	Líderes expõem pessimismo sobre Ucrânia
08/02/2015	Grupo anti-islã perde força na Alemanha
09/02/2015	Economia afeta taxa de casamentos nos EUA
09/02/2015	Ex-escravas relatam rotina de horror do EI
09/02/2015	ONU investiga genocídio contra minoria
09/02/2015	França prende seis suspeitos de fazer parte de grupo jihadista
09/02/2015	Japão: mulher faz vigília
09/02/2015	EUA negam racha sobre crise na Ucrânia
09/02/2015	Após pressões, holandês desiste de batizar navio com nome de pai nazista
09/02/2015	Primeiro-ministro escapa de voto de confiança e continua no cargo
09/02/2015	Chuva de cinzas de vulcão fecha maior aeroporto do país
10/02/2015	EUA não descartam envio de armas letais à Ucrânia, diz Casa Branca
10/02/2015	Visão antiocidental na Rússia é a mais alta desde a Guerra Fria
10/02/2015	Obama não dará mais prazo para acordo com Irã
10/02/2015	Bem-vindo: egípcios esperam o presidente russo Vladimir Putin
10/02/2015	Ataque mata líder radical no Afeganistão
10/02/2015	Google tira nome de facção terrorista de seu buscador
10/02/2015	Uruguai intercepta dez com passaporte israelense falso
10/02/2015	Laudó sugere suicídio de promotor argentino
10/02/2015	Governo manterá escritórios de exportação
10/02/2015	Líder do Boko Haram debocha de coalizão
10/02/2015	Vaticano quer punir bispos que acobertaram pedofilia
10/02/2015	A luta continua
10/02/2015	Chanceleres apoiam diálogo EUA-Venezuela
11/02/2015	EUA confirmam morte de jovem que era refém de milícia islâmica
11/02/2015	Obama pedirá autorização para combater EI

11/02/2015	NBC suspende âncora por 6 meses, sem salário
11/02/2015	Twitter: hackers simpáticos à facção do Estado Islâmico
11/02/2015	Com dívidas e escassez, Venezuela anuncia novas regras de câmbio
11/02/2015	Exame aponta vestígio de outro DNA na casa de promotor
11/02/2015	Não sabia que eram prostitutas, diz ex-chefe do FMI em seu julgamento
11/02/2015	Ataques matam ao menos 12 na Ucrânia antes de reunião de paz
11/02/2015	Radical filho de brasileira deve pegar 5 anos
11/02/2015	Obama pede autorização de guerra ao Estado Islâmico
11/02/2015	EUA, França e Reino Unido decidem fechar suas embaixadas no Iêmem
12/02/2015	A 200m do terror
12/02/2015	Filho de brasileira ligado ao EI é condenado
12/02/2015	Naufrágio de botes mata 300 refugiados
12/02/2015	Dar armas não é solução para Ucrânia, diz ministro alemão
12/02/2015	Itália condena capitão do Costa Concórdia a 16 anos
12/02/2015	Venezuela prende juiz que puniu traficante
13/2/2015	Ucrânia e separatistas anunciam acordo
13/2/2015	Ausentes de negociação, EUA celebram pacto, mas pedem “ações”
13/2/2015	Confrontos deixam feridos na Venezuela
13/2/2015	Senado argentino “racha” por morte de promotor
13/2/2015	Ex-presos de guantánamo pede à Argentina que receba detentos
13/2/2015	Área de facção no Iraque vive ‘pré-história’
13/2/2015	Novos slogans norte-coreanos vão de uniformes a cogumelos
14/02/2015	Novo promotor formaliza denúncia contra Cristina
14/02/2015	Maduro anuncia prisão de militares acusados de golpe
14/02/2015	Brasil se reuniu com membros do Hamas
14/02/2015	Carros de consulado ficam retidos em Nova York
14/02/2015	Sem trégua: parente de vítima de ataque à mesquita
14/02/2015	Iraquianos não pediram auxílio diz Itamaraty
14/02/2015	Liberdade de imprensa teve “regressão brutal”, afirma ONG
14/02/2015	Ucrânia tem novo conflito um dia após acordo de paz
15/03/2015	Prêmio vê risco de perder pleito em Israel
15/03/2015	Palestinos demonstram indiferença sobre eleição
15/03/2015	Paraguai S.A.
15/03/2015	Ciclone devasta país do Pacífico
15/03/2015	Venezuela faz exercícios militares em meio à nova tensão com EUA
15/03/2015	País mediu negociação com Irã, diz revista
15/03/2015	Campanha anticorrupção populariza dirigente chinês
16/03/2015	Parlamento dá superpoderes a Maduro
16/03/2015	Militar morre em exercício no sudoeste do país
16/03/2015	Polícia prende suspeito de balear policiais nos EUA
16/03/2015	Ultraortodoxos resistem a favoritos em eleição israelense
16/03/2015	Premiê diz que não fará divisão de Jerusalém
16/03/2015	Após ciclone, ilhas do Pacífico enfretam falta de suprimentos
16/03/2015	Após Ucrânia, báltico sente pressão russa
17/03/2015	Netanyahu descarta estado palestino caso seja reeleito

17/03/2015	Assentados temem vitória da esquerda
17/03/2015	Sem querer, magnata dos EUA confessa ter matado 3
17/03/2015	Brasil procura empresas a fim de garantir bens básicos à Venezuela
17/03/2015	Chanceler discutirá nos EUA possível visita de Dilma
18/03/2015	Partido de premiê supera oposição e vence eleição parlamentar de Israel
18/03/2015	Custo de vida dominou parte da campanha
18/03/2015	Partidos da minoria árabe têm desempenho considerado histórico
18/03/2015	Brasileiro ficará 1 ano preso, diz promotor
18/03/2015	Kobe alerta
18/03/2015	Simuladores de tremor ensinam ações de proteção
18/03/2015	Venezuela responde no “NYT” a sanções dos EUA
18/03/2015	Milionário nova-iorquino fotolegenda
18/03/2015	Serviço secreto pede verba para réplica da Casa Branca
19/03/2015	Terroristas atacam museu e deixam 19 mortos na Tunísia
19/03/2015	Alvo de atentado é famoso por seus mosaicos
19/03/2015	EUA criticam “retórica da divisão” em Israel após vitória de Netanyahu
19/03/2015	Ataque em restaurante na Suécia mata ao menos dois
19/03/2015	Rússia assina aliança com área separatista da Geórgia
19/03/2015	Pressionada, Venezuela liberta quatro opositores
19/03/2015	Ex-chanceler uruguaio é eleito secretário-geral da OEA
19/03/2015	Brasil discute nos EUA agenda de visita
19/03/2015	Promotor argentino é alvo de acusações
20/03/2015	EUA vão reavaliar apoio a Israel na ONU
20/03/2015	Bispo tradicionalista faz ordenações sem aval do Vaticano
20/03/2015	Estado Islâmico assume ataque na Tunísia
20/03/2015	Escondido, casal espanhol passou noite em museu
20/03/2015	Berlim instala refugiados em contêineres
21/03/2015	Ataques a mesquitas matam 137 no Iêmen
21/03/2015	Milícia xiita quer uma participação maior no governo
21/03/2015	Dezenas de corpos são achados em cidade retomada do Boko Haram
21/03/2015	Policial monta guarda
21/03/2015	Obama defende “novo futuro” nas relações com o Irã
21/03/2015	Casal com 271 obras de Picasso é condenado
21/03/2015	Inimigo número 1
21/03/2015	OMS demorou para declarar epidemia de ebola, diz agência
21/03/2015	Policiais e equipe de resgate
22/04/2015	Cai chefe de agência antidrogas dos EUA
22/04/2015	Tour virtual permite visita à cela onde Mandela esteve preso
22/04/2015	Arábia Saudita suspende ataques aéreos ao Iêmen
22/04/2015	Relato de um naufrago
22/04/2015	Tragédia foi a mais mortal, segundo ONU
23/04/2015	Dilma e Obama discutirão ensino técnico
23/04/2015	Renascido na praça
23/04/2015	Venezuela diz que espanhol é ‘persona non grata’ no país
23/04/2015	Trapalhada de terrorista evita ataque em Paris

24/04/2015	Europa aumenta verba para resgate no mar
24/04/2015	Vulcão retira até 4.500 chilenos de casa
24/04/2015	Armênios lembram centenário de genocídio pelo Império Otomano
24/04/2015	Brasil se “solidariza” com tragédia, mas não utiliza o termo polêmico
24/04/2015	Discussão sobre o genocídio tornou-se instrumento político
24/04/2015	Obama se desculpa por morte de dois reféns em ataque à Al Qaeda
24/04/2015	Pentágono revela que poderá usar armas cibernéticas
25/04/2015	Vaticano seria alvo de terroristas presos pela polícia italiana
25/04/2015	Alemães reconhecem genocídio armênio
25/04/2015	Turquia recorda batalha contra Reino Unido
25/04/2015	Após reação, partidos portugueses recuam de projeto sobre imprensa
25/04/2015	Europa dobra verba para assistência a imigrantes
25/04/2015	Helicóptero sobrevoa Estátua da Liberdade
25/04/2015	Brasil indica embaixador na OEA após posto ficar vago por 4 anos
25/04/2015	PF investiga relação de advogado de Brasília com “terrorismo”
26/04/2015	Terremoto no Nepal mata mais de 1.800
26/04/2015	Tremor causa avalanche e mortes no Everest
26/04/2015	Brasileiros dizem viver ‘operação de guerra’ após terremoto no Nepal
26/04/2015	Consulado no Haiti enfrenta demanda alta e falta de verba
26/04/2015	Haitianos buscam trazer suas famílias para o Brasil
26/04/2015	Hackers têm acesso a e-mail de Obama, afirma jornal
27/04/2015	Novos tremores aumentam pânico no Nepal; mortos passam de 3.300
27/04/2015	Réplica quase me jogou no chão, conta jornalista
27/04/2015	Após avalanche, brasileiro aguarda resgate no Everest
27/04/2015	Desconhecida pode decidir eleição britânica
27/04/2015	Premiê tenta isolar extrema direita para vencer o pleito
27/04/2015	Obama faz piada com Hillary e rivais republicanos em jantar
27/04/2015	Brasileiro preso faz greve de fome na Cisjordânia
27/04/2015	Opositores a Cristina Kirchner lideram em primárias portenhas
28/04/2015	Caos no Nepal atrapalha chegada de ajuda
28/04/2015	Mulher de brasileiro resgatado relata tensão
28/04/2015	Redes sociais ajudam na busca por desaparecidos
28/04/2015	Escombros históricos se tornam cenários para “selfies”
28/04/2015	Israel resgata do Nepal 26 bebês de mães de aluguel
28/04/2015	Palestinos só soltarão brasileiro sob condição
28/04/2015	Tensão racial faz cidade nos EUA declarar emergência
28/04/2015	Suprema corte dos EUA avalia união gay em mais 4 Estados
28/04/2015	Ex-presos de guantánamo cobram ajuda americana